

MANUAL DO PESQUISADOR

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA QUALITATIVA

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



GOVERNO FEDERAL
2023 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E
CADASTRO ÚNICO

**MANUAL DO PESQUISADOR - MÉTODOS E TÉCNICAS DE
PESQUISA QUALITATIVA**

FICHA TÉCNICA

JACQUELAINE FLORINDO BORGES
JANAÍNA MARIA BUENO
CARLOS ROBERTO DOMINGUES
ALESSANDRO GOMES ENOQUE
ALEX FERNANDO BORGES

DIAGRAMAÇÃO

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ASCOM)

DISTRIBUIÇÕES E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E
CADASTRO ÚNICO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO A, 3º ANDAR, SALA 307

CEP: 70054-906 – BRASÍLIA/DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.cidadania.gov.br

CORREIOS ELETRÔNICOS: sagi@cidadania.gov.br

PREFÁCIO

A Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad) produz pesquisas de avaliação e estudos técnicos sobre programas e políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Esses instrumentos permitem a elaboração de diagnósticos aprofundados acerca dos públicos-alvo das políticas, insumos para desenho e redesenho de programas, e conhecimento geral acerca das ações governamentais. Por meio de cooperação técnica com entidades públicas e privadas, espera-se contribuir na reflexão e apontamento de caminhos que conduzam ao amadurecimento institucional das políticas sociais do país.

Em setembro de 2019 a então Sagi, por meio de seu Departamento de Avaliação, firmou um Termo de Execução Descentralizada com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com objetivo de lançar Chamada Pública que selecionasse projetos de pesquisa previamente demandados pelas áreas finalísticas do, à época, chamado Ministério da Cidadania, resultando na Chamada Pública CNPq/Ministério da Cidadania nº 30/2019.

A Chamada trabalhou 26 temas de pesquisa referentes a diversas políticas ou programas do Ministério, incluindo a que objetivava fomentar a produção ou atualização dos Manuais dos Pesquisadores, série de publicações já consolidada pela Sagicad/MDS, dentre os quais estava o relativo aos Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa.

No caso específico deste Manual, foi necessária a atualização do anterior, confeccionado pela pesquisadora Ana Marcia Fornaziero Ramos, por meio do Projeto UNESCO – 914BRZ3002 - TR-45/2017, concluído em agosto de 2018, e que por razões burocráticas, não chegou a ser publicado.

A equipe coordenada pela Profa. Jacqueline Florindo Borges, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi a responsável pelo desenvolvimento deste Manual.

A série *Manual do Pesquisador* já conta com seis volumes produzidos que estão disponíveis para download na página eletrônica da Sagicad/MDS no seguinte endereço: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=216>

Por meio desta série, a Sagicad objetiva apresentar aos pesquisadores interessados as informações básicas sobre os programas, políticas e benefícios sob a responsabilidade deste Ministério, de modo que os estudiosos tenham um ponto de partida comum, evitando equívocos na abordagem inicial do tema sob análise.

Todos os Manuais seguem uma estrutura comum, que passa pela apresentação da política, programa ou benefício, de seus fundamentos legais, históricos, programáticos e funcionais, descrevem para qual público ele ou ela é destinado(a), como acessar o programa ou política, faz uma discussão de eventuais estudos que já tenham sido realizados a respeito do tema, e apresenta as fontes de pesquisa ou dados necessários para se buscar as informações a respeito do programa ou política.

Este Manual em particular tem uma lógica um pouco diferente, visto que não se trata de nenhum programa ou política do Ministério. Seu objetivo é diferente: subsidiar os gestores e os pesquisadores que porventura forem contratados pelo Ministério do que


se está compreendendo quando se fala em um termo de referência de métodos ou técnicas de pesquisa qualitativa específicos.

Finalmente, agora a Sagicad tem a oportunidade de divulgar este Manual.

Boa leitura!



SUMÁRIO

- 8** APRESENTAÇÃO
 - 10** CAPÍTULO 1 – A PESQUISA QUALITATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
 - 17** CAPÍTULO 2 – ÉTICA EM PESQUISAS SOCIAIS: NORMAS E RECOMENDAÇÕES
 - 34** CAPÍTULO 3 – O PLANO, O CAMPO E A DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA
 - 45** CAPÍTULO 4 – MÉTODOS QUALITATIVOS: DEFINIÇÃO, APLICAÇÃO, DESAFIOS E LIMITES
 - 78** CAPÍTULO 5 – TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS: DEFINIÇÃO, APLICAÇÃO, DESAFIOS E LIMITES
 - 97** CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA
 - 106** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS POR TEMAS
 - 139** ANEXOS
- 

A large teal magnifying glass graphic is centered on the page. The handle of the magnifying glass is on the left, and the circular lens is on the right. Inside the lens, the word "APRESENTAÇÃO" is written in a bold, teal, sans-serif font.

APRESENTAÇÃO

Jacqueline Florindo Borges ¹

Janaína Maria Bueno²

Carlos Roberto Domingues³

Alessandro Gomes Enoque⁴

Alex Fernando Borges⁵

Esse Manual foi produzido para orientar a condução de pesquisas qualitativas bem como a avaliação de sua aplicação em programas sociais do Ministério da Cidadania. Desse modo, busca-se contribuir com a qualidade dos serviços públicos federais oferecidos aos cidadãos, a inovação e a redução e custos na oferta desses serviços.

O objetivo deste documento não é o de resgatar os aspectos histórico-filosóficos da pesquisa qualitativa, mas sim mostrar os aspectos práticos da pesquisa qualitativa e de que modo essa pode contribuir com as avaliações de programas, serviços e políticas públicas do Ministério da Cidadania.

A Portaria N^o 2.227, de 6 de junho de 2018, do Ministério do Desenvolvimento Social, incorporado ao atual Ministério da Cidadania, dispôs sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do Ministério e criou o selo de qualidade técnica da Sagi. Essa portaria considerou a necessidade de homogeneizar as práticas de avaliação, com metodologia qualitativa, no âmbito das políticas públicas do órgão.

Para o desenvolvimento desse Manual foi realizada uma revisão da literatura nacional e internacional sobre a aplicação de pesquisa qualitativa em avaliações de políticas públicas no âmbito do Ministério da Cidadania. Também foram pesquisados tratados internacionais e legislações nacionais sobre direitos humanos e direitos de imagem; Lei de Acesso à Informação; consulta às normas de conselhos e comitês de ética em pesquisa; e a pesquisa de publicações do MC (a partir de 1^o. janeiro de 2019) e MDS (de 23 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2018) no formato de Cadernos de Estudos⁶.

1 Professora do Departamento de Departamento de Organizações e Estratégia da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU); Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM/UFPR); e Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (PPGA/FEA/USP).

2 Professora do Departamento de Organizações e Estratégia da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU); Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM/UFPR); Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PPGA/EAESP/FGV).

3 Professor do Departamento de Organizações e Estratégia da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU) e Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PPGA/EAESP/FGV).

4 Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP/PONTAL) da UFU; Pós-Doutor em Sciences Humaines pela École des Sciences de la Gestion (ESQ) da Université du Québec à Montréal (UQAM); e Doutor em Ciências Humanas (Sociologia e Ciência Política) pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG).

5 Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios/ Universidade Federal de Uberlândia (PPGA/FAGEN/UFU) e da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social da UFU (FACES/UFU); Doutor em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA).

6 MC-SAGI. Ministério da Cidadania (MC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Portal SAGI de Cadernos de Estudos**. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=53>



CAPÍTULO 1

A Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas

A Portaria Nº 2.227, de 6 de junho de 2018 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018) dispõe sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e cria o selo de qualidade técnica da SAGI. Essa portaria considera a necessidade de homogeneizar as práticas de avaliação, com metodologia qualitativa, no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cidadania.

A avaliação de políticas públicas é necessária aos órgãos e entidades da administração direta e indireta para auxiliar o Poder Executivo. Também é essencial para que o cidadão possa conhecer o conjunto dos serviços ofertados e o custo desses serviços, possa participar de decisões sobre destinação de recursos e se beneficiar de uma alocação eficiente desses serviços, bem como da melhoria na oferta de serviços públicos (PLANEJAMENTO – CIDADANIA DIGITAL, 2018).

O processo de monitoramento e avaliação (M & A) no âmbito da gestão pública tende a ser cada vez mais participativo, incluindo os agentes públicos, parceiros privados e a sociedade civil. Essa ideia de um processo coletivo que afeta a vida de milhares de pessoas mostra a natureza construída da gestão pública e a natureza aberta das práticas democráticas (DE CORTE; ROOSE, 2020).

POR QUE USAR A PESQUISA QUALITATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS?

A pesquisa qualitativa oferece um conjunto de métodos que possibilita conhecer, monitorar, analisar e avaliar os rumos das políticas sociais, pois, em sua essência, essas promovem e exigem a proximidade dos planejadores e gestores de políticas públicas com o campo em que as políticas são implantadas e implementadas.

A pesquisa qualitativa também é aplicada na elaboração de diagnósticos sobre os efeitos que determinada política e determinados programas, projetos e/ou serviços têm sobre a população que os utiliza. Esses diagnósticos podem contribuir com o desenho, o aprimoramento e a sustentabilidade das políticas sociais, produzindo informações relevantes e úteis para o aprimoramento da ação pública.

Por meio da pesquisa qualitativa é possível observar, investigar, aprofundar e analisar experiências grupais ou individuais, práticas do cotidiano, relações sociais, comunicações de planos e programas, diferenças regionais nos resultados de políticas sociais ou mesmo investigação de documentos de políticas e programas, sejam eles escritos, imagens, filmes ou outros.

É fundamental ao(à) pesquisador(a) utilizar os métodos e as técnicas de pesquisa qualitativa existentes de modo coerente com o propósito da pesquisa, além de adotar uma conduta ética com os seus pesquisados, escolhendo os métodos e técnicas que mais condizem com seus objetivos investigativos e com esses aspectos éticos. Shaw et al. (2019) analisa a ética na pesquisa com grupos vulneráveis.

Maxwell (2020), Ospina, Esteve e Lee (2017) argumentam a favor do uso da pesquisa qualitativa na esfera pública. Couto, Carrieri e Ckagnazaroff (2019) falam da participação na avaliação e políticas públicas. Ala-Harja e Helgason (2000), Costa e Castanhar (2003), Farah (2016, 2018), Fernandes e Esmeraldo (2012), Frey et. al. (2017), Laisner e Mario (2014), Oliveira e Passador (2019), Ramos e Schabbach (2012), Trevisan e Bellen (2008) e Vaganay (2016) falam dos desafios da avaliação de políticas públicas. A pesquisa qualitativa pode ser justificada na esfera pública por diferentes razões ou mesmo uma combinação de fatores, conforme segue:

✓ **A pesquisa qualitativa e o desenvolvimento científico e tecnológico:** a avaliação dos serviços públicos tem sido estudada sobre o termo “policy evaluation”. A avaliação de serviços públicos tem sido tema e objeto de estudos acadêmicos que buscam contribuir com o aperfeiçoamento desses serviços e possibilitar maior acesso a tais serviços. Uma pesquisa qualitativa pode contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico, porque a eficiência na oferta de serviços públicos pressupõe a capacidade de avaliá-los não apenas com metodologias quantitativas, mas também com metodologias qualitativas. É mediante a avaliação que irão emergir sugestões de melhoria e possibilidade de uso de novas tecnologias na oferta desses serviços sociais;

✓ **A pesquisa qualitativa e o desenvolvimento econômico:** há um custo na oferta de serviços sociais públicos. A pesquisa qualitativa pode contribuir com a destinação ou a alocação de recursos entre os serviços, as regiões do país, os estados e os municípios. A partir do uso de metodologias qualitativas adequadas para avaliar esses serviços, os recursos públicos podem ser utilizados de modo mais eficiente e podem beneficiar maior número de cidadãos, com maior justiça e equilíbrio das contas públicas;

✓ **A pesquisa qualitativa e o desenvolvimento social e a inovação:** a avaliação dos serviços também se justifica do ponto de vista social e da inovação, porque ao conhecer os serviços públicos ofertados pelo Ministério da Cidadania e avaliá-los, os agentes públicos, juntamente com a participação dos cidadãos, podem decidir sobre a digitalização desses serviços, sobre novas formas de acesso e oferta desses serviços, sobre modos de oferta menos onerosos e sobre formas de tornar esses serviços sociais mais acessíveis.

QUANDO USAR A PESQUISA QUALITATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS?

A pesquisa qualitativa é indicada quando:

- As informações estatísticas necessitam de explicações, esclarecimentos, aprofundamentos do por que se apresentam daquela forma;
- Há dificuldade de se quantificar os dados coletados;
- O foco do estudo são as relações e interações sociais;
- A avaliação de políticas públicas se faz necessária ou qualquer outra questão quanto aos seus impactos e efeitos do ponto de vista de quem as está utilizando, sendo beneficiários e/ou atingidos. Considerando que apenas números não permitiriam compreender os diferentes aspectos da situação, pois pode haver descompasso entre as definições institucionais e o modo em que os sujeitos estão vivenciando tais políticas e/ou ações;

- O objetivo é conhecer e compreender atitudes, hábitos, culturas, motivações, sensações, impactos gerados, expectativas etc. Questões que precisam ser investigadas e compreendidas no contexto social em que se apresentam;
- O objetivo é observar, investigar, explicar e aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento complexo de estruturas e organizações de dentro das mesmas, como estrutura econômica, política social, educação, saúde e outras, ou instituições públicas ou privadas; fenômenos complexos tais como estratificação social ou a mobilidade social e os processos organizacionais;
- A pesquisa se refere a novos programas e serviços, sociedades, mudanças tecnológicas e implantação de estruturas inovadoras.

O(A) pesquisador(a) precisa estar atento(a) às seguintes questões:

- É fundamental que se tenha estreita aproximação dos dados com a realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la;
- As questões sociais e as respostas que são dadas a elas não podem ser explicadas de forma isolada, sendo uma consequência da complexidade que é a realidade social;
- Os(as) pesquisadores(as) devem buscar vínculos consistentes entre interpretações teóricas e dados empíricos. Seus estudos devem ser intensos e profundos visando à elaboração de uma explicação válida para o que se está estudando, reconhecendo que os seus resultados são sempre parciais, pois são apresentados a partir de seu ponto de vista como pesquisador(a);
- É necessário vínculo de pesquisa entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos da pesquisa, pois a partir desse vínculo se estabelecem compromissos e constroem-se relações de confiança que devem ser inteiramente respeitados;
- Devido à sua própria natureza, é difícil, ou mesmo não aconselhável, em pesquisas qualitativas fazer inferências para grandes populações.
- O processo de amostragem não é sistemático, por isso é comum o uso do termo "público pesquisado" ao invés de "amostra".

DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Há diversos entendimentos do que sejam políticas públicas. Nesse Manual, considera-se que a política pública é uma resposta dada pelo Estado às demandas de seus cidadãos, o que implica: uma intencionalidade pública e uma motivação para o estabelecimento de ações que visam a resolução de um problema; que só se torna um problema público quando entra na agenda pública, quando os governos reconhecem que um problema é uma questão pública a ser resolvida. As políticas públicas se materializam por diversos meios: programas, projetos, serviços, benefícios, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, decisões judiciais etc.

O foco desse Manual é a avaliação de programas, projetos, serviços e benefícios sociais. A avaliação deve ser um processo permanente estando em todo o ciclo da política pública:

- Identificação das demandas que precisam ser supridas;
- Definição de agenda;
- Concepção do desenho de programas que melhor atendam a essas demandas;
- Tomada de decisão sobre qual é o melhor caminho a seguir; e
- A etapa de implementação da avaliação dos impactos efetivos, inclusive para correção de ação e planejamento de programas futuros, até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção pública.

A avaliação de programas, políticas e serviços públicos deve considerar a pertinência e consistência; a disponibilidade e facilidade na obtenção de informações, podendo ser atualizável periodicamente a custos razoáveis; a clareza de significado; a historicidade para possibilitar comparações no tempo; ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociais-demográficos e socioeconômicos; ser compreensível para os agentes e públicos-alvo das políticas e ter um grau de cobertura populacional adequado para avaliação da política em questão.

Os conceitos de eficiência e de efetividade ou eficácia, no que diz respeito à avaliação de políticas públicas, devem estar integrados. Avaliar a eficiência de um programa significa olhar seus custos e julgar se os resultados são compatíveis e se não poderiam ser obtidos por um custo menor, ou seja, de maneira mais eficiente. Avaliar a efetividade ou eficácia significa analisar se a política está realizando aquilo que deveria, conforme as metas pré-estabelecidas e o impacto gerado. Assim, análises de custo e resultado (ou impacto) devem estar sempre juntas.

A avaliação de políticas públicas deve ser considerada, portanto, como um instrumento de gestão. Ela deve ser um elemento constitutivo das políticas públicas devendo ser apropriada pelos gestores no modo de pensar. Ela pode ser um instrumento de prestação de contas, de transparência e de controle social. A avaliação pode ser feita por organismos externos, contratados para este fim, pela própria instituição gestora da política ou pela combinação de ambos.

A avaliação de políticas públicas (RUA, 2012; SECCHI, 2013; SOUZA, 2006; WEISS, 1998) implica o monitoramento de políticas para verificar se os objetivos foram atingidos, pois a partir da análise dos resultados é possível propor ações de melhoria e de aperfeiçoamento ou até mesmo mudança de direção. Estudos sobre *"Policy evaluation"* (ALA-HARJA; SEGERHOLM, 2003; JANNUZZI, 2011, 2013; VEDUNG, 2010) mostram a necessidade de sistemas de monitoramento e avaliação (*monitoring and evaluation* – M&E ou monitoramento e avaliação – M & A). Mais recente, esse debate envolve a necessidade de uma gestão pública mais transparente e participativa (*participatory monitoring and evaluation process* – PM&E). A avaliação é entendida como necessária para o conhecimento das fontes de problemas, erros e responsabilização institucional e individual (BECHELAINÉ; CKAGNAZAROFF, 2014; CENEVIVA; FARAH, 2012; TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

Para a avaliação de políticas, programas e processos que caracterizam essas políticas “policy process” podem ser utilizadas técnicas e metodologias quantitativas e qualitativas ou essas técnicas combinadas. As técnicas de avaliação devem levar em conta os diferentes atores participantes, estatais e não estatais, desses processos (FARIA, 2003, 2005; FREY, 2000; WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

DESAFIOS DO SERVIÇO PÚBLICO NA CONDUÇÃO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

Conhecer os desafios do serviço público na condução de pesquisas qualitativas permite pensar sobre os mesmos e planejar estratégias para superá-los e vencê-los. Dentre os desafios de pesquisas qualitativas no serviço público estão:

- **Procedimentos burocráticos:** podem gerar morosidades nos processos de contratação de pesquisadores(as) externos, sejam pessoas físicas ou instituições;
- **Tempo necessário à pesquisa:** pesquisas qualitativas por sua essência demandam tempo, às vezes superior ao esperado ou demandado;
- **Incerteza e imprevisibilidade:** é intrínseco na pesquisa qualitativa, assim como na quantitativa, o caráter da imprevisibilidade, uma vez que a pesquisa se dá no campo, junto aos envolvidos com a pesquisa, não sendo possível ter a garantia de que tudo que foi previsto para acontecer de determinada forma realmente acontecerá;
- **Definição e escolha dos temas de pesquisa:** definir pesquisas pertinentes/interessantes para a sociedade pode ser um desafio, uma vez que na administração pública existe por vezes o conflito entre o técnico e o político;
- **Financiamento da pesquisa:** a disponibilidade de recursos financeiros tendo em vista que pesquisas qualitativas têm longa duração e envolvem frequentemente grandes deslocamentos;
- **A relação entre a administração pública e o(a) pesquisador(a):** podem surgir problemas no diálogo entre a administração pública e o(a) pesquisador(a), considerando o respeito à liberdade das opções de trabalho e das conclusões do(a) pesquisador(a), e também com relação às expectativas do setor público que não correspondam aos objetivos da investigação para as pessoas pesquisadas;
- **Os desafios do campo de pesquisa:** um dos principais desafios é abrir espaços na administração pública para escuta do público ao qual a política está dirigida; outro desafio refere-se à utilização de bancos de dados que contêm informações de vida privada e que só poderiam ser divulgadas mediante autorização da pessoa de quem são os dados;
- **Quanto aos resultados da pesquisa:** uma dificuldade é a transformação dos resultados das pesquisas em informações e recomendações capazes de assessorar os formuladores das políticas para sua melhoria e para sua recondução, principalmente em tempo hábil; outro desafio é o aprimoramento das políticas públicas avaliadas, a partir dos achados de pesquisa, corrigindo seus rumos se necessário;

- **Desafios éticos da pesquisa no setor público:** contemplar as normas vigentes que tratam sobre o sigilo e confidencialidade das informações e identidades das pessoas pesquisadas, conforme procedimentos metodológicos na pesquisa qualitativa no campo das Ciências Humanas e Sociais; a construção da relação de confiança e da preservação do vínculo na pesquisa qualitativa; e, quando são identificadas situações de violação de direitos humanos e constitucionais, a partir da realização de pesquisas, cria-se um conflito entre o respeito ao sigilo e à confidencialidade e a necessidade de divulgar essas informações para que medidas possam ser adotadas.

Alguns desafios explicitados acima podem ser superados por meio de contratos que especifiquem direitos e deveres de cada parte, que detalhe o objeto do contrato e descreva atividades e prazos, dentre outras questões. Quanto aos procedimentos burocráticos, esses são inerentes à administração pública, assim como conflitos entre escolhas técnicas e políticas. Esses conflitos influenciam a tomada de decisão em relação aos resultados encontrados nas pesquisas; tais resultados deveriam concretamente aprimorar a política.

O que se espera é que os planejamentos das políticas públicas ocorram com participação dos beneficiários dessas e/ou suas organizações, de modo que o aumento da participação da população produza maior eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas dirigidas a essa população.



CAPÍTULO 2

Ética em Pesquisas Sociais: Normas e Recomendações

ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS NO BRASIL

Uma pesquisa conduzida de forma eticamente responsável irá considerar as implicações da pesquisa na vida das pessoas envolvidas. Ou a quem interessa que a mesma seja realizada? Quem a financia? Como seu resultado será usado? Ou, por que (e para que) é realizada a pesquisa? Tais questões levam inevitavelmente à reflexão sobre aspectos éticos que a pesquisa e os pesquisadores devem levar em conta. Fazer pesquisa qualitativa significa, em geral, envolver pessoas, conversar com elas, observar o meio em que se situam, aproximar-se de seus hábitos, costumes, valores, cultura e até fazer parte de seu cotidiano. Registra-se, interpreta-se e analisa-se o que é visto, vivido, sentido ou o que é lido. Além de pessoas, instituições também podem ser participantes da pesquisa qualitativa.

A palavra “ética” tem sido comumente usada para se referir a costumes, valores e deveres relacionados à conduta dos membros de um grupo ou de uma sociedade (CHAUÍ, 2012). Trata-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais (boas, ruins, dignas, indignas, justas, injustas) consideradas tanto no âmbito coletivo como no âmbito individual, frutos de convenções sociais historicamente construídas. O campo da ética trata da consciência moral e julgamento das ações de indivíduos, grupos e instituições. A ética também trata da influência que os códigos morais estabelecidos numa determinada sociedade exercem sobre ela mesma, e como essa sociedade lida com ele (CHAUÍ, 2012). Implica em agir segundo princípios humanitários e de justiça, que levem em conta não só o bem-estar de cada indivíduo, mas o bem-estar do outro na relação, se preocupando com os meios que se utiliza para se atingir os fins.

Mas, como a ética se faz presente na pesquisa? Existem códigos éticos das pesquisas? Spink (2000) utiliza o termo “ética prescritiva” para materializar os códigos, as normatizações e as resoluções existentes para as pesquisas. Uma importante referência para o cumprimento de deveres éticos nas pesquisas é o Tribunal de Nuremberg. Esse tribunal militar internacional, constituído na Alemanha em 1945, foi criado para julgar os crimes de guerra cometidos pelos nazistas após a Segunda Guerra Mundial, mas também tratou do tema “participação de pessoas em pesquisa”.

O mesmo produziu, além de julgar e condenar pessoas por crimes de guerra, um documento com dez princípios éticos que deveriam nortear pesquisas/experimentos que envolvessem a participação de pessoas. O Código de Nuremberg, como é conhecido, definiu que pesquisas com a participação de pessoas só poderiam acontecer com consentimento voluntário dos participantes, sem qualquer tipo de coação, fornecendo informações sobre todos os benefícios e riscos que pudessem resultar dessa participação. Definiu também que as pessoas que delas participam devem ter a liberdade de sair do estudo quando julgassem necessário.

O documento citado elaborou um conjunto de 10 princípios centrados não no pesquisador, mas nas pessoas participantes da pesquisa. O Código de Nuremberg considera que o “paciente” deve ter autonomia para decidir o que é melhor para si e agir em consequência. Ele proclama que o pesquisador proteja os interesses do pesquisado, mas

também deseja que as pessoas que participam de uma pesquisa possam ativamente se protegerem (Código de Nuremberg, 1947). Embora considerado um marco importante no campo da ética, o Código de Nuremberg não integrou o cotidiano dos pesquisadores imediatamente após sua promulgação.

Na década de 1960, por meio da Declaração de Helsinque – redigida pela 18ª Assembleia Médica Mundial, em 1964 na Finlândia – os princípios contidos no Código começaram a integrar a relação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. A partir de então, a declaração de Helsinque se tornou referência na maioria das diretrizes nacionais e internacionais de pesquisa no campo da biomedicina, defendendo em primeiro lugar que “o bem-estar do ser humano deve ter prioridade sobre os interesses da ciência e da sociedade”, e dando importância especial ao consentimento livre e firmado em pesquisas médicas que envolvam seres humanos. Desde sua formulação em Helsinque, o texto da declaração recebeu sete atualizações posteriores, sendo a última datada de 2013, na 64ª Assembleia Geral, ocorrida em Fortaleza (BR).

Embora não tenham força legal no Brasil, as diretrizes e os princípios apresentados nos documentos internacionais orientam as resoluções brasileiras no que diz respeito ao cumprimento ético pelos pesquisadores em relação aos participantes de suas pesquisas, considerando sua proteção, bem-estar e segurança.

PRINCÍPIOS ÉTICOS DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Atualmente, as normas e diretrizes brasileiras para o desenvolvimento de pesquisas que envolvem a participação de seres humanos são garantidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), publicada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 2013 e pela Resolução nº 510/2016, também do CNS, de 07 de abril de 2016. Essa última refere-se às pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais considera que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural; que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; e que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante.

O primeiro documento legal que traz normatização ética para pesquisas realizadas em território nacional na área da saúde é a **Resolução nº 01/1988** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), cujas disposições garantiam o respeito à dignidade e à proteção dos direitos e bem-estar de todo ser humano submetido a estudo científico no país (BRASIL, 1988). Em 1996, o CNS deparou-se com a necessidade de revisar o documento em vigência, resultando daí sua revogação e a aprovação de uma nova resolução. A **Resolução CNS nº 196/1996**, publicada em 16 de outubro de 1996, considera **quatro eixos básicos da bioética**:

- A autonomia dos participantes por meio da utilização de termos de consentimento livre e esclarecido;
- A ponderação entre riscos e benefícios, buscando o máximo de beneficência;
- A garantia de que danos previsíveis sejam evitados (a não maleficência);
- A relevância social pautada na justiça e equidade.

Dessa forma, visou assegurar os direitos e deveres da comunidade científica, dos participantes de pesquisa e do Estado (BRASIL, 1996). Essa Resolução também prevê duas instâncias colegiadas, uma nacional, de natureza consultiva, deliberativa, normativa e independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde, denominada Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); e outra composta por comitês locais, denominados Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), cuja principal função centra-se na apreciação e avaliação de todas as pesquisas que envolvem a participação de seres humanos (BRASIL, 1996).

A resolução está fundamentada por inúmeros documentos internacionais, dentre eles, encontramos os dois supracitados, além do Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos – aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 e pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992 –; das Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos – aprovado pelo *Council for International Organizations of Medical Science* (CIOMS), em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1982, atualizado em 1993 –; e das Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos – também elaborado pelo CIOMS, em 1991. Também se embasou na própria legislação brasileira, como na Constituição Federal de 1988, no Código Civil, no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, além de leis e decretos no campo da saúde (BRASIL, 1996).

A Resolução no. 196/1996 do CNS não contemplou as práticas de pesquisas relativas a outras áreas do conhecimento, especificamente as Ciências Sociais e Humanas, isso levou à **Resolução nº 466/2012 do CNS**. A Resolução 466/2012, em seu artigo décimo terceiro, inciso terceiro, responde a essa problemática com a seguinte proposição: “[...] as especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em resolução complementar, dadas suas particularidades [...]” (BRASIL, 2012, p. 12). Finalmente, em 07 de abril de 2016, o CNS homologou a **Resolução nº 510**, a qual dispôs sobre normas específicas voltadas às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Essa resolução mostrou a necessidade de pensar e normatizar a ética para além da área da saúde, passando-se da perspectiva exclusivamente biomédica para a perspectiva que abarca as Ciências Sociais e Humanas, a partir dos seguintes pressupostos:

- As Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico (BRASIL, 2016).
- A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes;
- A relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas;
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948 são documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano;

- A Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades;
- A produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Enfim, a Resolução nº 510/2016 delimita o campo das Ciências Humanas e Sociais como sendo:

[...] aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (BRASIL, 2016, art. 2º).

Nessa Resolução, os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais são:

- I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;
- II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;
- III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;
- IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;
- V - recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;
- VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;
- VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;
- VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;
- IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e
- X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário (BRASIL, 2016, art. 3º).

O CONCEITO DE “VULNERABILIDADE” EM PESQUISAS SOCIAIS

Além disso, a Resolução adota uma concepção de vulnerabilidade como não- universal, ou seja, cultural e historicamente situada, incluindo grupos considerados “vulneráveis” nas pesquisas, como forma também de lutar contra a discriminação. O que mostra atenção para as questões de gênero, sexualidade, etnia e classe social. Segundo a Resolução, a vulnerabilidade é definida como:

[...] situação na qual a pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos [...]. (BRASIL, 2016, Art. 2, XXVI).

OS DIREITOS DOS PARTICIPANTES DE PESQUISA

Conforme o art. 9º da mesma Resolução são direitos dos participantes de pesquisas:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV - ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V - decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI - ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VII - o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa. (BRASIL, 2016, art. 9º).

Para isso, reconhece a necessidade do consentimento e do assentimento livre e esclarecido como processo que envolve a relação de confiança entre o pesquisador e seus interlocutores, sendo que comunicação deve ser adaptada às características das pessoas e grupos participantes da pesquisa. Aqui reforça o caráter processual do consentimento e se viabiliza a obtenção do mesmo por outras formas, retirando o caráter fortemente jurídico que havia na Resolução nº 196/96. Pode-se verificar isso nos artigos 4º, 5º, 15 e 16:

Art. 4º. O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

Art. 5º. O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas.

Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

Art.16. §1º Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa deve ser justificada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP (BRASIL, 2016, Arts. 4º, 5º, 15 e 16 § 1º).

É uma exigência dos Comitês Científicos que todos os participantes assinem um termo de consentimento livre e esclarecido (ou consentimento informado), no qual são explicitados os objetivos e procedimentos de nossas pesquisas; são informados os contatos dos pesquisadores (as), é garantido o anonimato (caso este seja requerido), bem como a possibilidade de desistência e do pedido de esclarecimento sobre a pesquisa, a qualquer momento. Para que esse termo seja compreendido e para que seja de fato um contrato de colaboração, é preciso que todos os envolvidos na pesquisa o compreendam, portanto deve-se usar uma linguagem corriqueira e deve ser evitado o uso de termos técnicos e jargões científicos.

Em casos específicos são necessárias preocupações adicionais para que os termos sejam totalmente acessíveis, como no caso de participantes analfabetos, por exemplo, quando não pode pedir que os participantes assinem um papel que não consigam ler, ou ainda, de outras etnias, não falantes da língua oficial. Nesses casos pode-se optar por gravar seu consentimento de forma oral, ou que alguém traduza a situação e o termo aos participantes. Ou seja, explica-se de forma clara e precisa os objetivos e compromissos e se pergunta se eles aceitam participar da investigação. Cuidado semelhante deve-se ter quando os participantes possuem alguma deficiência física que os impeça de escrever (como, por exemplo, tetraplegia, paralisia cerebral etc.).

Quando se realiza pesquisas que envolvam crianças, são os pais ou seus responsáveis que autorizam a participação. No entanto, o termo de consentimento pode e deve ser explicado oralmente às crianças em uma linguagem acessível. Além disso, a criança precisa ser ouvida sobre sua vontade de participar da pesquisa e é necessário respeitar sua decisão, mesmo que o responsável tenha autorizado sua participação no estudo.

RISCOS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A Resolução nº 510/2016 do CNS define e gradua as possibilidades de riscos aos participantes da pesquisa, embora seu detalhamento esteja previsto para ocorrer somente em publicações posteriores:

Art. 18. Nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas (BRASIL, 2016, art. 18).

Art. 19. O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar danos ou atenuar seus efeitos.

§1º Quando o pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP.

§2º O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.

Art. 20. O pesquisador deverá adotar todas as medidas cabíveis para proteger o participante quando criança, adolescente, ou qualquer pessoa cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da autonomia, reconhecendo sua situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa (BRASIL, 2016, Arts. 19 e 20).

Art. 21. O risco previsto no protocolo será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto, conforme definição de Resolução específica sobre tipificação e gradação de risco e sobre tramitação dos protocolos (BRASIL, 2016, art. 21).

GARANTIA DE ANONIMATO E RESTRIÇÕES NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Necessário tomar o máximo de cuidado para que o pesquisador não estabeleça uma relação de poder pela posição que ocupa. É preciso buscar estabelecer uma relação de confiança, que assegure aos participantes o direito de não revelação ou de revelação velada, bem como o desligamento do gravador se assim o quiserem.

As pessoas que participam da pesquisa não podem se sentir obrigadas a responder todas as perguntas e nem a entrevista pode parecer um interrogatório. Se solicitado, tem-se que garantir o anonimato dos participantes. Isso significa não somente omitir seus nomes e sobrenomes, mas qualquer informação que permita que os leitores os identifiquem. De nada adianta, por exemplo, omitir o nome de uma entrevistada se, no relatório de pesquisa, forem dadas várias descrições que a identifiquem, como profissão, idade, local em que trabalha etc. Com todas essas informações, muitos leitores a poderiam identificar se conhecessem, por exemplo, o local de trabalho da mesma.

PESQUISAS COM MENORES DE 12 ANOS DE IDADE

A simples elaboração e aplicação de Termo de Autorização para o responsável legal, muitas vezes, não é suficiente para garantir a participação de indivíduos menores de idade, visto que nos termos do art. 2º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), menores de 12 anos são considerados crianças e são inimputáveis penalmente, ou seja, não podem sofrer nenhum tipo de penalidade. São consideradas incapazes pela Lei. Assim, em termos do atendimento dos princípios éticos de pesquisa para esta população, é necessário que haja maior proteção às especificidades dos públicos, principalmente das crianças.

É importante que as pesquisas e avaliações a serem realizadas no âmbito do Ministério da Cidadania observem procedimentos claros que protejam a integridade destes menores de 18 anos, em especial com idade inferior a 12 anos. Neste caso, inclusive, é fundamental que todo e qualquer estudo sobre o público infantil, de 0 a 11 anos, seja desenvolvido de forma a que pais ou responsáveis legais possam responder pela criança⁷.

No caso da Primeira Infância os pais responderam pelas crianças. Já no caso de adolescentes e jovens, de 12 a 29 anos, os mesmos responderam por si próprios. Caso fossem menores de 12 anos, o estudo teria que desenvolver estratégias distintas de investigação e obrigatoriamente incluí-las em protocolo ético de pesquisa, submetendo o documento a Comitê de Ética (CEP) credenciado pelo CONEP. Ou seja, o estudo não seria o mesmo, além de que teria uma dificuldade significativa para ser aprovado no CEP, visto as necessárias restrições para estudos com crianças.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E CONSENTIMENTO PARA USO DA IMAGEM (ANEXO IV)

Outro aspecto importante da pesquisa sobre políticas públicas é o direito de imagem. Esse direito consta do novo Código Civil, em seu Capítulo II- Dos direitos de personalidade, artigo 27. Trata-se de garantir que a imagem de uma pessoa só poderá ser tornada pública se a mesma autorizar, salvo em casos necessários à administração da justiça ou manutenção da ordem pública. Também na Constituição Federal, art. 5º, inciso X, a lei dispõe que “[...] são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação [...]” (CF/1988).

O direito à imagem compreende todas as formas de exteriorização. Inclui os traços característicos da personalidade, da fisionomia, da representação do seu aspecto visual. Assim, envolve a imagem física, seus gestos, expressões, modos de se trajar, atitudes, traços fisionômicos, sorrisos. Se forem reproduzidas imagens, pinturas, esculturas, desenhos mesmo que pela configuração caricata ou decorativa, seja por meio televisivo, radiodifusão, revistas, jornais, periódicos, boletins, ou outros e não tiver a autorização da pessoa, a mesma pode considerar ofensa à sua imagem. As imagens das Crianças e dos Adolescentes também são protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, em seus artigos 17, 240 e 241:

[...] o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideais e crenças, dos espaços e objetos pessoais [...]. (Art. 17, Lei nº 8.069/90).

Toda pessoa, figura pública ou não, pode reivindicar judicialmente a proteção do seu direito de imagem. Sendo assim, o melhor sempre, é ter o consentimento da pessoa quando se deseja usar sua imagem.

⁷ A título de exemplo, podem ser conferidas algumas pesquisas que foram desenvolvidas pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em que essas diretrizes foram seguidas nos editais de diagnóstico (quantitativo e qualitativo) da situação de crianças no Brasil (0 a 6 anos de idade) e adolescentes e jovens (12 a 29 anos de idade), inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, em especial as beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF e beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Cf. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_154.pdf

PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS E NORMAS DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

As resoluções citadas são resultado de um processo histórico das considerações éticas em pesquisas com seres humanos de todo o tipo, sejam de metodologia qualitativa ou quantitativa.

Nesse último tipo de metodologia deve-se incluir ainda outros princípios e regramentos que são tanto gerais quanto específicos do Ministério da Cidadania. Estamos falando, em primeiro lugar, dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, elaborados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994, e adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Segundo o IBGE (sem data)⁸: a “Conferência dos Estatísticos Europeus desenvolveu e adotou os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais em 1992. Estatísticos em outras partes do mundo logo perceberam que os princípios tinham importância global muito mais ampla” e a “Comissão de Estatística das Nações Unidas, na sua sessão extraordinária de 11 a 15 de abril de 1994, adotou o mesmo conjunto de princípios – com um preâmbulo revisado – como os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas (IBGE, sem data). São 10 princípios fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas:

1. Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso: as estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo e à sociedade civil dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública;

2. Padrões profissionais e ética: para manter a confiança nas estatísticas oficiais, os órgãos de estatística devem tomar decisões, de acordo com considerações estritamente profissionais, aí incluídos os princípios científicos e a ética profissional, para a escolha dos métodos e procedimentos de coleta, processamento, armazenamento e divulgação dos dados estatísticos;

3. Responsabilidade e transparência: para facilitar uma interpretação correta dos dados, os órgãos de estatística devem apresentar informações de acordo com normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos estatísticos;

4. Prevenção do mau uso de dados: os órgãos de estatística têm direito de comentar interpretações errôneas e utilização indevida das estatísticas;

5. Eficiência: os dados utilizados para fins estatísticos podem ser obtidos a partir de diversos tipos de fontes, sejam pesquisas estatísticas ou registros administrativos. Os órgãos de estatística devem escolher as fontes levando em consideração a qualidade, oportunidade, custos e ônus para os informantes;

6. Confidencialidade: os dados individuais coletados pelos órgãos de estatística para elaboração de estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurí-

⁸ IBGE – Institucional: Códigos e Princípios: Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais
<https://www.ibge.gov.br/institucional/codigos-e-principios.html>
https://www.ibge.gov.br/institucional/codigos-e-principios.html?option=com_content&view=article&id=16148

Comissão de Estatística das Nações Unidas, 1994
<http://unstats.un.org/unsd/methods/statorg/default.htm>

dicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos;

7. Legislação: as leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatísticos devem ser tornadas de conhecimento público;

8. Coordenação nacional: a coordenação nacional entre órgãos de estatística de um país é fundamental para dar padronização, coerência e confiabilidade aos dados coletados e utilizados;

9. Uso de padrões internacionais: a utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove a coerência e a eficiência dos sistemas de estatística em todos os níveis oficiais;

10. Cooperação internacional: a cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para melhorar as estatísticas oficiais em todos os países.

Tais princípios estão presentes nas resoluções do CNS sobre as considerações éticas em pesquisas com seres humanos e em especial em pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC

Ao regular recentemente os padrões das avaliações realizadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, atual Ministério da Cidadania, esse Ministério editou duas portarias que também seguem esses princípios, assim como os outros já citados, no que tange aos aspectos éticos e metodológicos. Trata-se da Portaria MDS nº 2.227, de 06 de junho de 2018 e da Portaria MDS nº 2.626, de 29 de novembro de 2018 (que altera a nº 2.227/2018), atualmente Ministério da Cidadania.

A **Portaria nº 2.227, de 06 de junho de 2018**, faz a conversão institucional do órgão aos Princípios Fundamentais da ONU, visto que dispõe sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do mesmo e cria o selo de qualidade técnica da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI (selo Quali-SAGI).

Esta Portaria apresenta as orientações para as ações de avaliação realizadas no âmbito do MDS, as quais devem ser seguidas por todas as suas Secretarias. Define ações de avaliação como aquelas que visem pesquisar planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações sob os seguintes aspectos:

- I - do arcabouço teórico que justifica o desenho de determinada política (avaliação ex ante);
- II - da implementação e da gestão; e
- III - dos resultados e impactos dos programas e ações (avaliação ex post).

A Portaria ainda estabelece que:

- Os objetivos das ações de avaliação são diferentes, em relação aos objetivos das ações de fiscalização e auditoria;

- Toda pesquisa de avaliação visa responder a pelo menos uma pergunta específica, inserida em uma gama de temas, tais como o desenho, o planejamento, a eficiência, a eficácia, a efetividade, o impacto e os resultados de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações de interesse do MDS;
- Toda pesquisa de avaliação produzida no âmbito do Ministério ou que tenha contado com a participação, colaboração, parceria ou qualquer espécie de apoio de suas Secretarias deve gerar, no mínimo, um relatório final;
- Os dados e informações resultantes de estudos ou pesquisas financiadas pelo MDS serão, independentemente de quem os realizar, integralmente repassados ao Ministério, que é o detentor de todos os direitos sobre eles.

Além de estabelecer normas constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, a referida Portaria prescreve que todas as ações de avaliação no âmbito desse ministério devem seguir os seguintes princípios:

I - da ética e da transparência;

II - do sigilo e da proteção da intimidade dos pesquisados; III - da imparcialidade da avaliação;

IV - da objetividade;

V - da cooperação técnica e do intercâmbio; e

VI - da metodologia sólida e adequada, alinhada com as melhores práticas científicas reconhecidas pela comunidade acadêmica nacional e internacional. (Portaria MDS, nº 2.227, de 6 de junho de 2018).

Desse modo, alinha-se perfeitamente aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais elencados pela ONU, assim como aos demais princípios éticos já citados para pesquisas com pessoas.

A Portaria MDS nº 2.626, de 29 de novembro de 2018, alterou a portaria supracitada no sentido de aprimorar o modo de avaliar as pesquisas realizadas e ou contratadas pelo Ministério, criando pelo artigo 10-A um Conselho de Especialistas do Desenvolvimento Social e um Comitê de Especialistas que têm como função orientar a política de avaliação do órgão e apoiar os membros do Conselho, respectivamente.

Ainda na Portaria MDS nº 2.227/18 estabelece-se que todas as pesquisas e avaliações a serem realizadas para o MDS devem se utilizar do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e termos adicionais, tais como o Termo de Autorização para Pesquisa com Menores 12 anos de idade ou de Cessão para Uso de Imagem, quando pertinentes. Tais termos são indispensáveis mesmo quando não for possível elaborar, submeter e aprovar o protocolo completo do estudo em comitê de ética credenciado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP); quando a submissão de protocolos não for um produto específico solicitado em edital; ou quando o estudo solicitado for de curto prazo, inviabilizando o procedimento.

SOBRE O USO DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou simplesmente, Cadastro Único, é um importante instrumento do Governo Federal para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda do país e, por esse meio, formular políticas sociais apropriadas e acessíveis a elas. Sua base de dados tem sido uma ferramenta muito utilizada para estudos e pesquisas. No entanto, como se trata de um banco de dados que contém informações relativas à vida privada das pessoas é necessário ter muita atenção quanto à cessão e à divulgação desses dados.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e com o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que a regulamenta, as informações pessoais contidas nos registros do poder público relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem são de acesso restrito e somente podem ser cedidas se existir consentimento expresso da pessoa ou previsão legal.

O Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. As **Portarias MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012 e nº 192, de 19 de maio de 2017** regulam os procedimentos para solicitação de dados identificados do Cadastro Único para estudos e pesquisas.

A Portaria nº 192 altera a Portaria nº 10/2012 quanto aos artigos 2º, 3º, 5º e 11º. Basicamente, deixa-se claro que tais dados poderão ser divulgados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC e pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, neste último caso apenas para fins de realização de estudos e pesquisas, os dados individualizados que não permitam a identificação de pessoas e famílias constantes do Cadastro Único, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do art. 8º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

Os dados identificados poderão ser fornecidos a terceiros pela SAGI somente para estudos e pesquisas, desde que observados os procedimentos e diretrizes estabelecidos na Portaria nº 10/2012 e conforme disciplinado pelo art. 32, III, do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016. A SENARC poderá ceder dados identificados do Cadastro Único para fins de realização de estudos e pesquisas, nas hipóteses em que tais estudos e pesquisas originarem-se de pedido da própria Secretaria.

Constituem-se dados de identificação dos indivíduos e famílias: (1) nome; (2) documentos pessoais; (3) endereço; (4) Número de Identificação Social – NIS; (5) código da família; (6) número de telefone fixo e móvel; (7) observações sobre o cadastro da família; (8) filiação; (9) endereço eletrônico; (10) código da unidade consumidora indicado na conta de energia elétrica do domicílio; e (11) natureza do benefício e número do contrato de programas habitacionais.

Os dados identificados do Cadastro Único para fins de pesquisa e estudos precisam ser requeridos formalmente ao órgão gestor do mesmo nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital. No documento que faz a solicitação dos dados deve constar:

- A finalidade da utilização dos dados;
- A abrangência territorial da base solicitada no estudo (municípios, unidades da federação, regiões ou Brasil);

- A indicação de uma pessoa de referência fornecendo telefone e e-mail de contato.

Além disso, a solicitação deverá seguir acompanhada do projeto de pesquisa no qual deverá constar a justificativa da necessidade de acesso aos dados identificados; quais variáveis serão utilizadas e qual será a referência temporal. Caso seja o próprio pesquisador a solicitar o acesso aos dados identificados, ele deverá comprovar sua vinculação à uma unidade de ensino ou pesquisa, com anuência do orientador acadêmico ou responsável pela instituição.

As pessoas interessadas no acesso a esse banco de dados necessitam responsabilizar-se com o uso adequado dessas informações sendo obrigatório assinar o Termo de Responsabilidade (Anexo II) e o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Anexo III) sobre as informações disponibilizadas.

Por fim, cabe lembrar que a utilização indevida dos dados disponibilizados na forma da Portaria nº 10/2012 acarretará a aplicação de sanção administrativa, civil e penal na forma da lei, entendendo-se como utilização indevida toda e qualquer exposição de dados que represente violação à privacidade das famílias e pessoas que constam na base de dados do Cadastro Único, estando vedado o repasse de dados de identificação dos cidadãos e famílias cadastrados, para pessoas físicas, jurídicas ou para a sociedade em geral, sem motivações fundamentadas em legislação ou decisão judicial.

PAPEL DO CONSULTOR E/OU EMPRESA DE PESQUISA

O consultor, ou a empresa, contratado pelo Ministério para realizar pesquisas e avaliações deve atender aos diferentes requisitos já relatados nas resoluções, portarias e decretos detalhados neste documento. Aqui são ressaltados alguns destes aspectos, assim como apresentadas também responsabilidades do próprio Ministério, a fim de que os estudos requisitados sejam realizados em regime de parceria com os seus contratados.

Em sua maioria, tais pontos estão ou devem estar listados nos contratos a serem pactuados e celebrados com os consultores e/ou empresas, a fim de que o desenvolvimento dos produtos e serviços busque sempre atender ao fortalecimento das políticas públicas e sociais do Ministério, inerentes aos estudos realizados.

Em regra geral, o consultor ou empresa deverá sempre cumprir os procedimentos listados a seguir. Em caso de variações específicas quanto às responsabilidades e papel do contratado, estas estarão detalhadas de forma específica em contrato. São eles:

- 1.** Responsabilizar-se pelo total e absoluto sigilo de informações, dados, resultados, metodologias, dados dos indivíduos participantes dos estudos e quaisquer bases de dados cedidas pelo Ministério para a realização dos estudos inerentes ao contrato;
- 2.** Atender rigorosamente aos preceitos, pilares, normas, regras ou outros procedimentos relativos às Portarias e Decretos citados neste documento, como: Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012; Portaria nº 192, de 19 de maio de 2017; Portaria nº 2.227, de 06 de junho de 2018; Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, ou outros que venham a ser promulgados, relacionados a pesquisas e estudos liderados pelo Ministério da Cidadania;

- 3.** Atender rigorosamente aos princípios e normativas incluídos na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, de Pesquisa com Seres Humanos no Brasil – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP);
- 4.** Responsabilizar-se pela execução dos serviços objetos dos estudos contratados, atendendo de forma objetiva e detalhada ao solicitado em contrato;
- 5.** Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao MC, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços. A fiscalização do MC não diminui nem substitui a responsabilidade do consultor;
- 6.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, respondendo perante os órgãos competentes por todos os encargos sociais decorrentes das relações de trabalho mantidas com seus empregados;
- 7.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou prepostos quando em serviço, executando os objetos especificados em contrato, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 8.** Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, distritais e municipais, e seguros, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato, apresentando os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo MC, devendo observar estritamente as leis relativas a essas obrigações/direitos;
- 9.** Notificar ao MC, por escrito e imediatamente, qualquer anormalidade que verificar quando da prestação dos serviços;
- 10.** Assumir por si, seus diretores, empregados ou terceiros contratados, o polo passivo das demandas judiciais ou extrajudiciais, decorrentes da execução do presente instrumento, desde o início até a sua finalização, isentando o MC de qualquer responsabilidade derivada;
- 11.** Responder, perante os fiscos Federal, Estadual e Municipal, por todos os impostos, taxas e posturas, incidentes sobre os serviços ora contratados, correndo por sua única e exclusiva responsabilidade, toda multa ou sanção decorrente de infrações legais;
- 12.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências legais no que respeita às jornadas de sua equipe de trabalho;
- 13.** Cumprir rigorosamente os prazos para prestação dos serviços;
- 14.** Fornecer ao MC ou a seu preposto (gestor do contrato) toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto da contratação, bem como facilitar a fiscalização da execução dos serviços, cuja omissão na fiscalização não diminui ou substitui a responsabilidade da empresa, decorrente das obrigações pactuadas;
- 15.** Disponibilizar os documentos produzidos nas etapas da metodologia, como: aprovação do protocolo de pesquisa, dados do marco lógico, instrumentos e dados da pesquisa e a análise de impacto;

- 16.** Planejar as atividades que serão desenvolvidas, em conjunto com área específica do MC, de forma alinhada com os objetivos e expectativas apresentadas pela área e pelo grupo de trabalho;
- 17.** Emitir relatórios conclusivos dos produtos e serviços contratados, de acordo com o solicitado em contrato;
- 18.** Ceder ao MC os direitos autorais dos estudos contratados e metodologias desenvolvidas, relativas aos mesmos;
- 19.** Manter durante toda a duração do contrato as condições de regularidade fiscal exigidas para a celebração do instrumento jurídico;
- 20.** No caso de eventual necessidade de substituição de integrante da equipe, a empresa contratada deverá buscar profissional com qualificação profissional (formação e experiência) equivalente ou superior à do membro a ser substituído e submeter previamente à apreciação da área específica designada do MC designada em contrato, que se manifestará formalmente pelo deferimento ou indeferimento, observados os critérios de equivalência na nova análise curricular;
- 21.** Não transferir a outrem os serviços contratados, ou seja, subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado, sem a prévia autorização, por escrito, do MDS, não se eximindo de suas responsabilidades e/ou obrigações, derivadas dos contratos. A fusão, cisão ou incorporação, também, só será admitida com o consentimento prévio e por escrito do MDS, e desde que não afetem a boa execução dos mesmos.
- 22.** Aceitar, por parte do MC, em todos os aspectos, a fiscalização dos serviços.

PAPEL DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC

O MC também deverá assumir responsabilidades específicas, a fim de contribuir para a correta realização dos estudos contratados, como se segue:

- 1.** Fornecer as bases de dados administrativos, relatórios, documentos e outras fontes de dados secundários necessárias à realização dos estudos contratados junto ao consultor, dentro dos prazos estabelecidos em editais e contratos, a fim de proporcionar o correto cumprimento do mesmo, de acordo com suas especificações e prazos;
- 2.** Emitir cartas de apresentação, ofício ou documento similar para os consultores e/ou empresas contratadas para serem apresentados ao público-alvo das pesquisas de modo a explicar os objetivos das pesquisas e dar transparência e tranquilidade aos potenciais respondentes a respeito das mesmas;
- 3.** Acompanhar, fiscalizar e conferir a execução do objeto contratual, fazendo o necessário para que o consultor possa executar a prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas;
- 4.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo consultor;
- 5.** Permitir o acesso dos empregados do consultor às instalações nas quais estejam previstas a prestação dos serviços e/ou realização de reuniões, devidamente identificados;

6. Notificar o consultor, imediatamente e por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

A ética na pesquisa é uma postura que transcende qualquer regulamentação. O que implica que tanto as diretrizes quanto a prática da pesquisa precisam ser eticamente responsáveis, a partir de alguns objetivos éticos (SILVERMAN, 2009, p. 289): “garantir que as pessoas participem voluntariamente, tornar o comentário e o comportamento das pessoas confidenciais, proteger as pessoas de danos, e garantir a confiança mútua entre o pesquisador(a) e as pessoas estudadas”.



CAPÍTULO 3

O plano, o campo e a delimitação do problema de pesquisa

O PROCESSO DA PESQUISA QUALITATIVA: O PLANO E O CAMPO DE PESQUISA

A diversidade das pesquisas qualitativas implica dificuldade de aplicar regras precisas devido à variação do grau de estruturação que caracteriza essa forma de investigação científica. Daí decorre a dificuldade de se propor um plano ou design, desenho de pesquisa, para a pesquisa qualitativa. O Quadro 1 apresenta argumentos a favor de uma estruturação mínima e argumentos a favor de maior estruturação na pesquisa qualitativa, conforme Alves-Mazzotti (1998), com base Y. S. Lincoln e N. K. Guba, e C. Marshall e G. B. Rossman e M. B. Milles e M.A. Huberman.

Quadro 1 - Argumentos sobre a realização do Plano da Pesquisa Qualitativa

Argumentos sobre a realização do Plano da Pesquisa Qualitativa	
Mínima estruturação	Maior estruturação
<ul style="list-style-type: none">• O foco e desenho da pesquisa não podem ser definidos a priori porque a realidade é múltipla. Uma dada situação é socialmente construída, por isso significados não podem ser apreendidos de modo arbitrário em dimensões e categorias estabelecidas precocemente. O foco e o design devem emergir por um processo de indução, a partir do conhecimento do contexto e das múltiplas realidades construídas pelos participantes em suas interações.• Fenômenos sociais têm natureza idiográfica e não repetível e combinam especificidade e globalidade; isso exige uma visão da totalidade e torna difícil estabelecer a priori uma (única) teoria.• A definição prematura do problema e uma definição a priori de uma teoria podem levar o(a) pesquisador(a) a desconsiderar aspectos que não se encaixam na teoria e a interpretações distorcidas. Porém, a não definição de um problema de pesquisa antecipadamente pode ser complicada para pesquisadores iniciantes.	<ul style="list-style-type: none">• Ao escolher um determinado campo de pesquisa, ou seja, uma situação social, uma política pública, uma comunidade, uma instituição, o pesquisador já tem algum objetivo e algumas questões que buscará investigar, por isso não há motivo para não explicitá-los, mesmo que isso implique ajustes futuros.• O processo de coleta de dados de uma pesquisa qualitativa dificilmente é iniciado pelo pesquisador(a) sem o embasamento em alguma teoria, ainda que de forma implícita, portanto é preferível torná-la pública.• A realização de uma pesquisa depende, muitas vezes, de uma aprovação ou avaliação de um projeto que é a priori. A realização de coleta de dados sem um foco ou um plano, ainda que sujeito a ajustes, leva frequentemente à perda de tempo, excesso de dados e dificuldade de interpretação, e isso afeta não apenas o trabalho do pesquisador(a), mas também os entrevistados, o público pesquisado e os aspectos financeiros da pesquisa.

Fonte: elaborado a partir de Alves-Mazzotti (1998, pp. 147-148).

Para Flick (2009b, p. 8), é “cada vez mais difícil encontrar uma definição comum de pesquisa qualitativa que seja aceita pela maioria das abordagens e dos pesquisadores do campo”. Em geral, não se realiza em contextos de laboratórios (“lá fora”) e também, em geral, busca “entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’”: experiências de indivíduos ou grupos; interações, comportamentos, comunicações e práticas sociais; documentos escritos, imagens, filmes, músicas ou artefatos físicos. Ainda, pesquisadores qualitativos consideram seriamente o contexto das questões de estudo.

Desde que entendido que um plano ou projeto de pesquisa é algo que possa ou deva ser ajustado no decorrer da investigação científica, é possível indicar no projeto algumas questões centrais à pesquisa, independente da teoria adotada. Em geral, um projeto de pesquisa qualitativa deve conter:

- 1. O que se pretende investigar:** o problema de pesquisa ou as questões que buscará investigar e o objetivo geral e específicos; ou seja, definição sobre o que se busca uma melhor compreensão, lembrando que o tema da pesquisa é diferente do problema de pesquisa. O problema de pesquisa é a problematização do tema de pesquisa a partir de lacunas no conhecimento, inconsistências entre teoria e práticas cotidianas, diferenças entre resultados de diferentes pesquisas, dentre outros. A originalidade e relevância do problema de pesquisa são centrais na pesquisa qualitativa;
- 2. Justificativas:** argumentos sobre a importância da pesquisa e a contribuição teórica e/ou prática que a pesquisa poderá oferecer;
- 3. Quadro teórico e conceitos centrais:** ainda que sujeitos a ajustes, os aspectos conceituais que oferecem sustentação para a realização da pesquisa e/ou serão desafiados e contestados com a realização do estudo;
- 4. Os procedimentos metodológicos** que possibilitarão responder o problema ou as questões de pesquisa e o atingimento do(s) objetivo(s) propostos: o(s) método de pesquisa; a(s) técnicas de coletas de dados; participantes ou o(s) públicos, a situação, o grupo, a instituição a ser pesquisado ou pesquisada e o contexto; o(s) métodos ou procedimentos de análise dos resultados;
- 5. Cronograma:** o tempo de realização da pesquisa de acordo com as etapas ou objetivos propostos;
- 6. Orçamento:** a disponibilidade e/ou necessidade de recursos para a condução e conclusão da pesquisa.

Alves-Mazzotti (1998) lembra que a escolha do campo onde os dados serão coletados e dos participantes ou público pesquisado é proposital na pesquisa qualitativa. Esses são definidos considerando o problema ou as questões de pesquisa, também são necessárias condições de acesso aos participantes, a disponibilidade desses participantes e a consideração sobre o tempo de permanência do pesquisador(a) no campo.

Conforme orientação do “Caderno de Estudos” sobre Ciclo de Capacitação do MDS, atualmente Ministério da Cidadania, elaborado em parceria MDS/UFRGS/CEGOV(2015), o(a) pesquisador(a) que realiza a avaliação de programas públicos deve considerar, em sua pesquisa de campo, as seguintes questões indicadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Sistematização de questões de avaliação de acordo com o seu objetivo

Queremos mostrar	Queremos saber (perguntas avaliativas)
Que o público-alvo está sendo atendido	O público-alvo está sendo atendido?
Que os beneficiários estão satisfeitos com o programa	Os beneficiários estão satisfeitos com o programa?
Que o programa está impactando positivamente em algum problema social	O programa fez alguma diferença real?
Que o programa vale [o investimento]*	O programa merece todo o recurso investido?
Que um programa ou tipo de abordagem de um problema é melhor que outro	A nova intervenção é melhor que a [anterior]?*
Que o programa precisa de mais recursos humanos e/ou* financeiros	Como melhorar o programa?
Que os recursos humanos estão sendo utilizados	Os recursos humanos fazem uso eficiente do seu tempo no trabalho?

Fonte: MDS/UFRGS/CEGOV (2015, p. 18) * Complementação

Ainda sobre o campo de pesquisa, Flick (2009a, p. 109) fala sobre as expectativas dos pesquisadores qualitativos e o problema do acesso. Ele argumenta que o acesso ao campo na pesquisa qualitativa é mais crucial se comparada à pesquisa quantitativa, porque o contato pesquisador e pesquisados é “mais próximo ou mais intenso” e o pesquisador qualitativo, conforme o método e/ou técnica de coleta de dados permanece mais tempo no campo: entrevistas abertas, etnografia, história de vida, coleta e análise de dados visuais. Outra questão é a própria definição e campo de pesquisa para o pesquisador qualitativo. O campo pode ser uma instituição, grupos organizados em rede, a internet, as redes sociais, uma empresa ou outro tipo de organização, várias empresas, uma família, uma rua, um bairro, uma cidade, um grupo específico, uma única pessoa.

PROPÓSITO DO ESTUDO

A escolha do propósito do estudo é importante porque traz implicações para a “metodologia de trabalho” (ROESCH, 1990, p. 78) e as técnicas de coletas de dados. Todavia, é possível que uma pesquisa tenha um propósito preponderante e outro(s) secundários.

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE UM PROGRAMA

A avaliação de um programa busca “reconhecer e relatar sobre a qualidade do funcionamento do programa. A coisa sendo avaliada, às vezes, é chamada de *evaluand*. O *evaluand* é o objeto avaliado” (STAKE, pp. 178-179, 2011). É necessário considerar que existem concepções concorrentes sobre o que se denomina como qualidade, essas várias concepções precisam ser consideradas. Devido à dificuldade de se alcançar uma só definição de qualidade, a análise da qualidade dos resultados de um programa

pode ser dividida em partes: qualidade do processo, qualidade da equipe, a qualidade do ambiente e outras condições. Segundo Stake (p. 179, 2011), obviamente “a soma das qualidades das partes pode não representar muito bem a qualidade do todo”, mas é um caminho para se chegar à questão central da avaliação.

Para Roesch (1999, p. 66), a avaliação da “efetividade de um programa, política ou plano” é utilizada para subsidiar a decisão de manter ou extinguir um programa. A avaliação e resultados envolve, em geral: “comparações controladas, generalizações e amostras relativamente grandes”. O que implica que é comum o uso de pesquisas quantitativas nesse tipo de avaliação, com o uso de um desenho de pesquisa mais rigoroso. Porém, o uso da pesquisa qualitativa pode também ser aplicado para essa forma de avaliação, tendo em conta também, mas não só, o tamanho da população e da amostra. Em ambos os casos, é importante considerar o tempo após a implementação do programa para que esse possa ser avaliado.

AValiação FORMATIVA: MELHORIA E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA

A avaliação formativa tem como objetivo “melhorar” o que está sendo realizado, em geral, um processo. Nessa forma de avaliação não se pretende alcançar generalizações. O método de estudo de caso e a pesquisa-ação podem ser utilizados pelos avaliadores que fazem a avaliação de processos ou a avaliação da implementação de um programa, ou ainda a avaliação de um programa em andamento (ROESCH, 1999). A avaliação formativa tem como foco: aperfeiçoamento, melhorias, mudanças, revisão, reformulação e reestruturação de um programa.

Os métodos qualitativos são “altamente apropriados” para esse tipo de avaliação (PATTON, 1990, p. 95), porém, é necessário acompanhar as mudanças qualitativas e quantitativas do programa ou processo. O foco dessa avaliação está em “alguma coisa que está acontecendo” e sobre “como nós fazemos alguma coisa”, mais do que sobre os resultados de algo que já foi alcançado (avaliação de resultados). Conforme Patton (1990), o objetivo desse tipo de avaliação é “elucidar e compreender a dinâmica interna de como um programa, organização ou relacionamento opera”. Essa avaliação visa subsidiar a tomada de decisão sobre estender o programa para outros públicos ou manter o programa ao longo do tempo.

PESQUISA-DIAGNÓSTICO: ANALISAR O AMBIENTE E LEVANTAR PROBLEMAS DE UM PROGRAMA

A pesquisa-diagnóstico, conforme Roesch (1990, p. 71), tem como objetivo “levantar e definir problemas e explorar o ambiente”, ou seja, o diagnóstico pode ser interno (de um programa) ou externo (do ambiente, cidade, região ou país) em que o programa foi ou está sendo implantado. O foco dessa pesquisa é um momento específico de um programa ou uma situação organizacional.

Uma pesquisa com este propósito pode diagnosticar a necessidade de treinamento, a necessidade de ampliar os canais de comunicação ou a necessidade de ampliar os recursos financeiros. Pode-se analisar uma organização como um todo, ou somente um setor, ou somente um grupo de pessoas, ou o ambiente de atuação da organização ou aplicação do programa.

A pesquisa-diagnóstico é necessária para subsidiar a tomada de decisão sobre a implantação de um programa novo ou a continuidade de programas já implantados.

PROPOSIÇÃO DE PLANOS: ANÁLISE DE SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS EM PROGRAMAS

A proposição de solução tem como foco os problemas já diagnosticados de um plano ou programa, pois tem como objetivo “apresentar soluções para problemas já diagnosticados”; e, segundo Roesch (1990, p. 71), é preciso ter cuidado quando uma solução ganha visibilidade sem que se tenha um problema.

Na solução de problemas podem ser propostos o uso de modelos, manuais, sistemas, programas, planos, fluxogramas, dentre outros. É necessário incluir na proposição de planos: o custo, o tempo, planos alternativos. Também é necessário considerar que o problema, nesse caso, não se refere necessariamente a algo negativo, pois pode ser também um aspecto positivo de um programa: maior adesão a um programa e/ou maior disponibilidade de recursos do que inicialmente previsto.

PESQUISA COMPARATIVA: ANALISAR OS RESULTADOS OU IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA EM DIFERENTES LOCALIDADES

A pesquisa comparativa ou a comparação de programas é útil para situações em que se busca adaptar programas para as necessidades locais de diferentes comunidades e suas circunstâncias (PATTON, 1990). Ou seja, um determinado programa nacional pode funcionar bem em uma cidade ou região, mas necessitar de ajustes para atender as necessidades e circunstâncias de cidadãos de outras cidades e ou regiões. Portanto, é preciso ter cuidado com a ideia de que programas são “comparáveis de um local para outro e de um tempo para outro”. E cuidado também para não concluir que as variações de locais e de um momento para outro (tempo) podem inviabilizar a avaliação e a medição de resultados.

As avaliações e comparações da aplicação de um programa nacional em diferentes cidades e regiões, ou mesmo a avaliação e comparação de um programa aplicado em países diferentes, precisam considerar essas variações de espaço e tempo; ou seja, utilizar “medidas padronizadas para comparar programas pode distorcer seriamente o que está ocorrendo no programa” (PATTON, 1990, p. 102).

Além dessas questões técnicas da avaliação, “diferenças em conteúdo, processo, metas, implementação, políticas, contexto, resultados”, ressaltadas por Patton (1990, p. 102), existem ainda as questões éticas referentes à comparação desconsiderando diferenças locais e ao momento da aplicação de um programa nacional. Esse momento da aplicação pode gerar acomodação com resultados muito abaixo do que foi alcançado em outras cidades e regiões.

DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO NO TEMPO: LONGITUDINAL E TRANSVERSAL, RETROSPECTIVO E PROSPECTIVO

Quanto ao delineamento temporal da pesquisa tem-se duas opções: estudo transversal ou longitudinal (QUADRO 3).

Quadro 3 - Delineamentos transversal e longitudinal na pesquisa qualitativa

Queremos mostrar	Queremos saber (perguntas avaliativas)
<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas individuais em profundidade • Entrevistas narrativas • Entrevistas episódicas • Imagem visual* • Observações estruturais • Análise de discurso • Análise retórica • Entrevistas com grupos focais • Análise de filmes e vídeos • Análise multimídia (som e imagem) 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo de materiais bibliográficos (diários, textos) • Entrevistas repetidas com um ou mais indivíduos • Imagem visual* • Análise de materiais públicos (jornais, revistas) • Observação participante e anotações de campo • Imagens e fotografias em diferentes períodos • Mudanças diversas em diferentes períodos

Fonte: adaptado de Gaskell e Bauer (2010, p. 473). * Sobre uso de imagem ver Anexo IV.

No estudo transversal (ou seccional), a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, num ponto no tempo. Nos estudos longitudinais se estuda um processo ao longo do tempo para investigar alterações. Os estudos longitudinais são tipicamente estudos observacionais, ou seja, é importante que as pesquisas acompanhem os cortes ao longo do tempo a fim de captar as variações das respostas aos padrões associados a essas mudanças.

Para Rajulton (2001, p. 170-171) a informação transversal (*cross-sectional*) busca informações relativas ao *status* ou estado atual das coisas (pessoas, sistemas, programas, organizações, instituições), “enquanto a informação longitudinal se interessa pelo progresso e as mudanças desse *status*. Isso implica que o termo “dados longitudinais” denota medidas repetidas dos mesmos indivíduos ao longo de um período de tempo suficiente para incluir mudanças detectáveis no *status* de desenvolvimento deles”. Estudo longitudinal é um método de pesquisa que analisa as alterações ou não nas características dos mesmos elementos (indivíduos, empresas, organizações, programas etc.) ao longo de um período de tempo. Uma mesma amostra de indivíduos é medida em mais de um momento ao longo de um tempo determinado. Os dados são coletados em mais de um período de tempo, mas os sujeitos são os mesmos, ou pelo menos são comparáveis de um período de tempo para outro, pois as análises envolvem comparação dos dados entre os períodos analisados.

A pesquisa longitudinal pode ser classificada como prospectiva e retrospectiva. Na pesquisa retrospectiva, o estudo é delineado para explorar fatos do passado, podendo ser desenhado para retornar do momento atual até um determinado ponto no passado, há vários anos, por exemplo. Na abordagem prospectiva, o estudo é conduzido a partir do momento presente e caminha em direção ao futuro. Os estudos longitudinais podem mostrar a natureza de um progresso, traçar padrões de mudança, e possivelmente dar uma ideia de causa e efeito ao longo do tempo. São importantes nos estudos sobre mudanças individuais e diferenças culturais e seus efeitos ao longo dos anos. Igualmente, podem contribuir para a compreensão do ciclo de vida de conflitos sociais, da evolução de governos, do desenvolvimento das economias, entre outros assuntos que possam ser analisados e comparados no tempo.

Sobre a avaliação de programas públicos, **a avaliação ex ante** de um programa tem a finalidade de fazer análises quanto ao custo-benefício e custo-efetividade do programa a ser implantado. Além da análise dos custos monetários, dos recursos que serão necessários e do tempo de implantação, as análises sobre o território em que será implantado, suas demandas, seu público-alvo e impacto esperado são essenciais nessa etapa. Podem ser utilizados para análise: documentos, estudos comparativos, avaliações econômicas, análise sobre a capacidade de gestão e controle etc.

A avaliação feita durante a implementação de um programa, também chamada avaliação de processo, tem como objetivo adquirir conhecimento de como o mesmo está se desenvolvendo. A ênfase é dada à aplicabilidade direta dos resultados. A análise é feita no sentido de verificar se os objetivos de um determinado programa são o que se esperava dele como resultado, se de fato estão acontecendo e, em caso negativo, quais são seus déficits, inclusive investigando se houve efeitos não esperados. Analisa-se a cobertura do público-alvo atendido, a qualidade dos serviços oferecidos, as dificuldades na operação do programa. A avaliação deve trazer informações confiáveis e úteis para que possa ser fundamentada tomada de novas decisões se for o caso. O objetivo é dar suporte e melhorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa. Podem ser utilizadas diversas técnicas de pesquisa qualitativa e também quantitativa, numa mescla em que uma pode complementar a outra.

As avaliações posteriores à implementação do programa são chamadas ex post e visam analisar os resultados e os impactos, produzindo informações para elaboração de programas futuros. Avaliar impacto nesse caso significa constatar os efeitos ou impactos produzidos não apenas sobre os beneficiários diretos, mas também averiguar se houve impactos na comunidade ou para além dela. Nesse caso, dois pressupostos podem orientar a avaliação: primeiro se existia o objetivo de mudança na comunidade e segundo, se percebida tal mudança, se há uma relação causal entre o programa que está sendo avaliado e as mudanças constatadas.

INFORMAÇÕES SOBRE A AMOSTRA NOS MÉTODOS QUALITATIVOS

Um dos aspectos centrais na pesquisa qualitativa é a definição do público pesquisado. O Quadro 4 apresenta critérios para a definição do público a ser pesquisado, conforme Fragoso, Recuero e Amaral (2015), e mostra a relação dessa decisão com o problema de pesquisa e o objetivo geral do estudo. Na pesquisa qualitativa, em geral, existe uma variedade de participantes, ou seja, o foco não deve ser somente em "atores principais" do fenômeno social estudado, levando em conta os "atores coadjuvantes" e os "ex-

cluídos”, ou seja, se é necessário ouvir aqueles que participaram de um determinado programa social; também é relevante ouvir aqueles que não participaram por escolha ou por não terem sido incluídos naquele programa.

Na pesquisa qualitativa, inicialmente, é possível indicar quantos e quais serão os participantes da pesquisa, mas isso pode ser mudado ao longo do estudo. Na pesquisa qualitativa não é possível prever com precisão a identificação dos participantes, pois ocorre a inclusão de novos participantes, devido às novas informações que vão surgindo no decorrer da coleta, e até mesmo o encerramento da coleta é de difícil previsão. O encerramento ocorre, em geral, quando se percebe a “saturação” dos dados ou informações, ou seja, novos dados se tornam mais raros e as informações apenas confirmam o que já foi coletado. Além do público pesquisado, é preciso ainda considerar o contexto (ALVES-MAZZOTTI, 1998) em que o programa ou a política social são implementados, conforme será abordado na descrição de cada método.

Quadro 4 - Critérios para definição do público pesquisado nos métodos qualitativos

Definição da amostra	Público pesquisado	Aplicação
Casos extremos	Casos que se destacam dos demais por excesso ou por falta de peculiaridades relevantes para o problema de pesquisa	A observação dos extremos ajuda a perceber características que passariam despercebidas em elementos mais próximos ao padrão médio do universo de pesquisa
Por intensidade	Pesquisa de elementos em que as características que interessam à pesquisa estão presentes de forma intensa ou evidente, mas que não se caracterizam como casos extremos	Localiza a observação em casos ou elementos nos quais a informação é mais densa ou possível de verificar. Coloca em foco características previamente definidas
Máxima heterogeneidade	Pesquisa de elementos de todas as variações previamente identificadas, de modo que toda a variedade do universo de pesquisa esteja representada na amostra	Permite o conhecimento da variedade do universo de pesquisa e dos padrões que o atravessam
Máxima homogeneidade	Pesquisa de elementos que compartilham um conjunto pré-definido de características	Favorável para estudos em profundidade
Casos típicos	Pesquisa de elementos característicos de um certo universo de pesquisa, por exemplo por indicação de sujeitos-chave ou outros sujeitos da pesquisa	Ampla
Em bola de neve	A partir de um primeiro caso ou elemento de interesse, identifica-se outro(s), a partir desse(s), ainda outro(s), e assim por diante	Ampla
Por critério	Pesquisa de elementos que apresentam uma determinada característica ou critério pré-definido	Ampla

Teórico ou conceitual	Definição do público pesquisado a partir de conceitos/teorias relativos ao problema de pesquisa	Sobretudo construção de teorias e lacunas em conceitos
Comprobatória	Realiza-se uma seleção adicional de elementos que sabidamente confirmam resultados já verificados	Utilizada para aprofundamento ou obtenção de informações adicionais
Contraditória	Seleção adicional de casos ou elementos que contrariam resultados anteriores	Para aprimoramento, pode reiterar resultados anteriores (como "exceções que confirmam a regra") ou alterar percepções
Emergente	Seleção adicional em função de novas oportunidade surgidas durante a coleta de dados ou de novos elementos em função dos resultados parciais	Ampla
Por conveniência	Pesquisa de casos ou elementos que estão mais próximos, mais acessíveis ou com os quais é mais viável trabalhar	Embora a conveniência seja sempre levada em conta, a sua indicação como único critério de amostragem compromete a credibilidade da pesquisa

Fonte: adaptado de Fragoso, Recuero e Amaral (2015, pp. 78-81)

FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS NA COLETA DE DADOS

É o(a) pesquisador(a) que define quais serão as fontes de dados da pesquisa. A decisão de utilizar fontes primárias e/ou secundárias (QUADRO 5) deve garantir a qualidade da informação e, sobretudo, a coerência dos métodos e das técnicas de coletas de dados com o problema de pesquisa e os objetivos do estudo: pode o problema de pesquisa ser respondido com qual tipo de dados? Pode o objetivo da pesquisa ser alcançado com qual tipo de dados?

Quadro 5 - Fontes de dados primários e secundários

	Escritos		Outros	
	Primários	Secundários	Primários	Secundários
	Contemporâneos	Compilados na ocasião pelo autor Exemplos: documentos de arquivos públicos; publicações parlamentares e administrativas; Estatística (Censos); documentos de arquivos privados; cartas; Contratos.	Transcritos de fontes primárias contemporâneas Exemplos: Relatórios de pesquisa de campo auxiliares; estudo histórico recorrendo aos documentos originais; Pesquisa estatística baseada em dados de recenseamento; Cartas/ correspondência de outras pessoas.	Feitos pelo autor Exemplos: Fotografias; Gravações; Filmes, Gráficos; Mapas, outras ilustrações

Retrospectivos	Escritos		Outros	
	Primários	Secundários	Primários	Secundários
	Compilados após o acontecimento pelo autor Exemplos: Diários; Autobiografias; Relatos de visitas a instituições; Relatos de viagens	Transcritos de fontes primárias retrospectivas Exemplos: Pesquisa recorrendo a diários ou autobiografias	Analisados pelo autor Exemplos: Objetos; Gravuras; Pinturas; Desenhos; Fotografias; Canções folclóricas; Vestuário; Folclore; Blogs*	Feitos pelo autor Exemplos: Filmes comerciais; Rádio; Cinema; Televisão.

Fonte: Marconi e Lakatos (2020, p. 158). *Inclusão dos autores desse Manual

São considerados dados primários ou dados de fontes primárias aqueles dados coletados originalmente, em 'primeira mão', pelo pesquisador como a pesquisa de campo que contempla a realização de entrevistas, observação participante, grupos focais, por exemplo. Os dados secundários ou de fontes secundárias foram originados de material já tratado e analisado por outros, como são os dados fornecidos por censos, bases de dados, relatórios, dentre outros. Uma pesquisa pode ser feita somente com base em dados primários ou em dados secundários ou da combinação de ambos (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013).



CAPÍTULO 4

Métodos Qualitativos: Definição, Aplicação, Desafios e Limites

Um aspecto a se destacar sobre a pesquisa qualitativa é a “ilusão de homogeneidade”. Conforme Alves-Mazzotti (1998, p. 129-132), na década de 1980, inúmeras publicações tiveram como objetivo caracterizar a pesquisa qualitativa. Já no final da década seguinte, diversas tradições de pesquisa, com diferenças significativas no processo de investigação, eram reunidas sob o rótulo de pesquisa qualitativa. Essas diferenças ainda estão presentes no conjunto de pesquisas consideradas qualitativas atualmente, são diferenças sobre:

- O entendimento do real (ontologia)
- Qual objeto de pesquisa é adequado a qual tipo de pesquisa (epistemologia)
- O mérito dos diferentes métodos e técnicas de pesquisa (metodologia)
- A forma de apresentação dos resultados
- A avaliação da qualidade/confiabilidade da pesquisa (credibilidade, transferibilidade, consistência e confirmabilidade)
- O papel atribuído à pesquisa: “compreender significados atribuídos pelos atores às situações e eventos dos quais participam”? Construção de teorias? Transformação social? (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 132 e 142).

A seguir, são analisados os principais métodos da pesquisa qualitativa, também chamados em alguns manuais de estratégias de pesquisa.

ESTUDO DE CASO

DEFINIÇÃO

É um método utilizado quando se quer investigar com profundidade um “objeto” de pesquisa, que pode ser indivíduos, grupos, organizações, nações, eventos, políticas públicas, movimentos sociais, partidos políticos, processos, relações sociais etc. Cada objeto de pesquisa exemplificado acima é considerado como uma unidade de estudo; é possível o estudo de um único caso ou de múltiplos casos.

Para Goode e Hatt (1979, p. 422), o estudo de um ou mais casos é “um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado”. Esse caráter unitário tem como objetivo preservar a “totalidade” de cada caso, sendo essa entendida como uma construção intelectual, visto que cada variável de qualquer objeto físico, social ou biológico se liga ou conecta a outras variáveis, não se configurando em limites “inerentes ou intrínsecos”.

O método do estudo de caso “não pode ser considerado capaz de captar o único, mas uma tentativa de manter juntas, como uma unidade, aquelas características importantes para o problema científico que será investigado” (GOODE; HATT, 1979, p. 424).

APLICAÇÃO

- **Seleção do caso:** a escolha do caso pode ser guiada por sua raridade, complexidade, inovação ou mesmo porque se trata de um caso de sucesso dentro do objetivo da pesquisa. A seleção do caso também deve considerar o grau de dificuldade e/ou facilidade que o(a) pesquisador(a) tem de se aproximar do campo e as formas de fazê-lo (GOODE; HATT, 1979).
- **Problema de pesquisa:** é fundamental para a delimitação das “fronteiras” do caso e a amplitude dos dados coletados. É uma investigação empírica que pode ser útil para responder questões que tratam de “como?” e “por que?” (GOODE; HATT, 1979; YIN, 2001). O estudo de caso também se aplica à produção de teorias (EISENHARDT, 1989).
- **Procedimentos metodológicos:** o método de estudo de caso pode fazer uso de várias técnicas qualitativas para a coleta de dados: entrevistas, observação, pesquisa documental, fotografias, grupo focal, artefatos físicos etc. (YIN, 2001). O tempo em que ocorrem as interações ou processos também traz implicações para o tipo de abordagem temporal: transversal ou longitudinal, considerando as intrincadas relações entre passado e presente que caracterizam as modificações e transformações do objeto estudado. A utilização de triangulação (mais de uma técnica de coleta de dados) fortalece os resultados da pesquisa de caso(s) (CRESWELL, 2014; STAKE, 2005).
- **Análise dos resultados:** pode-se fazer uso de índices ou tipologias na implantação de um programa social, análise de estágios de um programa ou política, para comparação do antes e do depois. Tais procedimentos de análise reúnem as características de uma unidade (GOODE; HATT, 1979).

DESAFIOS E LIMITES

- **Delimitação do caso:** dificuldade para definir o que é um caso significativo para a pesquisa, que seja representativo do que se quer estudar (CRESWELL, 2014).
- **Amplitude dos dados:** dificuldades de delimitação dos dados (por exemplo: número de entrevistas, observações etc.), pois apesar de ser pesquisado em sua unicidade, o objeto estudado faz parte de um todo, e não pode ser isolado do contexto onde está inserido e dos processos envolvidos com ele (GOODE; HATT, 1979).
- **Níveis de análise:** a dificuldade de delimitação do caso está relacionada com a natureza social e interdependente das variáveis que acabam exigindo a inclusão de outros níveis de dados: indivíduo, grupo, institucional, aspectos psicológicos, sociais, políticos etc. (GOODE; HATT, 1979).
- **O pesquisador e os resultados da pesquisa:** o(a) pesquisador(a) pode ter uma falsa sensação sobre as conclusões do estudo, a partir da ideia de uma compreensão da “totalidade” do caso, devido à profundidade com que analisou os aspectos de um caso específico (GOODE; HATT, 1979, p. 427): a tendência do pesquisador(a) pode ser extrapolar as conclusões dos casos sem “esclarecer exatamente quais são as generalizações que baseiam a análise dos casos”.

- **O tempo e o dinheiro disponíveis para a pesquisa:** podem influenciar o número de casos a serem pesquisados e ter implicação sobre a técnica de coleta de dados (entrevistas, questionários, etc.). Com “um grupo pequeno de casos” o pesquisador(a) não será capaz de generalizar com segurança, porém, a profundidade dos achados do estudo de caso “fornecerá hipóteses úteis” para um estudo completo a posteriori do caso (GOODE; HATT, 1979, p. 431).

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- ATAÇ, I.; SCHUTZE, T.; REITTER, V. Local responses in restrictive national policy contexts: welfare provisions for non-removed rejected asylum seekers in Amsterdam, Stockholm and Vienna. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1723671>
- CORDEIRO NETO, J. R.; ANDRADE, J. A.; MARINHEIRO, J. E. M. (Des) Conexões Estado-Sociedade no Brasil: um estudo sobre a experiência de construção de cisternas no semiárido. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i4.1309>
- SALLES-COSTA, R. (Coord.). Potencialidades e limites para a implementação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional – estudo de caso em dois municípios do estado do Rio de Janeiro. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>
- GUIMARÃES, L. N. de M. R. A Efetividade do programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica – Luz para Todos. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v1i2.1204>
- JONES, D.; LOWE, P.; WEST, K. Austerity in a disadvantaged West Midlands neighbourhood: Everyday experiences of families and family support professionals. DOI: <https://doi.org/10.1177/0261018319840923>
- MAAGS, C. Hybridization in China’s elder care service provision. DOI: <https://doi.org/10.1111/spol.12616>
- MONNERAT, G. L.; NOGUEIRA, J. F. Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Saúde: desafios da implementação das condicionalidades em um município de grande porte. Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 2, Transferência de Renda. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?-grupo=108/>
- PURDAM, K; SILVER, D. Social policy and embedded evaluation: Assessing the impact of a food insecurity project in the United Kingdom. DOI: <https://doi.org/10.1111/spol.12583>
- WALKER, R. K. Avaliação do programa de promoção da inclusão produtiva de jovens – segunda Avaliação. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/245.pdf>

ETNOGRAFIA

DEFINIÇÃO

Desde as primeiras aplicações do método etnográfico, característico da Antropologia, a etnografia passou por profundo questionamento (GONÇALVES; HEAD, 2009). De uma compreensão “ingênua” como forma de “descrever e apresentar” costumes de determinados grupos sociais, esse método passa a ser visto como a “uma perspectiva do etnógrafo é parte da observação e a perspectiva do etnografado exprime uma crítica da própria relação de pesquisa inserida em uma arena político-cultural determinada” (GONÇALVES; HEAD, p. 15, 2009).

De modo geral, o(a) pesquisador(a) fundamentado em referenciais teóricos sobre interação, comportamento social e conceitos que dizem respeito à sua pesquisa, se insere na cultura de um grupo, sociedade ou organização com o fim de compreender seu cotidiano, suas relações, seu modo de vida, de pensar, de trabalho, etc. do ponto de vista das próprias pessoas que os vivenciam.

O método etnográfico pressupõe: inserção total no campo e vivência da rotina diária de seus pesquisados; presença física, contato intenso e prolongado com a cultura do grupo. O que também não implica a impossibilidade de adaptação e aplicação do método etnográfico ao mundo da administração pública.

No método etnográfico, tradicionalmente são utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados ou pesquisa de campo: observação etnográfica, entrevistas, registro de caderno de campo, pesquisa em arquivos/documental (ANGROSINO, 2009); também se utiliza a abordagem retórica, narrativa, discursiva. Isso não implica que ao utilizar uma ou outra dessas técnicas e abordagens, o(a) pesquisador(a) esteja automaticamente fazendo etnografia.

APLICAÇÃO

- **O papel do(a) pesquisador(a):** o(a) pesquisador(a) deve ter como habilidades: capacidade de observação; flexibilidade em saber usar e aplicar diversas formas de abordagens; sensibilidade para a percepção do outro e de si mesmo; domínio do tema estudado e habilidade para apresentar e descrever o que está observando, inclusive para apresentar de modo transparente o que foi observado e concluído aos participantes da pesquisa. Afinal, “os etnógrafos se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que eles estudam” (ANGROSINO, p. 31, 2009)

- **Presença física do(a) pesquisador(a) na pesquisa de campo:** a escolha do objeto de pesquisa deve considerar o acesso para o(a) pesquisador(a) ao campo da pesquisa, pois a abordagem etnográfica exige presença física com tempo suficiente para construir um entendimento do campo, dos sujeitos pesquisados e do tema em estudo. O método etnográfico é “conduzido por pesquisadores que, no dia-a-dia estão face a face com as pessoas” que estão pesquisando; pesquisadores “são tanto participantes quanto observadores das vias em estudo” (ANGROSINO, p. 31, 2009)

- **Preparar e conduzir a pesquisa:** pesquisa documental e leitura prévia (BEAUD; WEBER, 2014) são fundamentais para que o(a) pesquisador(a) sai-

ba lidar com a necessária e imensa proximidade com o campo e a sua necessidade em distanciar-se para as análises que são feitas no decorrer de sua estada e após ela, no processo de sistematização e análise dos dados. O pesquisador pode discutir suas interpretações e conclusões com o grupo pesquisado à medida que essas vão se constituindo; e, ainda, deve estar preparado para apresentar os resultados da pesquisa não somente em forma de gráficos e tabelas (uma possibilidade), mas, sobretudo, na forma de uma história e/ou narrativa (ANGROSINO, 2009).

DESAFIOS E LIMITES

- **Os modos de representar o outro na escrita da etnografia:** a importância e o desafio de desenvolver uma percepção para a polifonia, o dialogismo, a alegoria, a ficção e a interpretação na escrita etnográfica (GONÇALVES; HEAD, 2009)
- **A relação entre etnógrafo e etnografado:** essa relação pode dar origem ao “presente etnográfico”, que se refere ao problema de representar /apresentar a si e ao outro em uma “temporalidade presente, perene e eterna em que se desenrolava a etnografia” (GONÇALVES; HEAD, p. 15, 2009).
- **As implicações políticas, éticas e estéticas dessa pesquisa tão imersa na alteridade e subjetividade:** em contraposição às formas tradicionais de representação e à “ideia incontestada de possibilidade de representar uma cultura, um povo, enquanto entidade abstrata em que não estava implicada a intersubjetividade e a multiplicidade de pontos de vistas gerados a partir dos fenômenos sociais que se pretende conhecer”, tem-se o desafio de “salientar a dimensão performática da realidade social sendo narrada e descrita” (GONÇALVES; HEAD, pp. 15-16, 2009).

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- CORSARO, W. A. Something Old and Something New: The Importance of Prior Ethnography in the Collection and Analysis of Audiovisual Data. DOI: <https://doi.org/10.1177/0049124182011002003>
- FERGUSON, H.; WARWICK, L.; COONER, T. S.; LEIGH, J.; BEDDOE, L.; DISNEY, T.; PLUMRIDGE, G. The nature and culture of social work with children and families in long-term casework: Findings from a qualitative longitudinal study. DOI: <https://doi.org/10.1111/cfs.12746>
- FIELD-SPRINGER, K Reflexive embodied ethnography with applied sensibilities: methodological reflections on involved qualitative research. DOI <https://doi.org/10.1177%2F1468794119841835>
- FRANCO, G. M.; SIGAHI, T. F. A. C.; SALTORATO, P. Autogestão, Politécnica e Organização do Trabalho: Um Estudo Etnográfico em uma Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba/SP. DOI: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v12i3.1545>
- GOIS, P. H. Etnografia: a arte na rua. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45424/etnografia--a-arte-na-rua/i/pt-br>

- GONÇALVES, A. F. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revista-aval/article/view/4>
- LEIGH, J.; DISNEY, T.; WARWICK, L.; FERGUSON, H.; BEDDOE, L.; COONER, T. S. Revealing the hidden performances of social work practice: The Ethnographic Process of Gaining Access, Getting into Place and Impression Management. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1473325020929067>
- MOTTA, L. D. Sobre as relações entre pobreza e violência: notas de uma etnografia no centro de referência da juventude da Cidade de Deus - RJ. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/57161/sobre-as-relacoes-entre-pobreza-e-violencia--notas-de-uma-etnografia-no-centro-de-referencia-da-juventude-da-cidade-de-deus--rj/i/pt-br>
- SILVA, C. L. R.; SILVA, A. R. L.; FANTINEL, L. D. Simbolismos e sociabilidades na terceira idade: práticas e significações construídas em uma padaria. DOI: <https://doi.org/10.25113/farol.v6i16.3474>

HISTÓRIA DE VIDA E MÉTODO BIOGRÁFICO

DEFINIÇÃO

Os métodos de história oral, história de vida, pesquisa biográfica ou método biográfico, são utilizados pela sociologia, antropologia, ciência política, história, literatura, psicologia, educação. Essa variedade de contribuições também geram uma variação conceitual e metodológica (GIVEN, 2008), conforme Quadro 6.

O(A) pesquisador (a) pode utilizar para a pesquisa documental fontes primárias (entrevistas, cartas, diários) e secundárias (jornais, revistas, vídeos); no caso do método biográfico, utiliza-se a entrevista biográfica. Para Angrosino (2009, p. 66), a história de vida é uma forma da história oral: a "história oral é um campo de estudo dedicado à reconstrução do passado pelas experiências daqueles que o viveram". Para a pesquisa oral é indicado entrevistar o maior número de pessoas possível sobre um evento local, regional, nacional ou internacional. Os relatos formarão um mosaico de representações do evento e a construir um quadro oficial "de uma perspectiva mais ampla".

A história de vida é um estudo que ouve as pessoas em vez de falar por eles via estudos teóricos. O método está focado nas experiências das pessoas. O método história de vida é a narrativa da vida individual, contada na primeira pessoa, da maneira como ela acredita que viveu. A própria pessoa que se dispõe a contar sua vida, dando o entendimento/significado a ela que melhor lhe pareça, sempre em acordo com suas crenças e valores. Ao falar do método biográfico, Denzin (1989) ressalta a necessidade do uso do pronome "Eu" na escrita do relatório de pesquisa.

Quadro 6 - Semelhanças e diferenças entre história oral e história de vida ou método biográfico

História oral	História de vida e Método biográfico
O sujeito é utilizado para se chegar ao objeto de estudo.	O sujeito é o próprio objeto de estudo.

O objetivo é a história do contexto social.	O objetivo é a história do sujeito.
Trata-se de uma reconstituição da história do contexto social.	Trata-se da reconstituição da história do indivíduo.
É focado na subjetividade do indivíduo.	É focado na subjetividade do indivíduo.
O indivíduo participou ou testemunhou algum acontecimento.	O indivíduo é o autor e intérprete de sua própria história. Mostra o personagem real.
A verdade está na versão apresentada pelo indivíduo. Os temas são estudados do ponto de vista de quem os vivenciou.	A verdade está na versão apresentada pelo indivíduo.
Dá importância ao contexto social.	Por meio do indivíduo pode-se conhecer o contexto social, mas não é o interesse central do método. Dá importância ao singular, específico, pessoal, visando compreender as questões relativas ao nível individual.
Utiliza-se de narrativas e memórias por meio da oralidade dos sujeitos captadas por entrevistas.	Utiliza-se de narrativas e memórias por meio da oralidade dos sujeitos captadas por entrevistas.
Fontes principais de coleta de dados: Depoimentos, entrevistas, biografias, autobiografias. Utiliza-se também de documentos como meio complementar de pesquisa.	Fontes principais de coleta de dados: Entrevistas, documentos, cartas, e-mail, livros de memórias e autobiografias, testemunhos orais, questionários, diários e fotos.

Fonte: Oliveira et al. (2013, p.12).

Ao se referir à narração das vidas, Arfuch (2010) utiliza o termo “espaço biográfico”, construído a partir de variáveis da história, sociologia, ciência política, semiótica e metodologias narrativas e discursivas, dentre outros. Por meio do método história de vida é possível conhecer não só as experiências individuais relatadas pelas pessoas como também entender os fenômenos sociais dos quais os indivíduos fazem parte, uma vez que por mais particulares que as histórias de vida possam ser, são sempre relatos de práticas sociais, que mostram as formas como a pessoa se insere, e age no mundo e no grupo do qual ela faz parte.

APLICAÇÃO

- **Reflexão sobre a experiência humana:** o método de história de vida fornece “a base empírica - o ‘naturalismo’ - indispensável à elaboração de uma teoria válida. Este suporte empírico baseado em documentos humanos e na experiência humana contada e direta, seria para a Sociologia o

equivalente funcional da Etnografia para a Antropologia e do fato puro e simples para os historiadores” (CAMARGO, 1984, p. 8).

- **Compreensão das conexões entre individual e coletivo e mudança sócio história:** ao falar da vida, nas histórias de vida, Denzin (1984, p. 32) afirma que as pessoas comuns são o cimento da sociedade; elas são a sociedade vivida, sentida, experimentada”, portanto, as histórias de vida possibilitam o estudo da relação entre as práticas individuais e as práticas coletivas e a mudança sócio história (DENZIN, 1984, p. 30).

- **Espaço e tempo na história de vida:** o propósito da história de vida “é revelar como as pessoas comuns dão sentido às suas vidas dentro dos limites e da liberdade que lhes são concedidos”, tendo em vista que os “resultados das ações do sujeito, na medida em que refletem a época que representam, devem ser indicados” (DENZIN, 1984, p. 42).

- **Subjetividade:** para Becker (1999, p. 108), “a história de vida pode ser particularmente útil para fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais” e de programas da gestão pública.

- **Conhecimento sobre o processo social subjacente à realidade pesquisada:** para Becker (1999, p. 110), a história de vida pode contribuir com o conhecimento de “processos em curso”, visto que se trata de “um processo observável de interação simbolicamente mediada”. A imagem do processo produzida pelo(a) autor(a) da pesquisa “descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência” (BECKER, 1999, p. 110. Assim, a história de vida contribui com a verificação de pressuposições, contribui com o conhecimento sobre organizações e poder servir para reorientar campos/temas estagnados.

DESAFIOS E LIMITES

- **A temporalidade:** o tempo de vida das pessoas está relacionado com o acaso, as oportunidades, os compromissos, os riscos, as crises, as decepções, as perdas, os ganhos; essa temporalidade que envolve passado, presente e futuro é um dos desafios da pesquisa que utiliza a história de vida e o método biográfico (DENZIN, 1984).

- **Relação entre fato, interpretação e memória:** a pesquisa de história de vida e método biográfico envolve essa relação entre fato, interpretação e memória tanto da pessoa pesquisada quanto do pesquisador. Um exemplo é analisado por Denzin (1984, p. 35): “Ocorre então um círculo de interpretação. O que se sabia sobre um projeto antes dele ocorrer se integra na sua realização e modela as realizações subsequentes, os feitos, as interpretações e as compreensões da conduta”.

- **As diferenças na composição do relatório final da pesquisa:** lidar com as diferenças de cada vida e das linguagens particulares e dos significados a partir dos quais essas vidas são narradas (DENZIN, 1984) é um desafio para compor o relatório final de pesquisa.

- **Criar e/ou utilizar arquivos:** a ideia de que o(a) pesquisador(a) que utiliza o método de história de vida e método biográfico encontra “pronto”

o material da pesquisa é revista por Smith (1994), que mostra o desafio do pesquisador para construir o próprio arquivo para esse tipo de pesquisa.

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- CORSARO, W. A. Something Old and Something New: The Importance of Prior Ethnography in the Collection and Analysis of Audiovisual Data. DOI: <https://doi.org/10.1177/0049124182011002003>
- JÄRVINEN, M. The Biographical Illusion: Constructing Meaning in Qualitative Interviews. DOI: <https://doi.org/10.1177/107780040000600306>
- SUÁREZ-ORTEGA, M. Performance, Reflexivity, and Learning Through Biographical-Narrative Research. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077800412466223>
- LORENZO, G. C.; GALERY, A. D. Barreiras na trajetória profissional das pessoas cegas: análise de uma história de vida. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61180/barreiras-na-trajetoria-profissional-das-pessoas-cegas--analise-de-uma-historia-de-vida/i/pt-br>
- MANCEBO, R. C.; COSTA, A. S. M.; PESSÔA, L. A. G. P. Limites e possibilidades do uso da história de vida em pesquisas com refugiados no Brasil. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392018v22n3p038053>
- PURDAM, K; SILVER, D. Social policy and embedded evaluation: Assessing the impact of a food insecurity project in the United Kingdom. DOI: <https://doi.org/10.1111/spol.12583>

PESQUISA SOCIAL EM REDES E PESQUISA EM REDES SOCIAIS/WEB/INTERNET

DEFINIÇÃO

Desde o início do século XXI, a noção de rede é utilizada tanto no meio científico quanto no cotidiano das interações sociais, por conta da disseminação da Internet e da criação de redes sociais no âmbito da Web. Porém, o marco histórico do estudo e análise de redes sociais surgiu no começo do século XX. Por isso, nessa seção, utiliza-se o termo Análise social de rede (ASR), que caracterizava os primeiros estudos nas ciências sociais, e o termo Análise de Redes Sociais (ARS), utilizado para caracterizar os estudos sobre redes a partir dos conceitos oriundos das Ciências da Computação e Informação (DIAS, 2017). A seguir, apresenta-se uma síntese do surgimento dessa perspectiva analítica utilizada na sociologia, na antropologia, na ciência política, história, administração, dentre outros campos de conhecimento.

O marco histórico da análise social de redes é o início do século XX, a partir de pesquisas de antropólogos e sociólogos influenciados pela sociometria, que desenvolviam “estudos e mapeamento de relações sociais e de como essas relações influenciavam os sistemas sociais”; também influenciados por estudiosos de dinâmica de grupo, esses influenciados pela Gestalt, que entendiam o grupo como um espaço construído pelos seus membros, tais estudos possibilitariam analisar as propriedades estruturais desse espaço (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2015, p. 116). Posteriormente, esses estudos serão influenciados por pesquisas em Topologia e teoria dos conjuntos.

Para Higgins e Ribeiro (2018), as redes sociais já existiam antes da criação das mídias sociais (Facebook, Twitter, Whatsap), pois o “comportamento humano sempre foi estruturado através da interdependência das interações e de tudo aquilo que pressupõe a sua existência”. Portanto, também muito antes das técnicas atuais de ARS, estudiosos das ciências sociais desenvolviam técnicas de análise social de redes (ASR) que podem, ainda hoje, inspirar estudos sobre a rede enquanto uma forma pela qual compreendemos o mundo, a nossa existência e as interações sociais. Antunes (2012) mostra o desenvolvimento do conceito e da análise de redes no campo da história.

Costa (2017), faz uma resenha do livro “Redes sociais e processo político” de J.A. Barnes, que estuda as relações entre redes e o processo político e argumenta sobre a influência das redes em diversas atividades sociais: em eleições, na religião, no esporte, na realização de festas, dentre outras. O argumento do autor é que procurar entender essas atividades somente pelo funcionamento da política institucionalizada pode não possibilitar compreender o funcionamento direto da política. Dias (2017) entrevista John Scott, autor do “*Social Network Analysis: a handbook*” e “*A Matter of Record*” e organizou o “*The Sage Handbook of Social Network Analysis*” sobre o conceito de “rede de empresas”.

Quanto ao conceito de redes aplicado à Web, à Internet e às redes sociais, essas são estruturas compostas por fluxos de informação, relações, interações, padrões de comportamento, rotinas e hábitos entre pessoas e/ou organizações. Acioli (2007) destaca essa relação entre redes e informação como um processo de troca permanente, portanto, o quanto é importante pensar na articulação entre os espaços internos/locais e as ordens locais e globais. Essas articulações podem reinventar formas de comunicação, saberes e espaços. Para a autora, a rede pode ser vista de três maneiras: abordagem metafórica (questão da filosófica de rede), abordagem analítica (como construto analítico e metodologia) e abordagem tecnológica (redes de conexões, redes eletrônicas de informações e interorganizacionais).

Carneiro e Dwyer (2012) analisam a pesquisa sobre a sociabilidade on-line e argumentam sobre a existência de três gerações de estudos. A primeira geração dos pioneiros, entre a década de 1970 e 1990, pré-internet, que contribuiu com a pesquisa de dados sociais filtrados. A segunda geração, a partir da década de 1990, com o avanço da internet comercial e crescimento do uso doméstico, a análise da cultura da comunicação mediada pelo computador, com maior variedade metodológica (análise de mensagens, conteúdo, foco no comportamento off-line etnografia, dentre outras). A terceira geração, final dos anos 1990 e início dos anos 2000, contesta o ciberespaço como um espaço separado. O foco dos estudos está nas experiências online e off-line, na relação virtual e mundo concreto com uma variedade bem maior de temas: identidades e comunidade online e off-line, representações, hierarquias, ação cotidiana e contextos sociais, econômicos e políticos, mobilização e ação coletiva; desigualdades socioeconômicas e redes; discurso e mídias.

APLICAÇÃO

Tanto a ideia de análise social de redes quanto a metodologia de análise de redes sociais aplicam-se ao estudo das redes sociais como uma parte essencial da gestão de programas sociais e políticas públicas (seja mediada pelas mídias sociais, aplicativos e equipamentos eletrônicos): comunicação, divulgação, cadastramento, seleção de participantes, avaliação dos programas sociais e ou políticas públicas por comunidades virtuais, todo o processamento de disponibilização do serviço/programa, dentre

outros. Isso significa que a análise de Internet/redes sociais permite compreender o perfil e a identificação dos atores (pessoas ou organizações) que participam de um programa, suas interações/conexões, como se comportam e influenciam outros comportamentos, as motivações, as causas e as consequências da formação de uma rede e mesmo de rupturas dessa rede.

Fielding, Lee e Blank (2011), Fragoso, Recuero e Amaral (2015) e Hine (2010) avaliam que as abordagens da Internet na pesquisa científica qualitativa podem assumir dois modelos: essas são o próprio objeto da investigação (a Internet como artefato cultural e a Internet como mídia) ou são o espaço em que práticas sociais e as interações sociais ocorrem (Internet como cultura e espaço de interação), sendo essas últimas o foco da pesquisa. A Association of Internet Researchers – AoIR promove a pesquisa em Internet como um campo de disciplina independente de disciplina tradicionais e que existe através das fronteiras acadêmicas. Os temas da pesquisa em internet/web são variados, alguns foram listados a partir de Fragoso, Recuero e Amaral (2015, p. 47):

- **Linguagem:** pesquisas sobre a arquitetura da informação, hipertexto, links, buscadores, hipermídia, jogos digitais;
- **Tecnologia, socialização on-line e cultura:** reconfiguração das práticas sociais e culturais e das formas de socialidade, novas práticas de interação;
- **Comunicação, ciberativismo e economia política:** comunicação institucional, dinâmica dos grupos de influenciadores e novas configurações econômicas e políticas, práticas e ações individual e coletiva e a ação política na web, discursos de ódio;
- **Inclusão digital e ações governamentais:** estudos sobre a inclusão e a desigualdade no uso de tecnologias digitais;
- **Práticas de compra e venda:** estudos das práticas e relações mercadológicas no espaço da web;
- **Comportamento e psicologia na web:** dinâmica das comunidades virtuais na web, (des)construção de identidades, identidades e anonimato.

As ferramentas digitais e alguns métodos já registrados de pesquisa qualitativa sobre Web e Internet são apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 - Ferramentas e métodos na pesquisa em web/internet

Objetos de estudo	Métodos apresentados na literatura
<ul style="list-style-type: none"> • Blogs • Fotoblogs • Vídeobolgs • Moblogs • Microblogs 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo • Analise de discurso • Etnografia, análise de redes sociais (ARS) • Entrevistas • Estudo de caso • Observação participante • Método biográfico

<ul style="list-style-type: none"> • Páginas pessoais • Websites 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de hiperlink Etnografia • Estudo de caso Análise de webesfera • Webometria
<ul style="list-style-type: none"> • Portais 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de caso Etnografia • Entrevistas em profundidade Análise documental
<ul style="list-style-type: none"> • Mundos Virtuais MMORPGs – Massively Multiplayer Online Role - Playing Game 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das representações, múltiplos papéis nos mundos virtuais/jogos e interação multijogadores (Perspectiva do Interacionismo simbólico) • Etnografia Análise semiótica • Análise documental
<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Chats • Listas de Discussão 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação participante Entrevista • Análise de conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • Redes Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Etnografia Análise narrativa • Análise de discurso Análise de conteúdo Grupo focal on-line • Observação

Fonte: elaborado a partir de Fragoso, Recuero e Amaral (2015, p. 49-50).

DESAFIOS E LIMITES

- **Aplicação de métodos tradicionalmente utilizados no mundo off-line para o mundo on-line:** métodos tradicionalmente utilizados para a pesquisa do mundo off-line aplicam-se à pesquisa do mundo on-line; há necessidade de protocolos específicos para coleta de dados, organização e apresentação dos resultados para a pesquisa on-line, que diferem da pesquisa convencional; por exemplo, revisar a interação face a face na pesquisa etnográfica (HINE, 2010), além de aspectos éticos e de aspectos legais específicos do mundo on-line (FIELDING; LEE; BLANK, 2011);

- **A etnografia na web/internet:** a literatura sobre métodos virtuais apresenta uma variedade de termos para o uso da etnografia: “etnografia virtual, netnografia, etnografia digital, webnografia, ciberantropologia”, cada abordagem traz diferenças de desenho, planejamento e aplicação da metodologia (FRAGOSO, RECUERO; AMARAL, 2015, p. 168);

- **Preparação e aprendizagem do(a) pesquisador(a):** o benefício dos métodos on-line não emerge automaticamente da tecnologia, é necessária sensibilidade por parte dos pesquisadores para o desenvolvimento de novas formas de socialidade (HINE, 2010);

- **Relação pesquisador e pesquisado:** a confiança entre pesquisado e pesquisador pode ser um aspecto bastante desafiador do uso de métodos on-

-line, colocando um peso maior na forma como o pesquisador se apresenta no espaço on-line e naquela cultura que busca pesquisar (HINE, 2010);

- **Entrevistas, grupos focais e contextualização:** a entrevista e grupo focais on-line ficam limitados àqueles que estão aptos e dispostos a usar a comunicação mediada pelo computador; a contextualização fica mais difícil (comparada à aplicação off-line), considerando questões de anonimato na internet (FLICK, 2009a);

- **Etnografia na internet:** necessidade de incluir o off-line na vida social das pessoas e grupos pesquisados (FLICK, 2009a).

- **Pesquisa documental na internet:** dificuldades técnicas de acesso e arquivo dos documentos e informação insuficiente para elaboração de enunciados (por exemplo, pesquisando homepages), recomenda-se o uso da triangulação de coletas de dados (FLICK, 2009a).

Em estudo no campo da administração, Mizruchi (2006) reconhece o valor da análise de redes nos estudos das organizações (administração pública e privada) com foco na centralidade do poder, em pesquisas sobre subgrupos da rede e nas relações interorganizacionais (emergência e mudança). Sobre as críticas à análise de redes, a partir da sociologia estrutural, Mizruchi (2006) questiona: (1) a relação da análise de redes com a teoria da escolha racional; (2) a dificuldade dos modelos estruturais de redes para lidar com cultura e normas; (3) avanço limitado sobre o papel da agência humana.

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- ANDREOTTA, M., NUGROHO, R., HURLSTONE, M.J. et al. Analyzing social media data: A mixed-methods framework combining computational and qualitative text analysis. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13428-019-01202-8>

- CAVALCANTE, P. L. Programa Bolsa Família: descentralização, centralização ou gestão em redes? DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v60i1.9>

- DIAS, R. P. A análise de redes na sociologia e nos estudos sobre business groups: entrevista com John Scott. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2017v14n1p200>

- FIELDING, N. G. Critical Qualitative Research and Impact in the Public Sphere. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077800419857746>

- GANGNEUX, J. Rethinking social media for qualitative research: The use of Facebook Activity Logs and Search History in interview settings. DOI: <https://doi.org/10.1177/0038026119859742>

- HENNELL, K.; LIMMER, M.; PIACENTINI, M. Exploring health behaviours: Understanding drinking practice using the lens of practice theory. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9566.13051>

- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>.

- MARTINS, P. H. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200013>.
- SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-49802015000100008>
- SILVA, M. K.; ZANATA JUNIOR, R. "Diz-me com quem andas, que te direi quem és": Uma - Breve - Introdução à Análise de Redes Sociais. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i92p114-130>

PESQUISA-AÇÃO

DEFINIÇÃO

A pesquisa-ação é um dentre outros métodos que investigam a ação e a prática (FIGURA 1). Tripp (2005) apresenta uma breve história desse método de pesquisa e Chen, Huang e Zeng (2017) fazem uma revisão de estudos que utilizam o método da pesquisa-ação. Conforme Tripp (2005) e Thiollent (1986), ao longo do tempo, essa forma de pesquisa foi aplicada em vários campos de estudo: psicologia, administração, educação, ativismo social e emancipação das comunidades assistidas pela pesquisa, serviço social, políticas rurais, até em ações financiadas pelo Banco Mundial. Essas aplicações deram origem a várias denominações. Tripp (2005, p. 446) apresenta um diagrama que sintetiza as principais etapas desse método: "há muitos modos diferentes de utilizar o ciclo e executar cada uma das suas quatro atividades", considerando os objetivos e as circunstâncias em que a pesquisa ocorre.

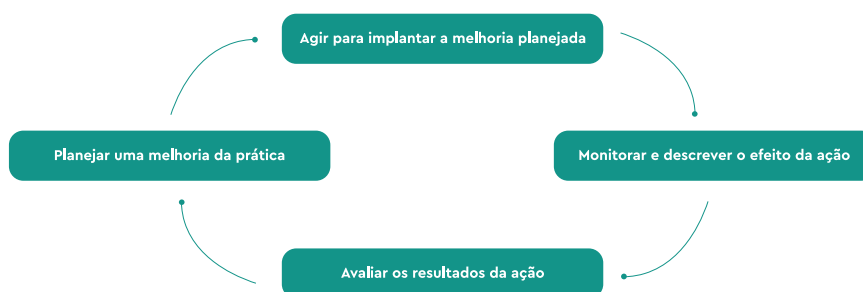


Figura 1: Representação da investigação-ação em quatro etapas

Fonte: Tripp (2005, p. 446)

Quadro 8 - Formas de participação em uma pesquisa-ação

Motivos para a participação	Descrição da participação
Obrigaçào	Quando um participante não tem opção quanto ao assunto, em geral por haver algum tipo de coaçào ou diretriz de parte de um superior.
Cooptaçào	Quando um pesquisador persuade alguém a (a optar por) ajudá-lo em sua pesquisa e a pessoa cooptada de fato concorda em prestar um serviço ao pesquisador.

Cooperação	Quando um pesquisador consegue que alguém concorde em participar de seu projeto, a pessoa que coopera trabalha como parceiro sob muitos aspectos (uma vez que é regularmente consultado), mas num projeto que sempre "pertence" ao pesquisador (o "dono" do projeto). A maioria das pesquisas para dissertação é desse tipo.
Colaboração	Quando as pessoas trabalham juntas como co-pesquisadores em um projeto no qual têm igual participação.

Fonte: elaborado a partir de Tripp (2005, p. 454)

A investigação de uma ação, programa ou prática exige do(a) pesquisador(a) uma imersão no local em que esses ocorrem, vivenciando situações que se referem a seu objeto de pesquisa, inclusive com intervenções. O(A) pesquisador(a) tem dupla postura de observador(a) crítico(a) e de participante ativo(a). Quanto aos outros participantes, esses podem participar de uma pesquisa-ação por diferentes motivos (QUADRO 8).

Thiollent (1986, p. 14) define a pesquisa-ação como "um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo". O Quadro 9 apresenta as recomendações para a condução da pesquisa ação e o Quadro 10 os objetivos.

Quadro 9 - Recomendações para a condução da pesquisa-ação

Recomendações	
1	Trate de tópicos de interesse mútuo
2	Baseie-se num compromisso compartilhado de realização da pesquisa
3	Permita que todos os envolvidos participem ativamente do modo que desejarem
4	Partilhe o controle sobre os processos de pesquisa o quanto possível de maneira igualitária
5	Produza uma relação de custo-benefício igualmente benéfica para todos os participantes
6	Estabeleça procedimentos de inclusão para a decisão sobre questões de justiça entre os participantes.

Fonte: elaborado a partir de Tripp (2005, p. 455)

Quadro 10 - Objetivos a serem alcançados com a pesquisa-ação

Objetivos e conhecimentos a serem alcançados	
1	A coleta de informação original acerca de situações ou de atores em movimento
2	A concretização de conhecimentos teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas investigados.

- 3 A comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal acerca da resolução de diversas categorias de problemas.
- 4 A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas e planejar as correspondentes ações.
- 5 Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta da ação e suas condições de êxito.
- 6 Possíveis generalizações estabelecidas a partir de várias pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores.

Fonte: elaborado a partir de Thiollent (1986, p. 41)

APLICAÇÃO

- **Variedade de aplicações:** a pesquisa-ação pode ser utilizada para compreender e avaliar os resultados de um projeto ou programa; e também para diagnóstico: identificar necessidade de mudança e melhoria de programas já implantados; formular estratégias de ação para resolver uma situação-problema, aplicá-las e avaliar sua eficiência; compreender a nova situação que se configurou e recomeçar os passos se observadas novas situações problemas (TRIPP, 2005).

- **Contexto, meio e finalidade:** a relação recíproca “entre pesquisa e prática aprimorada é que não apenas se compreende a prática de modo a melhorá-la na pesquisa-ação, mas também se ganha uma melhor compreensão da prática rotineira por meio de sua melhora, de modo que a melhora é o contexto, o meio e a finalidade principal da compreensão” (TRIPP, 2005, p. 450).

- **Participação ativa dos participantes e forma de engajamento político-emancipatório:** em sua aplicação, pressupõe a participação de todos os envolvidos, pesquisados(as) e pesquisador(a), na busca de estratégias para solução de problemas, de uma forma investigativa, crítica e reflexiva. Isso implica que a pesquisa-ação pode ter contribuições não apenas técnicas, também de natureza política (a reflexão sobre uma prática pode levar à identificação de injustiças e de desigualdades geradas pelo status-quo) e emancipatória (a constatação da necessidade de mudar o status quo para si, para o grupo ou de modo mais amplo) (THIOLLENT, 1986; TRIPP, 2005).

- **Embasamento teórico:** para aqueles que consideram que a pesquisa-ação é atórica, Tripp (2005, p. 450) avalia que a teoria disciplinar tradicional não é prioridade principal para essa forma de investigação, porém ela é necessária na busca por “compreender as situações, planejar melhoras eficazes e explicar resultados”. Ou seja, a “pesquisa-ação” não se faz sem uma “teorização-ação”. Para Thiollent (1986, p. 28) é necessário que o(a) pesquisador(a) descreva os aspectos centrais da estrutura de raciocínio que fundamenta a pesquisa-ação, afinal “quando queremos interferir no mundo precisamos de conceitos, hipóteses, estratégias, comprovações, avaliações e outros aspectos de uma atividade intelectual”.

- **Teorização indutiva e dedução:** na pesquisa-ação, os pesquisadores tendem a utilizar “teorização indutiva apenas quando não há uma expli-

cação preexistente ou uma teoria que explique satisfatoriamente” o que se tenha observado ou se esteja “tentando observar, de modo que os pesquisadores de pesquisa-ação frequentemente operam dedutivamente, especialmente nos estágios iniciais” (TRIPP, 2005, p. 452).

- **Coleta de dados e campo de pesquisa:** A pesquisa-ação pode ser realizada juntamente com outros métodos como, por exemplo, o método do estudo de caso. Os dados são coletados por meio de registros de caderno de campo, observação participante, de registro de conversas informais, e de fotos/imagens (autorizados), dentre outros.

DESAFIOS E LIMITES

- **Ética e implicações da pesquisa sobre os outros:** pesquisadores que utilizam a pesquisa-ação devem adotar medidas que assegurem que as pessoas atingidas na pesquisa não estejam sendo enganadas, manipuladas ou exploradas. Portanto, a pesquisa-ação não pode ser utilizada para obtenção de informações “como um meio de espionagem, visando discutir um projeto com os afetados por ele, a fim de descobrir como superar suas objeções a um plano de ação predeterminado de um projeto” (TRIPP, 2005, p. 455).

- **Relação teoria-prática na pesquisa-ação:** Tripp (2005, p. 455), considera que os pesquisadores deveriam ser capazes de “fazer a ligação tanto da teoria para a transição da prática quanto da prática para a transformação da teoria”, o que, em geral, não ocorre devido à ênfase na melhoria da prática (TRIPP, 2005).

- **Compromisso compartilhado:** intervenções experimentais e mudanças afetam as pessoas envolvidas na pesquisa-ação, por isso a questão ética deve ser amplamente considerada nas etapas da pesquisa-ação: planejamento, diagnóstico, avaliação e resultados (TRIPP, 2005).

- **Motivos da participação e implicações para os resultados:** deve-se analisar os impactos nos resultados de uma mudança na prática de participantes por obrigação (Quadro 8), pois seu empenho na pesquisa está relacionado com uma ordem da chefia, por exemplo (TRIPP, 2005).

- **Diferença entre pesquisa-ação e pesquisa participativa:** para Thiollent (1986, p. 15) “toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação”. Para o autor, “uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação”. A pesquisa-ação trata de uma ação problemática que exige que uma investigação seja elaborada e conduzida.

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- ARANDA, M. F.; SILVA, G. X. A. Concepción para el Funcionamiento de un Observatorio Turístico en Manabí, Ecuador. DOI: <https://doi.org/10.5585/ijsm.v18i3.15955>

- BARBOSA, J. S.; ARAÚJO, M. A. L. Educação (física) e esporte – nas teias de uma pesquisa-ação extensionista em uma universidade pública baiana. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.48227>
- BORGES, R. M.; GONZÁLEZ, F. J.; GAYA, A. C. A.; GALATTI, L. R. Diálogos sobre o ensino dos esportes: formação continuada por meio da pesquisa-ação. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.71738>
- CAMPOS, T. M.; LIMA, E. O. Um estudo sobre os fatores que influenciam no desenvolvimento de competências empreendedoras. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v20i1.3231>
- CHIM-MIKI, A. F.; LIMA, A. A.; MARACAJÁ, K. F. B.; OLIVEIRA- MATOS, C. 'Hiking' turístico no espaço rural: pesquisa-ação na comunidade quilombola de Caiana dos Matias – Serra Redonda/PB1. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/53282/-hiking--turistico-no-espaco-rural--pesquisa-acao-na-comunidade-quilombola-de-caiana-dos-matiasserra-redonda-pb1-/i/pt-br>
- MACHADO, G. B.; KRAEMER, R.; DANDOLINI, G. A.; SOUZA, J. A.; TODESCO, J. L. Perspectivas de pesquisa sobre Inteligência Estratégica Antecipativa e Coletiva (IEAc) por meio da análise de sentimento: um cenário didático de uso. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2236-417X2020v10n1p152>
- SANTOS, L.; LIMA, A.; NASCIMENTO, G. Priorização de desperdícios na manutenção de equipamentos médicos em operações hospitalares. DOI: <https://doi.org/10.21450/rahis.v17i4.6455>
- SEMIÃO, V. M. R.; AZEVEDO, D. S. Turismo e desenvolvimento de destinos: o 'case' Aracaju Convention & Visitors Bureau. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p228>
- SILVA, A. M.; MATTE, J.; MILAN, G. S. A Implementação do setor de pós-vendas e sua relação com a retenção de clientes. DOI: <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.5611>
- SILVA, F. C.; SHIBAO, F. Y.; SANTOS, M. R. D.; BARBIERI, J. C. Análise de 'stakeholders' em indústria do setor plástico: uma aplicação da Norma ABNT NBR ISO 14001:2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v13i2.1828>

MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

DEFINIÇÃO

A análise de conteúdo é útil quando o(a) pesquisador(a) precisa rastrear temas em um conjunto de documentos (textos, áudio, imagens), especificamente se o interesse da pesquisa é a comunicação humana: entender o que é dito, como é dito, por quem e para quem e em que contexto. Para Krippendorff (1986, p. 7), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa nas ciências sociais que "busca compreender dados não como uma coleção de eventos físicos mas como um fenômeno simbólico": significados, consequências, intenções, efeitos.

Os objetivos da análise de conteúdo podem ser:

- construir índices (relação causal entre fenômenos);
- pesquisar frequência, correlação e associações de termos e palavras de um texto para comparar as falas de empresários e/ou políticos, organizações e/ou partidos políticos dirigidas para seus públicos (funcionários, clientes, eleitores), ver estudos de Starke Jr (2020) e Purdam e Silver (2020);
- entender o conteúdo semântico de textos (frases, parágrafos) para manter ou mudar a comunicação dirigida a diferentes públicos-alvo;
- transformar um texto discursivo em um conjunto de palavras-chave ou códigos estruturados com o objetivo de ter uma interpretação estruturada – formal, padronizada, objetivada – de ideias, mensagens e conteúdo informacional de um jornal, um canal de televisão, páginas da Internet, Redes sociais a respeito de uma política ou um programa social.
- analisar os aspectos quantitativos ou qualitativos do texto, visto que, por meio da análise de conteúdo, é possível mostrar o texto a partir dos aspectos quantitativos de sua estrutura ou a partir dos significados de temas/mensagens/valores que estejam explícitos ou implícitos dirigidos a uma determinada audiência;
- conhecer os meios (sintaxe) e o conteúdo (semântica) de um texto possibilita entender qual era o contexto social, econômico, cultural ou político em que um texto foi produzido, publicado ou proferido, entender as representações sociais mobilizadas (psicologia) e também aspectos linguísticos de uma época.

Quadro 11 - Passos na análise de conteúdo

Passos na análise de conteúdo	
1	A teoria e as circunstâncias sugerem a seleção de textos específicos
2	Baseie-se num compromisso compartilhado de realização da pesquisa
3	Construa um referencial de codificação que se ajuste tanto às considerações teóricas como aos materiais
4	Faça um teste piloto, revise o referencial de codificação e defina explicitamente as regras de codificação
5	Teste a fidedignidade dos códigos, e sensibilize os codificadores para as ambiguidades
6	Codifique todos os materiais na amostra, e estabeleça o nível de fidedignidade geral do processo
7	Construa um arquivo de dados para fins de análise estatística
8	Faça um folheto incluindo (a) o raciocínio utilizado para o referencial de codificação; (b) as distribuições de frequência de todos os códigos; (c) a fidedignidade do processo de codificação

Fonte: Bauer (2010, p. 215).

Quadro 12 - Como utilizar a análise de conteúdo

Como utilizar a análise de conteúdo	
1	Definir o tema e problema de pesquisa
2	Realizar uma revisão da literatura pertinente ao problema de pesquisa e escolher a perspectiva teórica que dará suporte ao estudo
3	Definir as suposições, hipóteses ou objetivos da pesquisa
4	Definir os meios para a coleta de dados
5	Definir o tipo de grade para análise (fechada, aberta ou mista): estabelecimento de categorias de análise <i>ex ante</i> , <i>ex post</i> ou uma combinação delas.
6	Ler o material selecionado para a pesquisa
7	Definir a unidade de análise: palavra, frase, expressão, parágrafo
8	Definir as categorias de análise: a partir da definição do tipo de grade
9	Analisar o conteúdo com procedimentos estatísticos, interpretativos ou ambos
10	Analisar o problema que a investigação suscitou
11	Confrontar os resultados obtidos e a teoria adotada
12	Formular a conclusão
13	Elaborar o relatório da pesquisa

Fonte: elaborado a partir de Vergara (2010, p.8-9).

Para as origens da análise de conteúdo, consultar Bardin (2009). Quanto aos procedimentos de condução da pesquisa, não há um único conjunto de procedimentos a serem utilizados na análise de conteúdo. Os Quadros 11 e 12 apresentam duas propostas para essa análise.

APLICAÇÃO

- **Domínios da análise de conteúdo:** para Bardin (2009), a análise de conteúdo pode ser aplicada à comunicação escrita ou oral de uma pessoa (um pronunciamento, um discurso de posse, um diário, agenda); à comunicação entre duas pessoas (diálogo) que envolve cartas, respostas a questionamentos, análises e trabalhos escolares; à comunicação de um grupo restrito (ordens de serviço de uma empresa, comunicações, entrevistas de trabalho, conversas em reuniões); e à comunicação de massa: jornais, revistas, anúncios publicitários, cartazes, textos jurídicos, discursos, rádio, televisão, cinema, música.

- **Grande volume de dados:** a análise de conteúdo pode ter como foco uma variedade de dados da WEB, portais de jornais (eletrônicos e impressos), programas de rádio e televisão (BAUER, 2010), os filmes/cinema e as redes sociais. E uma das principais vantagens e aplicação da análise de conteúdo está na pesquisa que tem um grande volume de dados por fazer uso de

materiais que se encontram em bibliotecas ou em acervos particulares de indivíduos, ou de instituições privadas ou públicas, textos disponíveis na internet. Além disso, o custo pode ser baixo.

- **Quantidade e/ou qualidade:** Bauer (2010) utiliza o termo análise clássica de conteúdo para se referir à análise que tem como foco o formalismo estatístico do texto, ou seja, a descrição numérica das características de um texto. Uma análise qualitativa de textos tem como foco: os temas, os pensamentos, sentimentos, memórias, planos, controvérsias e discussões, ambiguidades, valores/crenças, diferenças e semelhanças, tendências e mudanças.

- **Materiais textuais como dados e inferência:** a análise de conteúdo pode possibilitar classificar, contar e comparar símbolos, mensagens, interesses de um grupo social por uma empresa com fins comerciais ou governo/órgão público com o objetivo de implantação de um programa ou uma política pública e até mesmo em uma situação de conflitos e guerra. Conforme Bauer (2010, p. 191-192): a codificação “de um texto o transforma, a fim de criar nova informação desse texto”; com a análise de conteúdo pode-se “produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”. Por exemplo: a análise de representações de um texto possibilita aos pesquisadores inferirem a “expressão dos contextos” e o “apelo [ao público] através desses contextos”.

- **Sintática e semântica:** ao analisar as representações em um texto, a análise de conteúdo pode adotar dois focos e procedimentos: sintáticos, que buscam conhecer “como algo é dito ou escrito” (frequência e ordenação de palavras, aspectos gramaticais e estilo, meios de expressão e capacidade de influenciar a audiência); e semânticos, que buscam conhecer “o que é dito em um texto” (os sentidos denotativos e conotativos, os temas, as avaliações) (BAUER, 2010, pp. 192-193).

DESAFIOS E LIMITES

- **Validade da análise de conteúdo:** considerar o valor e a validade de uma análise de conteúdo a partir da fundamentação dessa análise nos materiais pesquisados, na teoria utilizada, na congruência com o objetivo da pesquisa e na solidez do problema de pesquisa (BAUER, 2010).

- **Amostra:** Bauer (2010, p. 196) recomenda atenção com três aspectos da amostra: a representatividade, o tamanho e a unidade e codificação da amostragem. Por exemplo: se a pesquisa será realizada em jornais, pode-se considerar a orientação política, a periodicidade, datas de publicação, o número de leitores, a cobertura nacional ou regional da distribuição, conteúdos “populares ou especializados”.

- **Codificação e categorias:** a qualidade de uma análise de conteúdo está diretamente relacionada com a qualidade da codificação ou sistema de categorias proposto. A codificação requer preparação e treinamento do codificador, construção interativa de um referencial de codificação ou sistema de categorias. Ou seja, um conjunto de códigos (questões) a partir dos quais serão buscadas as respostas, mediante um conjunto de alternativas (BAUER, 2010). Por exemplo: uma codificação deve levar em conta se o objetivo do estudo é analisar um programa a partir de seus antecedentes e consequências. O referencial de codificação é um documento do processo de pesquisa.

- **Fidedignidade:** dois desafios da análise de conteúdo (BAUER, 2010): (1) a demarcação de unidades de pesquisa dentro de um conjunto de materiais, e (2) a codificação do conteúdo. Ambos estão sujeitos ao julgamento e pesquisadores devem trabalhar para reduzir a margem de erro, reduzir o grau de ambiguidade e entender as implicações da complexidade do referencial e codificação nos resultados (delimitação vaga dos códigos ou delimitação que evidencia a polissemia do texto etc.).
- **Dilemas:** amostragem e tempo de codificação, amostras prolongadas/longitudinais ou codificação complexa aplicada a um único período de tempo; codificação simplificada pode gerar resultados fidedignos, “mas pouca informação”, e alta fidedignidade é difícil de se obter com uma codificação complexa (BAUER, 2010, p. 209).
- **Uso de computadores e softwares na análise de conteúdo:** o uso de computadores e de softwares desenvolvidos para este tipo de pesquisa são úteis para lidar com grande volume de dados, porém a codificação automática computadorizada é limitada. A interpretação é uma atribuição dos pesquisadores (BAUER, 2010). O uso de computadores não permite aos pesquisadores anteciparem totalmente a análise de conteúdo de um texto pelo processamento de dados, pois a análise de conteúdo envolve imaginação científica, trabalho teórico e a necessidade de uma análise crítica dos resultados (KRIPPENDORFF, 1986).

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- AVRITZER, L. (Coord.); VAZ, C. N. Demografia, Sociedade e Vulnerabilidade: um Método tentativo de prospecção e estimativa de demanda por Programas Sociais - O Caso de Minas Gerais. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>
- BURLANDY, L. et al. Potencialidades e limites para a implementação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional – estudo de caso em dois municípios do estado do Rio de Janeiro. Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 4 Segurança Alimentar e Nutricional. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>
- FISCHER, F. M.; LUZ, A. A. Inclusão produtiva de jovens estudantes: um estudo de caso em organização não governamental na cidade de São Paulo. Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 5 Inclusão Produtiva. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>
- JANNUZZI, P. M. Avaliação de Programas Públicos por meio da Análise Estruturada dos Relatórios de Auditoria da Controladoria Geral da União. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n59.3719> <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>
- PAIVA, B. A. (Coord.). O SUAS em Santa Catarina: O processo de implantação da Proteção Social Básica em perspectiva. Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 3 Assistência Social e Territorialidades. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>

- SOUZA, W. J. (Coord.). Ação Interinstitucional de Fomento ao Protagonismo Juvenil: formação de agentes de desenvolvimento comunitário no território do Mato Grande/RN. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmpps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

MÉTODO DE ANÁLISE DE DISCURSO, ANÁLISE RETÓRICA E PESQUISA NARRATIVA

DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO

Tanto a análise de discurso, quanto a análise retórica e a análise narrativa são utilizadas para o estudo de práticas de comunicação escritas, orais e imagens de instituições, organizações ou sociedades particulares/grupos sociais (QUADRO 13).

A análise de discurso, análise narrativa e análise retórica são formas de pesquisa que apresentam diferenças de origem e elementos comuns em sua aplicação. Não existe um único método de análise de discurso, ou análise retórica ou análise narrativa, existem diferentes perspectivas (sociolinguística, linguística crítica, semiótica, estudos da linguagem, análise estruturalista, análise da conversação e pós-estruturalismo, abordagem sociocognitiva, história oral e história autobiográfica, filosofia crítica) e tradições de análise (por exemplo: análise de discurso francesa e anglo-saxã).

Quadro 13 - Análise de Discurso, análise retórica e pesquisa narrativa

Análise de discurso	Análise retórica	Pesquisa narrativa
Aplicação/objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> • O discurso como uma forma de ação: analisar diversas formas da linguagem (verbais, escritas, visuais, gestuais). • A linguagem como construída e construtora: entender como as diferentes formas de linguagem/comunicação reproduzem, mantêm e transformam os aspectos da vida em sociedade. • Preocupação com o discurso em si mesmo: O(A) pesquisador(a) não infere que há algo por detrás do discurso, lhe interessa o discurso tal como se apresenta. • Discurso e mudança social: investigar construções ideológicas presentes na linguagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a persuasão (meios/argumentos) no discurso escrito, oral ou imagem (discurso parlamentar, empresarial e outros). • Analisar o objetivo social, o sistema de representação do discurso (análise crítica e ideológica). • Analisar um discurso em relação ao contexto e à totalidade do discurso, sem tentar reconstruir a intenção dos autores e interlocutores. • Analisar os compromissos políticos partilhados no discurso. • Analisar a situação retórica: exigência (tempo e conveniência), o público, os tipos de discurso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a experiência humana: interação (pessoal e social), a continuidade (passado, presente e futuro) e a situação (o lugar). • Analisar as histórias presentes no cotidiano, menos como uma lista de compreensões, e sim como indicadoras de questionamentos. • Analisar histórias de épocas antigas e da época atual para fornecer roteiros possíveis para o nosso futuro. • Analisar conjuntamente as pessoas, a sua experiência e sentido referente a uma ação/ um evento/ um programa situados em tempos e lugares específicos (processos sócio-histórico de construção de identidade, identificação)

Passos para a pesquisa		
<ul style="list-style-type: none"> • Não há um único método de pesquisa. Recomendações: • Formular questões iniciais • Escolher os textos a serem analisados • Transcrever os textos em detalhes (artigos de jornal, registro parlamentares não necessitam e transcrição) • Ler o texto de forma cética e interrogar o texto • Codificação • Análise (regularidades, variabilidade, hipóteses) • Teste de fidedignidade e validade • Descrição 	<ul style="list-style-type: none"> • Cada análise pode ser diferente. Esse método tem resistência à codificação. • Primeiro: estabelecer a situação retórica do discurso que será analisado; • Segundo: identificar os tipos de discurso persuasivo utilizando a teoria da estase. • Terceiro: aplicar os cânones retóricos: invenção, <i>ethos</i>, <i>pathos</i>, <i>logos</i>, disposição, estilo. • Quarto: revisar e aprimorar a análise, empregando orientações reflexivas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há um único método de pesquisa. Recomendações: • Reconhecer que ao adentrar o campo de pesquisas as histórias e experiências pessoais e sociais estão em andamento • Buscar diferentes histórias narrativas no campo de pesquisa, indo além de histórias autobiográficas, identificando pontos decisivos (turning points) e tensões/rupturas. • Conexões entre as histórias/narrativas dos indivíduos sobre a situação pesquisada. Conexões cronológicas das histórias relatadas no momento presente com histórias de épocas anteriores.
Referências		
Gill (2010, p. 244-270)	Leach (2010, p. 293-318)	Clandinin e Connelly (2015) e Creswell (2014)

Fonte: elaboração a partir de Clandinin e Connelly (2015), Creswell (2014), Gill (2010), Leach (2010).

Outro aspecto que se destaca na aplicação do método de análise de discurso e narrativas é a relação entre discurso e narrativas com o contexto (DIJK, 2017; FAIRCLOUGH, 2003, 2001; CLANDININ, CONNELLY, 2015). Os estudos científicos do discurso e de narrativas nas vertentes sociocognitiva e crítica já avançaram para além da ideia de contexto como variáveis independentes (idade, etnia, gênero).

A partir de uma abordagem sociocognitiva, Dijk (2017, p. 9) fala no desenvolvimento de teorias explícitas a respeito dos contextos e da maneira como os contextos se “relacionam ao discurso e à comunicação”. Dijk (2017, p.11- 12) cita que os contextos: controlam a produção e interpretação do discurso; habilitam as adaptações ao momento em que o discurso ocorre; influenciam a direção em que o discurso é formulado e o estilo do discurso; tornam explícitos os aspectos “novos” e “antigos” da interação social que o discurso propõe; mostram os aspectos sociopolíticos do discurso.

Fairclough (2001) propõe uma teoria social do discurso com destaque para a relação dialética entre discurso e a estrutura social em que esse discurso é produzido, mantido e transformado. A partir de uma perspectiva crítica, ele argumenta que o discurso não se limita ao texto, o discurso é uma prática social, portanto, tratar de discurso implica estudar também a mudança social. A análise de discursos possibilita conhecer como um tema pode suscitar diferentes discursos por parte de grupos organizados, indivíduos em posição hierárquica de comando que falam em nome de uma organização, instituições e órgãos governamentais, dentre outros. Para o autor, a prática discursiva pode ser criativa, inovadora ou conservadora. Sobre a metodologia de análise de discurso, Fairclough (2003) não define uma única metodologia, ele argumenta que cada

pesquisa trata de um discurso e um contexto e os pesquisadores devem definir a partir de alguns pressupostos como será conduzida a análise.

DESAFIOS E LIMITES

- **A pesquisa narrativa e o campo de pesquisa:** é preciso sensibilidade dos pesquisadores que pedem que pessoas revivam suas histórias, afinal “suas vidas não começam no dia em que chegamos, nem termina quando partimos” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 99).

- **O discurso e as circunstâncias de sua produção:** esse tipo de análise é útil quando se quer estudar o sentido que as pessoas dão às suas experiências e seu posicionamento nas relações sociais vivenciadas dentro de contextos específicos a partir da comunicação e suas formas de expressão (GILL, 2010). É preciso, para o uso desse enfoque analítico, que o(a) pesquisador(a) considere que os discursos das pessoas são sempre circunstanciais, construídos a partir de recursos interpretativos particulares e influenciados pelo momento histórico, pelas condições sociais, econômicas, geográficas ou linguísticas.

- **A variedade de material para a análise de discurso exige análise cuidadosa do material a ser pesquisado:** há ampla possibilidade de coletar informações para dar subsídios à compreensão dos processos de produção de sentido a partir das práticas discursivas. As diferentes maneiras estão presentes no cotidiano: 1. Documentos de domínio público como processos sócio históricos de construção de saberes e fazeres (textos, imagens, músicas, filmes, por exemplo); 2. Bases de dados; 3. Entrevistas; 4. Conversas do cotidiano; 5. Mídia como estratégia central de construção e circulação de repertórios na sociedade contemporânea; 6. Cinema como processo dialógico de interação entre imaginação criativa – em sua produção – e apreensão criativa – por parte de quem assiste.

- **Validade e transferibilidade:** as críticas a esses enfoques analíticos indicam a impossibilidade de generalizações. Entretanto, é preciso que se saiba a natureza de cada técnica de modo que sua escolha se adeque ao objeto de estudo. As abordagens qualitativas são, em sua natureza, mais subjetivas e limitadas ao universo pesquisado, não sendo adequadas generalizações de cunho estatístico ou representativo de grandes populações.

- **Análise de discurso e práticas discursivas de instituições, organizações ou sociedades particulares:** existem definições conflitantes e sobrepostas do conceito de discurso (FAIRCLOUGH, 2003, 2001, 1995), porém, em geral, essas definições envolvem aspectos linguísticos, e também teóricos e sociais: há o entendimento do discurso como uma prática social, isso implica buscar compreender a posição dos sujeitos sociais no discurso, as práticas discursivas, as interações entre os discursos (intertextualidade e interdiscursividade), a mudança discursiva e o papel dos discursos nas mudanças sociais.

- **Entre convencer e persuadir, a retórica como argumentação:** a retórica religiosa, jurídica, política (REBOUL, 2000) ou empresarial são exemplos de retóricas. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 30-31) afirmam que “para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que lava à ação”. Porém, “para

quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer [convicção] é mais do que persuadir”. Os autores consideram a argumentação persuasiva aquela que pretende valer pra um auditório particular e argumentação convincente “àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional [argumentação dirigida a auditórios semelhantes]”.

- **Variedade de origem da pesquisa narrativa e variedade analítica:** a pesquisa narrativa tem origem na história, na literatura, na sociologia, na antropologia, na educação, na sociolinguística. Essas diferentes origens geram diferentes orientações analíticas (CRESWELL, 2014).

- **Relações da pesquisa narrativa com o estudo biográfico, história de vida e história oral:** embora a pesquisa narrativa tenha aspectos comuns com essas formas de investigação, ela se distingue de cada uma delas (CRESWELL, 2014).

- **Apresentação dos resultados:** um dos principais desafios da análise de discurso, análise retórica e pesquisa narrativa é a apresentação dos resultados, pois é preciso encontrar uma forma fluída e convidativa para apresentar as pessoas, descrever a situação analisada (programa, evento, ação, prática), descrever o contexto e apresentar ou reestoriar (processo de reorganização) as histórias pesquisadas, que basicamente implica reunir todos os outros itens citados (CRESWELL, 2014).

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- ARAUJO JUNIOR, E. M. Cartografia social nas narrativas dos territórios: o caso das populações ribeirinhas na Amazônia legal. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61139/cartografia-social-nas-narrativas-dos-territorios--o-caso-das-populacoes-ribeirinhas-na-amazonia-legal/i/pt-br>

- BOAS, L. F. V.; ICHIKAWA, E. Y. Migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Paraná: práticas cotidianas e processos de territorialização em meio ao trabalho precário. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174719>

- BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R. Como estamos na fita? Os vídeos institucionais para a mobilização da confiança entre organização e funcionários. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/11612/como-estamos-na-fita--os-videos-institucionais-para-a-mobilizacao-da-confianca-entre-organizacao-e-funcionarios/i/pt-br>

- BRULON, V.; PECI, A. Entre consensos e discordâncias: estratégias de legitimação no campo burocrático do Estado em ação nas favelas. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174048>

- CAINE, V., CHUNG, S., STEEVES, P., & CLANDININ, D. J. The necessity of a relational ethics alongside Noddings' ethics of care in narrative inquiry. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468794119851336>

- LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. O Programa Bolsa Família na voz das Pescadoras Artesanais do Litoral de Pernambuco. Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate – N. 16. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_118.pdf

- LEITE, C. K. S.; FONSECA, F. C. P.; HOLANDA, B. M. Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180383x>
- MACHADO, C. R. S.; SILVA, M. F. S.; PASCOAL, V. M. R. Agricultura periurbana e extensão universitária: limites e possibilidades no combate à fome e à miséria: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal do Rio Grande FURG nos municípios de Rio Grande e São José do Norte (RS). Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 4 Segurança Alimentar e Nutricional. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>
- PAIVA, B. A. (Coord.). O SUAS em Santa Catarina: O processo de implantação da Proteção Social Básica em perspectiva <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>
- SUÁREZ-ORTEGA, M. Performance, reflexivity, and learning through Biographical-Narrative Research. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1077800412466223>

MÉTODOS DA PSICOLOGIA: TÉCNICAS PROJETIVAS

DEFINIÇÃO

As técnicas projetivas emergiram no campo da psicologia como uma abordagem experimental contra a rígida estrutura relacionada com o teste e os estudos mentais da época, primeiras décadas do século XX, conforme Zubin, Eron e Schumer (1965). Desde então, os métodos projetivos passaram a ser utilizados em estudos clínicos sobre psicopatologias, estudos sobre personalidade e estudos sobre percepção. Ao mostrar as dificuldades com a própria definição do que “projeção” significa para as técnicas projetivas, Zubin, Eron e Schumer (1965) descrevem que as projeções não têm necessariamente que incluir componentes defensivos, inconscientes, inaceitáveis, evitação de ansiedade quando um indivíduo é solicitado, a partir de um estímulo, a atribuir sentido (make sense), ordem ou atribuir significado a esse estímulo.

Além de originárias e amplamente utilizadas no campo da psicologia, as técnicas projetivas também são aplicadas no campo de estudos da saúde e da educação. Vergara (2010) analisa o uso dessas técnicas para o campo da gestão organizacional. As técnicas projetivas analisadas pela autora são as técnicas de complemento, de associação, de construção, de expressão, de ordenamento. Na técnica de complemento, é solicitado ao pesquisado complementar sentenças, parágrafos, histórias, cartoons ou situação na forma de quadrinhos.

Conforme Vergara (2010), nas técnicas associativas, o(a) pesquisador(a) utiliza, em geral, a associação de palavras por meio de uma palavra indutora com a qual o(a) pesquisado(a) irá associar o que lhe vier à mente. As técnicas de construção demandam do(a) pesquisado(a) uma resposta na forma de um desenho, uma história ou uma descrição. As técnicas de expressão solicitam ao pesquisado ou pesquisada que esse se coloque no papel de outra pessoa em uma determinada situação apresentada pelo pesquisador(a). A técnica de ordenamento solicita ao pesquisado(a) que esse estabeleça um ranking para os itens em discussão na pesquisa.

APLICAÇÃO, DESAFIOS E LIMITES

Neste manual, destaca-se a construção de desenhos, as técnicas de complemento e as técnicas de construção (Quadro 14, 15 e 16).

Quadro 14 - Construção de desenhos

Características	Descrição
Palavras-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Projeção, aspectos emocionais/psicológicos • Reflexão individual e em grupo • Representações individuais e coletivas • Resposta visual
Aplicação/ Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Complementar (triangulação) dados já obtidos por meio de informações orais ou escritas. • Pesquisar aspectos de natureza subjetiva. • Pesquisar possibilitar o engajamento do grupo quando utilizada a construção coletiva de imagens e a interpretação coletiva dos resultados.
Como utilizar	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o tema e o problema de pesquisa. • Revisão da literatura e escolha da teoria pertinente. • Definir a modalidade de interação com o público que será pesquisado para a obtenção do desenho: entrevistas, questionários, seminários, workshops. E também o momento: início ou final do encontro. • Definir, se necessários, procedimentos adicionais: observação, entrevistas, grupos focais. • Selecionar os indivíduos da pesquisa. • Coletar os dados por meio dos métodos definidos, incluindo a construção de desenhos. • Analisar os desenhos. • Comparar os dados obtidos a partir dos diferentes métodos utilizados na coleta. • Retomar o problema de pesquisa. • Confrontar os resultados da pesquisa e a teoria definida para o estudo. • Formular a conclusão. • Elaborar o relatório de pesquisa
Principal desafio em sua aplicação	<ul style="list-style-type: none"> • O método exige do(a) pesquisador(a) conhecimentos da psicologia ou alta sensibilidade para interpretação dos desenhos.

Fonte: Vergara (2010, p. 43-44)

Tanto a construção de desenhos quanto as técnicas de complemento e as técnicas de construção (Quadro 14, 15 e 16) são destacadas aqui devido às possibilidades de sua aplicação no campo da administração, especialmente em pesquisas de marketing em-

presarial. Todavia, elas também podem ser utilizadas na avaliação de programas sociais para análise de mudança em um programa, para uma análise comparativa entre programas, para análise da extinção de um programa, para o estudo do andamento de um programa, para estudo sobre expectativas em relação a novos programas, estudo dos vários stakeholders de um programa e o papel que cada um exerce.

Quadro 15 - Técnicas de complemento

Características	Descrição
Palavras- chave	<ul style="list-style-type: none"> • Questionamento indireto • Estímulos pouco ou semiestruturados • Sentenças, parágrafos, histórias, cartoons • Projeção: valores, crenças, atitudes, sentimentos • Subjetividade
Aplicação/ Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar, em geral, quando há necessidade de disfarçar o propósito da pesquisa. • Obter dados para questão do tipo: por que? Que visam explicar. • Complementar dados coletados por técnicas tradicionais.
Como utilizar	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o tema e o problema de pesquisa. • Revisão da literatura e escolha da teoria pertinente. • Definir as técnicas de complemento a serem utilizadas na coleta de dados de acordo com o propósito da pesquisa. • Elaborar o material que será utilizado com o público: <i>cartoons</i>, sentenças incompletas, parágrafos ou histórias incompletas. • Selecionar os indivíduos da pesquisa. • Realizar um pré-teste, com sujeitos que não farão parte da amostra para avaliar a adequação dos instrumentos a serem utilizados no campo. • Realizar os ajustes no material. • Coletar os dados por meio dos métodos definidos, incluindo a técnica de complemento. • Analisar os dados, pode ser feito ou não junto com os sujeitos pesquisados. • Comparar os dados obtidos a partir dos diferentes métodos utilizados na coleta. • Retomar o problema de pesquisa. • Confrontar os resultados da pesquisa e a teoria definida para o estudo. • Formular a conclusão. • Elaborar o relatório de pesquisa
Principal desafio em sua aplicação	<ul style="list-style-type: none"> • O método exige do(a) pesquisador(a) conhecimentos da psicologia ou alta sensibilidade para a elaboração do material (sentenças, parágrafos, cartoons) para evitar respostas óbvias ou socialmente aceitáveis.

Fonte: Vergara (2010, p. 205-206)

Quadro 16 - Técnicas de construção

Características	Descrição
Palavras- chave	<ul style="list-style-type: none"> • Fotografias, figuras, histórias, desenhos, colagem • Projeção: estímulos verbais e visuais • Elementos inconscientes • Criatividade
Aplicação/ Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a imaginação e a criatividade dos respondentes por meio de estímulos pouco ou não estruturados. • Provocar a expressão de necessidades, desejos, crenças, elementos quase sempre inconscientes. • Visam explorar ou explicar por que as pessoas agem de determinada maneira.
Como utilizar	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o tema e o problema de pesquisa. • Revisão da literatura e escolha da teoria pertinente. • Definir as técnicas de construção a serem utilizadas na coleta de dados de acordo com o propósito da pesquisa. • Selecionar o material que será utilizado na pesquisa: fotografias, figuras, papel, canetas, cola, tesouras, revistas, jornais, flip-chart, máquina fotográfica, gravador, computador, entre outros. • Selecionar os indivíduos da pesquisa. • Realizar um pré-teste, com sujeitos que não farão parte da amostra para avaliar a adequação dos instrumentos a serem utilizados no campo. • Realizar os ajustes no material. • Coletar os dados por meio da técnica de construção definida e outros instrumentos, se for o caso. • Analisar os dados, pode ser feito ou não junto com os sujeitos pesquisados; pode-se utilizar a análise de conteúdo (grade fechada, aberta ou mista). • Comparar os dados obtidos a partir dos diferentes métodos utilizados na coleta. • Retomar o problema de pesquisa. • Confrontar os resultados da pesquisa e a teoria definida para o estudo. • Formular a conclusão. • Elaborar o relatório de pesquisa
Principal desafio em sua aplicação	<ul style="list-style-type: none"> • O método exige do(a) pesquisador(a) conhecimentos da psicologia ou alta sensibilidade para a interpretação dos dados. A participação dos respondentes no processo de análise pode minimizar as dificuldades do processo de interpretação.

Fonte: Vergara (2010, p. 217-218)

Quanto à aplicação, o uso dessas técnicas pode ocorrer para complementar dados de uma pesquisa qualitativa ou quantitativa, ou seja, esses métodos podem ser combinados (triangulados) com outros métodos qualitativos e mesmo quantitativos em etapas distintas do projeto de pesquisa. As técnicas projetivas têm como foco compreender aspectos emocionais, expectativas, fatores implícitos sobre tomada de decisão e comportamentos. Ou seja, são técnicas que podem abordar diversos temas estudados por técnicas não projetivas, a diferença está no nível e/ou na profundidade do conteúdo cognitivo e dos sentimentos e emoções humanas abordados, ideias e pensamentos não expressos e não verbalizados, estudo de atitudes, motivações e percepções, estudos de opinião, estudos sobre valores, imaginação, interações, significados, fantasias, desilusões.

A utilização de técnicas projetivas “envolve diferentes modalidades de interação com os participantes da pesquisa e a interpretação e a explicação das representações podem ser feitas tanto pelo participante quanto pelo pesquisador” (VERGARA, 2010, p. 43). Também pode variar entre semi e não estruturada a forma de coleta de dados ou aplicação da técnica projetiva, como na construção desenho, por exemplo:

- 1) Semiestruturada:** o(a) pesquisador(a) solicita ao pesquisado a representação de tipos específicos (ônibus em uma pesquisa de transporte coletivo);
- 2) Não estruturada:** o pesquisador tem a liberdade de elaborar suas próprias representações (por exemplo o que seria o transporte coletivo ideal).

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- ALMEIDA, G. T. As Técnicas Projetivas em Estudos sobre a ‘Consumer Culture Theory - CCT’. Revista Ciências Administrativas, v. 24, n. 2, p. 1-15, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.5020/2318-0722.2018.5629>
- BARROS, L. E. V.; CAPPELLE, M. C. A.; GUERRA, P. Carreira outsider: um estudo sobre o processo de rotulação da carreira de músico. DOI <http://dx.doi.org/10.21529/RECADM.2021007>
- BELK, R. W.; GER, G.; ASKEGAARD, S. Consumer desire in three cultures: results from projective research. <http://www.acrwebsite.org/volumes/8000/volumes/v24/NA-24>
- BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R.; CASADO, T. Práticas de gestão e representações sociais do administrador: algum problema?. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/1311/praticas-de-gestao-e-representacoes-sociais-do-administrador--algum-problema-/i/pt-br>
- CASTRO, P. F. et al. (Orgs.). Fundamentos e construções contemporâneas dos métodos projetivos https://www.asbro.org.br/arquivos/Fundamentos_e_construcoes_contemporaneas_dos_metodos_projetivos_2018.pdf
- CATTERALL, M.; IBBOTSON, P. Using projective techniques in education research. DOI <https://doi.org/10.1080/01411920050000971>
- DOHERTY, S.; NELSON, R. Using projective techniques to tap into consumers’ feelings, perceptions and attitude. . . Getting an honest opinion. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2010.00880.x>

- FARIA, M. D.; CASOTTI, L.; CARVALHO, J. L. Vulnerabilidade e invisibilidade: um estudo com consumidores com Síndrome de Down. DOI <https://doi.org/10.13037/gr.vol34n100.4324>
- FARZIN, M.; VAZIFEHDUST, H.; HAMDI, K. Projective Techniques for Understanding Cyber-Market Mavenism in Social Network Sites. DOI <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i3.4074>
- GOULD, L. J.; EBERS, R.; CLINCHY, R. M. The systems psychodynamics of a joint venture: anxiety social defenses, and the management of mutual dependence. DOI <https://doi.org/10.1177/001872679905200602>
- HEMAIS, M. W.; CASOTTI, L. M. Insatisfações projetadas de consumidores de baixa renda. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34410/insatisfacoes-projetadas-de-consumidores-de-baixa-renda/i/pt-br>
- HOFSTEDE, A., VAN HOOF, J., WALENBERG, N.; DE JONG, M. Projective techniques for brand image research: Two personification-based methods explored. DOI <https://doi.org/10.1108/13522750710754326>
- MEENAGHAN, T. Sponsoring and advertising: a comparison of consumer perceptions. DOI [https://doi.org/10.1002/1520-6793\(200102\)18:2%3C191::AID-MAR1005%3E3.0.CO;2-C](https://doi.org/10.1002/1520-6793(200102)18:2%3C191::AID-MAR1005%3E3.0.CO;2-C)
- MEYER, A. Visual data in organizational research. <https://business.uoregon.edu/sites/business1.uoregon.edu/files/media/VisualDataOS.pdf>
- PINHAL, V. A.; FERREIRA, D. V. S.; BORGES, J. F. É com Pesar que Informamos o Encerramento de Nossas Atividades: Representações e Práticas do Declínio Organizacional em Videolocadoras. DOI <http://dx.doi.org/10.19094/contextus.v16i1.1031>
- RAMSEY, E.; IBBOTSON, P.; BELL, J.; GRAY, B. A projectives perspective of international "e" -services. DOI <https://doi.org/10.1108/13522750410512868>



CAPÍTULO 5

Técnicas de Coleta de Dados: Definição, Aplicação, Desafios e Limites

A pesquisa qualitativa utiliza quatro métodos principais, com frequência de forma combinada: observação; análise de textos e documentos; entrevistas e grupos focais; gravações em áudio e vídeo (SILVERMAN, 2009). Os métodos qualitativos – observando, entrevistando, analisando documentos – são os caminhos mais importantes para compreender “o que as pessoas fazem, conhecem, pensam e sentem” (PATTON, 1990, p. 94). Essa seção analisa esses métodos que também são chamados técnicas de coletas de dados.

Um aspecto importante na coleta de dados na pesquisa qualitativa é o debate sobre a “neutralidade empática”. Os críticos da pesquisa qualitativa, conforme Patton (1990, p. 54), questionam de um ponto de vista positivista a elevada subjetividade nas metodologias qualitativas porque o pesquisador é igualmente quem coleta e quem analisa os dados, além das estratégias de pesquisa incluírem maior contato pessoal entre pesquisador e os pesquisados seu contexto de vida. Para o autor, a objetividade na pesquisa qualitativa está relacionada com o mesmo que ocorre na pesquisa quantitativa: não utilizar os dados para provar uma perspectiva particular, não manipular os dados para alcançar “verdades” pré-estabelecidas.

PESQUISA DOCUMENTAL

DEFINIÇÃO

A pesquisa documental possibilita a reconstrução de um fato ou fenômeno que de outra forma não seria possível, dada à limitação da memória humana e possibilidade de alteração de lembranças, esquecimento ou deformação de acontecimentos, afirmam Garcia et al (2016).

A pesquisa documental se baseia em fontes escritas de dados que vão ajudar no levantamento de fontes de evidências para responder os objetivos de pesquisa. Ela pode ser uma técnica complementar ou ser a única fonte de dados de uma pesquisa, sendo a análise de conteúdo uma das principais técnicas de análise para os dados obtidos com a pesquisa documental, asseguram Farias Filho e Arruda Filho (2013).

APLICAÇÃO

A pesquisa documental precisa ser planejada, principalmente a sua etapa de análise (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013):

- A comparação de informações com os objetivos da pesquisa;
- A comparação com os argumentos e conclusões de autores sobre o tema;
- Verificar a presença ou não de conceitos, categorias e elementos do referencial teórico com os documentos coletados;

- Permitir considerações gerais e conclusões com base nas comparações dos documentos com o referencial teórico.

VANTAGENS E LIMITES

As vantagens do uso da pesquisa documental, apontados por Cellard (2014), são:

- Elimina parte da influência (da presença ou intervenção) do pesquisador;
- É uma técnica de baixo custo comparado a outras, necessitando apenas do acesso aos documentos e tempo do pesquisador;
- Pode conter informações únicas, que não constam em outras fontes.

Como desvantagens, o autor comenta:

- Dificuldades de acesso aos documentos ou acesso restrito;
- Pesquisador pode não possuir o domínio sobre o documento;
- Problemas de armazenamento e conservação do documento

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- AGUIAR, N. F. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida das mulheres e as relações de gênero. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20 N.16.pdf>
- DINIZ, S. C. ET. AL. Avaliação de experiências de capacitação para inclusão produtiva na região metropolitana de Belo Horizonte. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/5.pdf>
- DULCI, O. S. Estudo sobre as contribuições das pesquisas implementadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação no campo da transferência de renda e de serviços sócio assistenciais. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/caderno%20-%2013.pdf>
- FAUSTINO, R. C. (Coord.). O impacto do programa Bolsa Família (PBF) na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em comunidades indígenas Kaingang e Guarani no Paraná. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20 N.16.pdf>
- MEDEIROS, R. S. (Coord.). Transferência de renda e monitoramento: mudanças no papel do gestor municipal no acompanhamento das famílias em situação de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família no Estado da Paraíba. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20 N.16.pdf>
- MONTE-MÓR, R. L. M. (Coord.). Avaliação de Metodologias de Capacitação para Inclusões Produtivas vinculadas às Políticas Públicas de Transferências de Renda do MDS na RMBH: Municípios de Belo Horizonte e Nova

Lima. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

• MONTEIRO, D. A.; SILVA, A. A.; RIBEIRO, E. M. Avaliação da Gestão do Programa Bolsa Família na Bahia. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/11282>

• SILVA, M. O.; GUILHON, M. V. M. O Bolsa Família no contexto da proteção social: significado e realidade das condicionalidades e do índice de gestão descentralizada no estado do Maranhão. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/2%20Transfer%C3%Aancia%20de%20renda.pdf>

ENTREVISTAS

DEFINIÇÃO

A entrevista é uma técnica para trazer à tona ou descobrir perspectivas ou opiniões sobre os fatos ou sobre determinado tema para além da perspectiva ou opinião do pesquisador, compreendendo que o mundo social é construído ativamente pelos indivíduos no seu cotidiano (GASKELL, 2010).

Na técnica da entrevista, a reflexividade do entrevistado deve receber a atenção do pesquisador no decorrer da entrevista (PERERA, 2020), incluindo a sensibilidade para interromper momentaneamente a entrevista, devido às emoções e à reinterpretação que acompanham a lembrança de fatos ocorridos.

Quadro 17 - Tipos de entrevistas

Entrevistas: tipos de estrutura	Forças	Fraquezas
Entrevista estruturada (fechada): realizada mediante um roteiro de questões preestabelecidas que serão feitas de igual maneira para todos os entrevistados.	A análise de dados é relativamente simples (comparada aos outros tipos), pois as respostas podem ser comparadas diretamente de forma agregada. Várias questões podem ser feitas em um período mais curto de tempo	Os respondentes precisam associar suas experiências às categorias da pesquisa; isso pode ser visto como impessoal, irrelevante e mecânico. Podem ocorrer distorções entre as experiências vividas pelos participantes e os limites de escolha dados pelo roteiro de entrevista
Entrevista semiestruturada ou Entrevista com guia de abordagem: realizada a partir de um guia composto por tópicos e questões especificadas; o entrevistador decide a sequência e as palavras empregadas nas questões no curso da entrevista	Os respondentes têm maior compreensão dos dados da pesquisa. Lacunas nos dados podem ser antecipadas no momento da elaboração e revisão do guia. Entrevistas ainda se mantêm próximas de uma conversa e da situação.	Tópicos relevantes podem ser omitidos do guia/entrevista. A flexibilidade de sequência e das palavras a serem utilizadas nas questões podem gerar diferenças significativas e reduzir a comparabilidade.

<p>Entrevista padronizada aberta-fechada: todos os entrevistados são questionados sobre questões básicas na mesma ordem e mesmas palavras. E também questões completamente abertas são realizadas (questões abertas ou discussão livre e informal de determinado tema que possa surgir durante a entrevista de um ou mais entrevistados).</p>	<p>Aumenta o grau de comparabilidade das questões básicas (semelhantes) feitas aos respondentes.</p> <p>Reduz os problemas quando se trata de uma equipe de entrevistadores.</p> <p>Facilita a organização e análise dos dados da pesquisa.</p>	<p>Menor flexibilidade para compreender as experiências individuais e circunstâncias particulares; as palavras padronizadas podem restringer e limitar a naturalidade e relevância das perguntas e respostas.</p>
<p>Entrevista não estruturada (aberta): não possui um roteiro preestabelecido, tem o formato de uma conversa informal ou um relato oral, embora haja a definição clara do tema que será abordado.</p>	<p>Aumenta a relevância das questões; entrevistadores elaboram as perguntas a partir da observação com ênfase nos indivíduos ou nas circunstâncias.</p>	<p>Gera resultados diferentes de acordo com as informações coletadas de diferentes pessoas com diferentes questões.</p> <p>Necessidade de maior experiência dos entrevistadores.</p> <p>Maior dificuldade na organização e análise dos dados.</p>

Fonte: elaborado a partir de Patton (1990, p. 289), Appolinário (2004), Farias Filho e Arruda Filho (2013), May (2004).

O Quadro 17 apresenta diferentes abordagens da entrevista científica, cada abordagem implica diferenças na abordagem teórico/conceitual, na preparação da pesquisa e na análise e apresentação no relatório final da pesquisa. Não há um acordo entre as abordagens sobre entrevistas qualitativas sobre os tipos de entrevistas. Para uma crítica aos tipos de entrevista ver Berner-Rodoreda et al. (2020).

Para Rubin e Rubin (1995, p. 26-27), as entrevistas diferem de acordo com o estilo e objetivo. Os autores falam de diferentes tipos de entrevistas, incluindo a possibilidade de serem realizadas várias entrevistas com as mesmas pessoas ou uma única entrevista:

- **Entrevistas na pesquisa sobre história oral:** entrevistadores buscam por meio da conversação pessoas que têm experimentado um evento histórico particular, e a partir da entrevista buscam reconstruir o que aconteceu e como isso pode ser compreendido como parte da cultura;
- **Entrevistas com foco nas histórias de vida:** entrevistadores buscam conhecer mais sobre as experiências de um indivíduo e sua experiência, a partir de diferentes estágios de sua vida. Essas histórias de vida, uma combinação de narrativas e histórias, não falam apenas sobre os indivíduos que estão sendo entrevistados, elas contam sobre as mudanças sociais ao longo do tempo;
- **Entrevistas para avaliação:** entrevistadores buscam compreender ou coletar informações sobre um novo programa, projeto ou outros tipos de mudança intencional proposta ou já em andamento.

- **Entrevistas *focus group*:** entrevistadores utilizam essa forma de entrevista para conhecer como um grupo de pessoas avalia uma mudança potencial ou que impressões sobre tal mudança esse grupo compartilha e ainda as reações das pessoas a essa mudança.

APLICAÇÃO

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas para coleta de dados em pesquisa qualitativa e deve ser compreendida como um processo com diferentes etapas. Para Creswell (2014), é importante executar os seguintes passos, que ocorrem ao longo da pesquisa:

- Definir as perguntas gerais de pesquisa;
- Identificar quem deve ser entrevistado;
- Estabelecer qual o melhor tipo de entrevista;
- Usar os procedimentos adequados para registro (equipamentos para gravação da entrevista); utilizar um protocolo ou guia de entrevista (formulário com as perguntas com espaço definido de acordo com cada pergunta, por exemplo); v) fazer um teste para refinar as perguntas e o protocolo de pesquisa;
- Definir o local para a entrevista com pouco ruído e livre de distrações;
- Antes de começar a entrevista, obter o consentimento do entrevistado para participação no estudo;
- Durante a entrevista, ater-se às perguntas e ao protocolo de entrevista, respeitando o tempo de duração estimado.

A entrevista pode ser utilizada em combinação com outras técnicas para melhorar o delineamento de uma pesquisa de levantamento e sua posterior interpretação, por exemplo. Ou pode ser aplicada posteriormente a um levantamento que suscitou novas indagações ou detalhamento (GASKELL, 2010). De acordo com Gaskell (2010), a entrevista é indicada quando:

- O objetivo é explorar em profundidade a vida do indivíduo ou para estudos de casos com realização de entrevistas ao longo do tempo ou para testar um instrumento de pesquisa.
- O tema estudado refere-se às experiências individuais ou de sensibilidade particular.
- Os entrevistados são difíceis de acessar (idosos, menores de idade ou pessoas doentes, por exemplo).

A obtenção do consentimento do entrevistado deve ocorrer antes de começar a entrevista, devendo ser formalizado por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO I) que deve conter as informações principais sobre o tema e objetivos da pesquisa, as garantias para o participante (por exemplo: anonimato, poder pedir para não mais participar, etc.) e eventuais riscos e benefícios advindos da participação na pesquisa (APPOLINÁRIO, 2004).

É essencial que antes de qualquer entrevista, o(a) pesquisado(a) explique os objetivos da pesquisa, como ela ocorrerá, qual a importância da entrevista e do(a) entrevistado(a) para a pesquisa, se há algum risco para a pessoa que está sendo entrevistada, informando como a mesma pode entrar em contato com o(a) pesquisado(a), quando e se julgar necessário.

É importante que haja um acordo entre pesquisador(a) e entrevistado(a), sobre a autorização ou não desse último quanto à divulgação de sua identidade e das informações. Mais do que um documento formal de consentimento ou não, é um compromisso firmado do(a) pesquisador(a) com o(a) entrevistado(a) que deve ser respeitado. Portanto, no caso do(a) entrevistado(a) querer anonimato, ou se na divulgação de sua identidade o mesmo correr riscos, mesmo que pequenos, o(a) pesquisador(a) deve relatar as informações que coletou protegendo a identidade do(a) entrevistado(a) de qualquer maneira e a qualquer tempo.

DESAFIOS E LIMITES

Um dos desafios inerentes à entrevista e considerado também um de seus limites é a possibilidade de viés. Conhecer os tipos de vieses ajuda a compreender a necessidade de validar o roteiro de entrevistas, de escolher ou preparar o local onde fazer as entrevistas, além de investir no preparo do entrevistador. Poupart (2014) destaca três tipos de vieses em entrevistas: aqueles relacionados aos procedimentos de pesquisa; os ligados à relação entre o entrevistador e seu entrevistado; e aqueles associados ao contexto de pesquisa:

- Os vieses advindos de procedimentos de pesquisas são originados pela forma e conteúdo das questões feitas pelo entrevistado, pelas técnicas de registrar os dados ou questões situacionais de tempo e lugar onde a entrevista ocorre.
- Os vieses da relação entre entrevistador e entrevistado podem ser advindos das diferenças de situação e posição social, de intervenções e atitudes do entrevistado que pode influenciar o entrevistado, por exemplo.
- E os vieses do contexto da pesquisa dizem respeito às restrições que o ambiente pode gerar no entrevistado por temor de represálias ou sentir-se pressionado a repetir o discurso oficial mesmo ele não sendo verdadeiro (POUPART, 2014).

No relatório da pesquisa é preciso constar:

- Quais critérios foram usados para a seleção dos(as) entrevistados(as);
- O número de entrevistados(as);
- O quadro descritivo dos(as) mesmos(as), respeitando o que foi estabelecido com o entrevistado em termos de anonimato (sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado etc.);
- Como os(as) entrevistados(as) foram convidados(as) a participar das entrevistas;
- Em que circunstâncias as entrevistas foram realizadas;
- Quando, onde e como transcorreram;

- Anexar o roteiro ou guia da entrevista;
- Esclarecer os procedimentos de análise.

As entrevistas precisam ser transcritas e depois o conteúdo deve ser categorizado conforme as questões de estudo da pesquisa. Para analisar as entrevistas é preciso estar muito atento à interferência de nossa subjetividade, ter consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação.

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- ATAÇ, I.; SCHUTZE, T.; REITTER, V. Local responses in restrictive national policy contexts: welfare provisions for non-removed rejected asylum seekers in Amsterdam, Stockholm and Vienna. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1723671>
- COURTNEY, P.; POWELL, J. Evaluating Innovation in European Rural Development Programmes: Application of the Social Return on Investment (SROI) Method. DOI <https://doi.org/10.3390/su12072657>
- HENNELL, K., LIMMER, M. & PIACENTINI, M. Ethical Dilemmas Using Social Media in Qualitative Social Research: a case study of online participant observation. DOI <https://doi.org/10.1177/1360780419888933>
- JONES, D.; LOWE, P.; WEST, K. Austerity in a disadvantaged West Midlands neighbourhood: Everyday experiences of families and family support professionals. DOI: <https://doi.org/10.1177/0261018319840923>
- LOBATO, L. V. C. (Coord.). Avaliação da implementação do Benefício de Prestação Continuada e dos resultados sobre os beneficiários. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno%20-%2005.pdf>
- MAAGS, C. Hybridization in China's elder care service provision. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12616>
- MDS-SAGI. Pesquisa de avaliação qualitativa do Programa Bolsa Verde. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_181.pdf
- MDS-SAGI. Estudo sobre as barreiras sociais presentes no meio familiar e sociocultural de pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, que dificultam o seu acesso à escola e a outros serviços públicos. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_154.pdf
- MDS-SAGI. Pesquisa qualitativa de acompanhamento da implementação do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20Qualitativa%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Projovem%20Adolescente%20E2%80%93%20servi%C3%A7o%20s%C3%B3cioeducativo.pdf>
- PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? DOI <https://doi.org/10.12660/cgpc.v15n56.3203>

- PINHEIRO, N. C.; BERARDI, S. Estudo sobre o desenho, a gestão, a implementação e os fluxos de acompanhamento das condicionalidades de saúde associadas ao Programa Bolsa Família (PBF) para povos indígenas. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>
- PURDAM, K; SILVER, D. Social policy and embedded evaluation: Assessing the impact of a food insecurity project in the United Kingdom. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12583>
- ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121555>
- WESZ JR. Distribuição Espacial dos Resultados do programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22942/1/2010_art_vjweszjunior.pdf

OBSERVAÇÃO

DEFINIÇÃO

De acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013), a observação é uma opção metodológica quando o pesquisador quer verificar o fenômeno no seu estado natural ou as pessoas que fazem parte de um ambiente a ser estudado (QUADRO 18).

Conforme Angrosino (2009, p. 74), a observação “é o ato de perceber um fenômeno, muitas vezes com instrumentos, e registrá-lo com propósito científico”. O que determinará o que deve ser observado é o objetivo da pesquisa. No entanto, se espera que o objeto de pesquisa seja sempre contextualizado. É necessário descrever o local, as pessoas, e o porquê de observá-las. Em relação às pessoas podem ser descritos padrões, como se vestem, movimentos expressivos, como as pessoas interagem, se comportam etc.

Quadro 18 - Características da observação

Características da observação	Alternativas para a prática da observação científica
Grau de estruturação	<ul style="list-style-type: none"> • Assistemática - não há planejamento ou controle prévio • Sistemática - realizada em condições controladas para atender objetivos preestabelecidos
Presença do pesquisador no campo e sua relação com os participantes da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Não participante - o pesquisador presencia o fenômeno, mas não faz parte dele • Participante - o pesquisador integra, é membro do grupo ou fenômeno a ser observado
Número de pesquisadores	<ul style="list-style-type: none"> • Individual ou uma equipe ou grupo de pesquisadores

Local em que ocorre a observação	<ul style="list-style-type: none"> • Na vida real (espaço próprio em que vive um grupo ou espaços públicos) ou em laboratório.
---	---

Fonte: Farias Filho e Arruda Filho (2013).

APLICAÇÃO

É importante atentar ao fato de que aspectos socioculturais, profissionais e ideológicos do(a) pesquisador(a) podem induzi-lo(a) a dar maior atenção a determinados aspectos, e menor a outros, o que pode causar seletividade na observação, e com isso causar prejuízos à coleta de dados, sua análise e interpretação. É necessário então que o(a) pesquisador(a) tenha consciência desses riscos e se embase solidamente por meio de teorias e documentos que tratem do seu tema de pesquisa.

Alguns objetivos de pesquisa podem demandar o uso da observação como técnica relevante para a coleta de dados, de acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013), tais como quando: é preciso que haja distanciamento do fenômeno pesquisado; não há aceite para entrevistas; há necessidade de registrar fatos, ambiente, interações e comportamentos em detalhes; não há acesso ou o acesso é limitado aos respondentes.

Para Jorgensen (1990), a observação participante não é indicada para todo tipo de problema. Essa metodologia é especialmente apropriada para os seguintes problemas: pouco conhecimento do fenômeno; existem diferenças significativas entre pessoas “de dentro” (*insiders*) e de fora (*outsiders*) do fenômeno; o fenômeno é muito novo/pouco visível para o pesquisador; o fenômeno tem elevada relevância/visibilidade pública.

É possível usar diferentes instrumentos na observação para levantamento e registro de dados. Os mais indicados são o roteiro de observação e o caderno de campo, conforme Farias Filho e Arruda Filho (2013):

- O **roteiro** tem a função de registrar os atos e fatos no momento em que acontecem e da maneira como ocorrem, funcionando como um guia para apontar a sequência do que deve ser observado e registrado.
- Já o **caderno de campo** é mais indicado para o registro, principalmente, daqueles fatos que não foram previstos ou planejados. O registro pode ser feito não só com anotações, mas também com imagens, desenhos e outros artefatos que ajudem a relatar as ocorrências.

VANTAGENS E LIMITES

De acordo com Creswell (2014), os desafios e limitações da observação estão ligados diretamente ao pesquisador no papel de observador e à mecânica do processo de observação:

- Não esquecer de fazer as anotações de campo;
- Registrar citações de forma precisa;

- Se necessário, modificar o tipo de observação utilizado até então quando perceber a inadequação deste;
- Não se sobrecarregar de informações;
- Conseguir reduzir as informações de um espectro mais geral para um mais específico.

Com a observação, os fatos são percebidos diretamente pelo(a) pesquisador(a), sem qualquer intermediação. Em relação à observação participante, a mesma tem as seguintes vantagens: rapidamente o(a) pesquisador(a) acessa dados por meio das situações cotidianas que os sujeitos da pesquisa se encontram envolvidos. Ele(a) tem uma maior inserção no campo inclusive em lugares e situações que os sujeitos considerariam de domínio privado. Permite ainda interpretar para além das falas: atos, gestos e atitudes. Existe, porém, um risco de tirar a espontaneidade dos sujeitos pesquisados, o que pode provocar alterações no comportamento dos mesmos, podendo produzir resultados equivocados.

A influência do(a) pesquisador(a) é uma questão importante a se levar em consideração, bem como o acesso aos sujeitos da pesquisa, que pode se dar de forma restritiva a depender da relação que for estabelecida entre pesquisador e pesquisados. Também poderá haver restrições a depender de quem é o(a) pesquisador(a) e qual é o seu tema de estudo, isto é, poderá haver limitações ao acesso de um pesquisador homem a um universo feminino; ou ainda, se sua pesquisa ocorrer numa sociedade estratificada e eles e identificar com algum estrato em especial, poderá ter problemas de acesso a outras castas ou classes por exemplo. Poderá haver também restrições por outros motivos como questões religiosas, língua, classe social, entre outras.

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- ALMEIDA, B. C.; PAULA, S. L. Política de Esporte e Lazer: a Elaboração de um Instrumento de Avaliação. DOI <https://doi.org/10.5902/198346597597>
- MDS-SAGI. Pesquisa de avaliação qualitativa do Programa Bolsa Verde. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_181.pdf
- MONTE-MÓR, R. L. M. Avaliação de metodologias de capacitação para inclusões produtivas vinculadas às políticas públicas de transferências de renda do MDS na RMBH: Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20ON.16.pdf>
- PIRES, F. F.; FALCÃO, C. R.; SILVA, A. L. O Bolsa Família é direito das crianças: participação social infantil no semiárido nordestino. <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/142>
- PIRES, F. F.; JARDIM, G. A. S. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200007>
- TAN, M.; QI, C. Research on the Path and Countermeasures of Accelerating the Poverty Alleviation to a Well-off Society for the Characteristic Agricultural Industry in the Southwest Mountainous Area. DOI <https://doi.org/10.33788/rcis.69.27>

- THOMAS, G.; DEMSKI, C.; PIDGEON, N. Energy justice discourses in citizen deliberations on systems flexibility in the United Kingdom: Vulnerability, compensation and empowerment. DOI <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101494>
- ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121555>
- WALKER, R. K. Avaliação do programa de promoção da inclusão produtiva de jovens – segunda Avaliação. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sa-girmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

GRUPO FOCAL

DEFINIÇÃO

O grupo focal, também chamado de entrevista grupal, caracteriza-se como um debate aberto (troca de pontos de vistas, ideias, experiências e impressões) e acessível a todos os participantes sobre questões de interesse comum e os diferentes status individuais não são considerados (GASKELL, 2010).

Para Morgan (1997), o *focus group* é uma técnica de coleta de dados a partir da interação do grupo em torno de um tópico, o qual é definido pelo pesquisador, mais especificamente problema de pesquisa e objetivo geral. O autor distingue o grupo focal de entrevista em grupo, porque considera que a interação dos participantes no grupo focal também compõe a análise dessa técnica, diferente de outras técnicas baseadas em grupo. Ou seja, o *focus group* é uma técnica intermediária entre duas técnicas tradicionais nas ciências sociais: a entrevista (aberta-fechada) em grupo e a observação (tipicamente ocorre em grupo).

APLICAÇÃO

Os grupos focais podem ser aplicados como um método ou em combinação com outros métodos: levantamentos, observações, entrevistas individuais, dentre outros (FLICK, 2009a). Gaskell (2010) e Flick (2009a) também se referem ao grupo focal como entrevista em grupo, quando a técnica tem como foco a entrevista.

O grupo focal é formado pelo moderador (o próprio pesquisador) e os indivíduos que farão parte do grupo. O papel do(a) pesquisador(a) será o de moderador(a), assumindo uma posição de facilitador(a) no grupo para que a discussão ocorra de maneira fluida. O(A) pesquisador-moderador(a) deve intervir apenas com o objetivo de favorecer as discussões e manter o grupo dentro do assunto. É necessário fazer uso do termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE I). E de acordo com Gaskell (2010) e Farias Filho e Arruda Filho (2013):

- O processo se inicia com o convite do moderador para a participação do grupo focal (geralmente, de 6 a 8 pessoas) que deve ocorrer em um ambiente confortável por um tempo entre uma e duas horas.

- As pessoas sentam-se formando um círculo, o moderador se apresenta e esclarece qual o assunto a ser debatido, solicita que todos se apresentem.
- Em seguida, o moderador pede permissão para fazer os registros de dados e começa a fazer as perguntas (previamente elaboradas na forma de um roteiro ou guia), encorajando ativamente a participação de todos do grupo.

Os moderadores podem usar diferentes recursos para promover o debate como os recursos de associação livre, figuras, desenhos, fotografias, trechos de filmes, músicas ou reportagens (GASKELL, 2010).

O uso do grupo focal ou entrevistas grupais é indicado, segundo Gaskell (2010):

- Para direcionar o pesquisador para um determinado campo de investigação e linguagem local ou explorar a abrangência de atitudes, opiniões e comportamentos ou para observar processos de consenso ou divergência ou, ainda, para adicionar informações contextuais a achados quantitativos.
- Para assuntos de interesse público ou comum a um grupo ou questões relacionadas a temas novos ou não familiares.
- Quando os membros do grupo focal não possuem origens tão diversas que inibam a participação ou a discussão sobre o tema.

A técnica de grupo focal pode ser utilizada com um grupo natural/real, existente na vida cotidiana, ou um grupo artificial, reunido a partir de critérios determinados para o propósito da pesquisa (FLICK, 2009a). Em relação à composição do grupo, Flick (2009a, p. 183-184) refere-se à existência de “uma distinção entre grupos homogêneos e heterogêneos”. Nos primeiros, os membros “são passíveis de comparação nas dimensões essenciais relativas à questão de pesquisa e possuem uma formação semelhante” (nível hierárquico, posição de poder em uma organização).

Em grupos homogêneos, busca-se aprofundar o conhecimento sobre as perspectivas de um grupo com posição de poder e ou nível hierárquico semelhante. Em grupos heterogêneos, os membros apresentam diferenças em relação às “características relevantes para a questão de pesquisa”. Em grupos heterogêneos, o objetivo é “ampliar a dinâmica da discussão de modo que muitas perspectivas diferentes sejam manifestadas e também para romper a reserva dos participantes individuais por meio da confrontação entre essas perspectivas”.

VANTAGENS E LIMITES

As vantagens do grupo focal como fonte de obtenção de dados são, de acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013):

- Possibilidade de obter dados de forma rápida, econômica e eficiente;
- A interação do grupo, geralmente, facilita o debate e é positiva para os participantes;
- Algumas pessoas sentem-se à vontade para relatar as suas experiências porque sentem o apoio do grupo;

- Possibilita que os membros do grupo ouçam diferentes pontos de vista;
- Alto grau de validade das informações coletadas por meio do controle do procedimento;
- Tem baixo custo se comparado com outros métodos;
- De modo geral, não é difícil para o pesquisador conduzir o grupo;
- Permite a verificação de questões subentendidas, estimulando ao máximo que as informações venham à tona, além de possibilitar observar a extensão das concordâncias e discordâncias.

Por outro lado, as desvantagens do grupo focal, ou seus limites, são também apontados por Farias Filho e Arruda Filho (2013):

- Pode haver hesitação em certas discussões de participantes mais tímidos que podem se sentir desconfortáveis em expressar opiniões;
- Tentativa de monopolizar a discussão por parte de algum integrante do grupo (ou desvio do assunto);
- Problemas para reunir grupos (adesão à proposta da técnica e aos critérios propostos pelo pesquisador);
- Vieses do moderador podem influenciar nos resultados;
- Prevalência de só uma opinião no grupo;
- Custo e tempo para análise das respostas;
- Ambiente artificial pode influenciar a discussão;
- Distorção do resultado por opiniões de alguns membros do grupo.

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- BRANDÃO, A. A. P (Coord.). Avaliação de Impacto do Projeto Agente Jovem Sobre dos Egressos e Estudos Qualitativos sobre Ações de Capacitação <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/caderno%20-%2013.pdf>
- CHAVES, M. M. Avaliação da Nova Modalidade de Concessão do BPC à Pessoa com Deficiência (CIF). <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20nova%20modalidade%20de%20concess%C3%A3o%20do%20Benef%C3%A-Dcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada%20BPC.pdf>
- FISCHER, F. M. (Coord.); LUZ, A. A. Efeitos da Inclusão Produtiva na Vida de Jovens atendidos por uma Organização Não Governamental após Capacitação e Ingresso no Trabalho. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

- PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2019v21n40p318>
- SENARC-SAGI. Pesquisa com grupos focais de beneficiários do Bolsa Família para qualificação de cartas e mensagens <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>
- VARELLA, J. F. et al. Avaliação qualitativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Brasil sem Miséria (Pronatec/BSM): um estudo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N. 24. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2024%20-%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20Urbana.pdf>

DADOS VISUAIS E DE ÁUDIO: FOTOGRAFIA, FILME E VÍDEO

DEFINIÇÃO

A fotografia tem uma longa tradição na antropologia e no método etnográfico e, no final do século XX, ocorre o desenvolvimento da sociologia visual centrada em recursos visuais: fotografia e filmes (FLICK, 2009a).

As gravações em áudio e vídeo são formas de registro que podem ajudar quando um conjunto de ações e interações humanas é complexo e de difícil descrição por um único observador e de compreensão por aqueles que não estão vendo o seu desenrolar, argumenta Loizos (2010). O autor cita alguns exemplos destes materiais como cerimônias religiosas, eventos artísticos, um momento de sala de aula, crianças brincando, entre outros.

Uma síntese das questões envolvendo a pesquisa visual é apresentada por Marion e Crowder (2013): a ética das imagens, como pensar visualmente, pensar as imagens como dados. Os autores também abordam o uso da câmera, da fotografia, do vídeo e de recursos multimídia na coleta de dados. E, uma terceira seção aborda a organização, o armazenamento, a análise e o uso das imagens. Os autores explicam e mostram como a pesquisa visual pode ser utilizada juntamente com diferentes métodos de pesquisa: estudo de caso, etnografia, história de vida. E, também mostram a utilização da pesquisa visual nas mais diferentes temáticas de interesse da administração pública: urbanização, festas e danças regionais, habitação e moradia, estudos das práticas cotidianas urbanas e rurais de um grupo específico e as tecnologias em uso, movimentos de imigração, diferentes ações coletivas, dentre outros. Um pressuposto da pesquisa visual é que as imagens “são símbolos comunicativos poderosos” (MARION, CROWDER, 2013, p. 3). Isso explica o volume de dinheiro gasto mundialmente na contratação de designers, fotógrafos, especialistas em gráficos e vídeos e outras produções visuais.

APLICAÇÃO

O uso de material advindo de gravações em áudio e vídeo pode atender alguns objetivos específicos, afirma Creswell (2014), como:

- Examinar vestígios físicos (marcas do tempo em uma paisagem, pegadas na neve, etc.);
- Registrar uma situação social ou individual;
- Analisar conteúdo de websites;
- Coletar sons (risadas, música, barulho da chuva);
- Reunir mensagens de e-mails ou publicações em redes sociais ou mensagens de texto por telefone;
- Examinar objetos favoritos ou rituais e as reações a eles.

Ainda quanto aos objetivos, a pesquisa de dados e artefatos visuais pode ser útil a diferentes métodos de pesquisa qualitativa (etnografia, análise de conteúdo, análise de discurso, história de vida). Conforme Meyer, Höllerer, Jancsary e van Leeuwen (2013) a pesquisa de artefatos visuais pode ser realizada por diferentes motivos. Utiliza-se aqui a palavra dados visuais implicando também o sentido de artefatos visuais que foi utilizado pelos autores. Também destaca-se que os autores analisam o estudo dos artefatos visuais na pesquisa organizacional (QUADRO 19).

Quadro 19 - A pesquisa de artefatos e dados visuais

Objetivos da pesquisa	Relevância dos dados visuais	Produtores (1) e Interpretadores (2)	Foco da pesquisa
Arqueológico: pesquisa da história de situações e programas	Dados visuais podem ser armazenar e transmitir conhecimento social de uma comunidade específica. Retrospectivamente é possível reconstruir a estrutura de significados que eles materializam	1. Atores do campo 2. Pesquisadores	Conteúdo e significado de elementos visuais; reconstrução das estruturas de significado nas quais os elementos visuais estão enraizados.
Prático: conhecer o cotidiano de políticas e programas	Dados visuais constituem material socialmente significativo, que são criados, utilizados e manipulados (manuseados) em contextos de programas, sendo uma parte constitutiva das práticas sociais	1. Atores do campo 2. Atores do campo	Utilização e manuseio dos artefatos visuais na prática
Estratégico: decidir sobre investimento, ampliação ou redução e extinção de programas	Dados visuais são simbolicamente imaginado (inventados) que exercem influência e impacto na percepção de uma audiência e em sua avaliação da realidade; eles são um meio de persuasão	1. Atores do campo ou pesquisadores 2. Atores do campo e/ou pessoas para teste da pesquisa	Impacto dos dados visuais sobre a audiência

Dialógico: entender determinada realidade para implantação de novos programas e andamento de programas sociais existentes	Dados visuais são “desencadeadores” que falam sobre elementos profundos da consciência humana e, portanto, extraem ricas informações em entrevistas com os pesquisados e/ou formas mais igualitárias de comunicação	1. Atores do campo, algumas vezes pesquisadores 2. Pesquisadores e/ou atores do campo	Construção de sentido (<i>sense-making</i>) dos parceiros da entrevista
Documental: registro de programas sociais em andamento	Dados visuais são uma forma de capturar a perspectiva dos pesquisadores sobre um fenômeno, mostrando-o em um caminho particular. Eles são meios de documentação apresentação dessa perspectiva.	1. Pesquisadores 2. Pesquisadores	Conteúdo e/ou significado dos artefatos visuais.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Meyer, Höllerer, Jancsary e van Leeuwen (2013).

Para o uso como material de pesquisa de gravações de áudio e vídeo, é preciso executar algumas tarefas (LOIZOS, 2010):

- Realizar o exame sistemático do conjunto de dados da pesquisa;
- Criar um sistema de anotações para registrar o porquê de ações ou conjunto de ações serem categorizadas de um certo modo;
- Processar, de forma analítica, as informações colhidas;
- Certificar-se da qualidade de imagem e áudio dos equipamentos, considerando informações básicas sobre o lugar e as condições para posicionamento do equipamento em que a pesquisa será realizada. Sobre o consentimento para utilização de imagem, ver Anexo IV.

VANTAGENS E LIMITES

Algumas questões metodológicas são destacadas por Flick (2009a): é necessário considerar as suposições teóricas que determinam o que é fotografado e o fato de que as fotos também são marcadas pela interpretação daqueles que as tiram e observam.

A partir da sociologia e antropologia, os estudos culturais visuais implicam uma preocupação “não apenas com quem está olhando”, conforme Banks (2009, p. 61), mas também “quem” está produzindo e controlando a circulação de imagens e como as imagens estão sendo utilizadas, afinal, “o ato de olhar produz conhecimento que, por sua vez, constitui a sociedade” e pode constituir uma determinada imagem do outro e também de um programa, de uma política governamental ou mudança social. Outro desafio da pesquisa visual é a contextualização das imagens, pois tanto o significado da imagem quanto o significado do contexto são mutuamente constitutivos e compõem uma narrativa (BANKS, 2009).

Creswell (2014) aponta algumas dificuldades e limites para a coleta de dados por meio de gravações em áudio e vídeo:

- **Disponibilidade, localização dos materiais e obtenção de permissão de uso;**
- **Qualidade de som e imagem:** a gravação em vídeo pode apresentar dificuldades para garantir a qualidade de som e imagem;
- **Condições ideais e reais de gravação:** conseguir evitar ruídos que perturbem a gravação;
- **Posição e localização da câmera:** essa decisão exige experiência do(a) pesquisadora com o equipamento;
- **Captura das imagens:** a definição da distância da captura das imagens exige experiência do(a) pesquisadora com o equipamento.

PRÁTICAS E USOS CONTEMPORÂNEOS

- BICALHO, C. S. Movimentos das Águas Caboclas. DOI <http://dx.doi.org/10.9771/rigs.v5i1.11709>
- BÖÖK, M. L.; MYKKÄNEN, J. Photo-narrative processes with children and young people. DOI <https://doi.org/10.18357/ijcyfs.bookml.5412014>
- FREIRE-MEDEIROS, B.; NUNES, F.; CAMPELLO, L. Sobre afetos e fotos: volunturistas em uma favela carioca. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/4719/sobre-afetos-e-fotos--volunturistas-em-uma-favela-carioca/i/pt-br>
- GOIS, P. H. Etnografia: a arte na rua. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45424/etnografia--a-arte-na-rua/i/pt-br>
- GOMES, M. A. F.; DIMENSTEIN, M. Subjetividade e narrativas visuais: a fotografia como recurso metodológico na pesquisa com crianças e adolescentes no campo da psicologia. http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/29/PDFINTERNET_29/3_DOSSIA_imagens/CAP07_MARIAAPARECIDAEMA GDADIMENSTEIN.pdf
- HENNELL, K., LIMMER, M. & PIACENTINI, M. Ethical dilemmas using social media in qualitative social research: a case study of online participant observation. DOI <https://doi.org/10.1177/1360780419888933>
- LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. O Programa Bolsa Família na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_118.pdf
- MARION, J. S.; CROWDER, J. W. Visual research: A concise introduction to thinking visually. London: Bloomsbury, 2013.
- MELO, A. S. D. Belo Horizonte e os moradores de rua: reinserção ou limpeza?. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/50356/belo-horizonte-e-os-moradores-de-rua--reinsercão-ou-limpeza-i/pt-br>
- MUZZIO, H. Estética e arte urbana: flagrantes da construção de cidades criativas. DOI <http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i2.29592>

- OLADEINDE, O. et.al. Building cooperative learning to address alcohol and other drug abuse in Mpumalanga, South Africa: a participatory action research process. DOI <https://doi.org/10.1080/16549716.2020.1726722>
- ROCHENBERG, F. Notas etnográficas sobre o retrato: repensando as práticas de documentação fotográfica em uma experiência de produção compartilhada das imagens. DOI <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.302>
- SANTO, A. L. E.O Uso de fotografias e vídeos em pesquisa qualitativa: em busca de um novo olhar sobre os territórios fronteiriços. DOI <http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392018v22n2p013034>
- SARABIA, M. L.; XAVIER, M. G. P. Retratos da transformação da paisagem urbana da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe: uma questão de desenvolvimento local. Desenvolvimento em Questão, v. 6, n. 12, p. 149-178, 2008. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/2874/retratos-da-transformacao-da-paisagem-urbana-da-aglomeracao-produtiva-de-santa-cruz-do-capibaribe--uma-questao-de-desenvolvimento-local/i/pt-br>
- SARTI, A.; SCHALKERS, I.; BUNDERS, J. F. G.; DEDDING, C. Around the table with policymakers: Giving voice to children in contexts of poverty and deprivation. DOI <https://doi.org/10.1177/1476750317695412>



CAPÍTULO 6

Análise dos Resultados e Produção do Relatório de Pesquisa

ANÁLISE DE RESULTADOS: COM OU SEM O USO DE COMPUTADORES/SOFTWARES?

Desde os anos 1980, os pesquisadores qualitativos passaram a utilizar computador e software no tratamento dos dados (KELLE, 2010). Com o advento do computador pessoal, computadores e softwares passaram a ser utilizados, cada vez mais na organização, codificação, visualização dos dados na forma de gráficos, tabelas e imagens, visto que a pesquisa qualitativa pode gerar um grande volume de dados: transcrições de entrevistas, protocolos, notas de campo das observações, documentos pessoais dos entrevistados.

Os softwares estão mais sofisticados, incluindo os programas para análise de texto, no que se refere às possibilidades de análise para o(a) pesquisador(a). A quantidade de softwares disponível no mercado é ampla. Alguns deles são: The Ethnograph, Hyperresearch, Hypersoft, Nud*Ist, Atlas/ti (KELLE, 2010), MAXQDA, ATLAS.ti, Nvivo e HyperResearch (CRESWELL, 2014), dentre outros. Às vezes, o mesmo software possibilita análise qualitativa e quantitativa, como exemplo: Atlas/ti, Nvivo, VOSviewer, SPSS. Alguns softwares (QDA Nvivo) podem ir além de processadores de texto e oferecerem tratamento e possibilidades analíticas de “material visual e de áudio: fotos, filmes, textos gravados e material de vídeo” (FLICK, 2009a, 320). Não há uma única forma de utilizar o computador na pesquisa científica.

Aplicações de computadores/software na pesquisa qualitativa (FLICK, 2009a, pp. 319-320):

- Anotações no campo;
- Redação e transcrição;
- Edição (correção, ampliação, revisão);
- Codificação (associação e palavras-chave ou *tags* com segmentos do texto);
- Armazenagem de um banco de dados;
- Busca e recuperação de segmentos do texto;
- Associações de dados por meio de *links*;
- Elaboração de memorando, comentários reflexivos sobre os dados;
- Análise de conteúdo (de sequências da frase, de frequência de palavras);
- Exposição dos dados (seleção, redução, cruzamento, organização em matriz, rede);

- Esboço de conclusão e verificação (teste e confirmação das descobertas);
- Construção e teoria: explicações sistemáticas das descobertas;
- Mapeamento gráfico (uso de diagramas, gráficos, tabelas, fluxos, imagens);
- Redação do relatório.

Vantagens da análise de dados qualitativos com o auxílio de computadores/software (KELLE, 2010):

- Mecanizar tarefas tediosas e trabalhosas para serem feitas manualmente, ainda que preparar o banco de dados no computador de acordo com os requerimentos do software também possa ser trabalhoso;
- Maior transparência e rigor no processo de documentação;
- Facilidades para compartilhar informações com a equipe de pesquisa a partir de comentários dos pesquisadores para palavras-índices ou segmentos do texto;
- Uso de variáveis e filtros (restrições e exigências) relacionados à busca de segmentos do texto;
- Identificar e rerepresentar segmentos do texto que tenham relações entre si;
- Identificar e rerepresentar atributos quantitativos do banco de dados;
- Agrupamento, separação e cruzamento dos dados do texto;
- Mais tempo para o pesquisador para tarefas criativas e analíticas devido às opções no processo de codificação, na construção de tipologias descritivas, no exame das hipóteses de uma relação e apoio à construção e teorias.

Limites e desvantagens da análise de dados qualitativos com o auxílio de computadores/software:

- Para utilizar um programa de computador, o(a) pesquisador(a) tem que dedicar um tempo para aprendizagem do programa ou mesmo treinamento da equipe de pesquisa (CRESWELL, 2014);
- Tempo para comparar os vários programas/software entre aqueles que podem dar suporte aos tipos de dados da pesquisa (CRESWELL, 2014);
- Uma abordagem estática das categorias de pesquisas como se essas fossem fixas (CRESWELL, 2014);
- Decisões sobre as adaptações do software aos propósitos da pesquisa, algo que não acompanha os manuais dos programas;
- A compreensão do sentido do texto não pode ser executada pelo computador/software (KELLE, 2010);
- Os pesquisadores podem passar a dedicar maior interesse nas estratégias de análise e menos dedicação aos dados brutos (KELLE, 2010);

- Ao invés da metodologia ser decidida a partir do problema e do objetivo da pesquisa, a decisão de usar um determinado software pode impor uma metodologia específica ao pesquisador (KELLE, 2010);

- Deixar que o computador tome conta da análise, o que pode levar o(a) pesquisador(a) confundir dois tipos de codificação, a confusão entre estilo aberto e indutivo ou estilo dedutivo (mais comum na tradição de análise de conteúdo clássica) de análise. No primeiro, os códigos têm uma função referencial, “eles são como que sinalizadores para certas passagens de texto”; no segundo caso, os códigos têm “uma função factual, o que significa que eles são empregados para denotar determinados fatos” (KELLE, 2010, p. 410). Na primeira opção, são coletados “segmentos de texto que se referem, de maneira ampla e geral, a um número de conceitos definidos de maneira mais ou menos vaga”; na segunda opção, são coletados segmentos de texto “como se eles fossem representações de uma informação concreta”.

CONFIABILIDADE, VALIDADE E TRANSFERIBILIDADE DA PESQUISA QUALITATIVA

A principal questão sobre a avaliação dos métodos de pesquisa qualitativa é o equívoco de se aplicar a essas pesquisas os mesmos critérios de avaliação da pesquisa tradicional ou quantitativa (LINCOLN; GUBA, 1986, p. 74): validade interna (controle de variáveis), validade externa (generalização dos resultados), consistência (possibilidade de replicação dos resultados) e a (suposta) neutralidade (objetividade). O fato dos critérios da pesquisa tradicional não serem adequados para avaliar a pesquisa qualitativa não significa que não existam tais critérios, conforme apresentado a seguir (QUADRO 20).

Quadro 20 - Equivalentes funcionais para avaliação de qualidade com referência à prestação de contas pública

Tradição Quantitativa	Tradição Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> • Fidedignidade das mensurações/ Confiabilidade • Validade interna • Tamanho da amostra • Amostragem representativa/relevância • Validade externa • Validade das mensurações 	<ul style="list-style-type: none"> • Triangulação e reflexividade • Transparência e clareza nos procedimentos • Construção do <i>corpus</i> • Descrição detalhada • Surpresa pessoal • Validação comunicativa

Fonte: Gaskell e Bauer (2010, p. 481).

CONFIABILIDADE/CREDIBILIDADE

- Alves-Mazzotti (1998, p. 172) analisa seis critérios de credibilidade: tempo de permanência prolongada (suficientemente) no campo; verificação “se as interpretações do pesquisador fazem sentido para aqueles que forneceram os dados”; questionamento por pares; triangulação de fontes de dados; análise de hipóteses alternativas; análise de casos negativos (que se afastam do padrão) como procedimento de “indução analítica” (FLICK, 2009a, p. 349).

- As discussões sobre o valor da pesquisa qualitativa, conforme Flick (2009a), questionam a “plausibilidade seletiva”, ou seja, o fato comum em relatórios finais de pesquisa usar trechos de entrevistas ou protocolos de observação para sustentar os resultados e conclusões da pesquisa sem uma explicação dos critérios dessa seleção. Para o autor, a confiabilidade da pesquisa qualitativa é relevante em contraste com o pano de fundo de uma teoria específica sobre ao assunto em estudo e que trate da utilização e métodos” (FLICK, 2009a, p. 343). Dentre os procedimentos citados pelo autor: padronização do formulário de campo, treinamento dos entrevistadores, verificação dos guias de entrevistas, debate e troca reflexiva sobre os procedimentos interpretativos e os métodos de codificação, explicação detalhada dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

- Para aumentar a confiabilidade, Creswell (2014, p. 199) recomenda: notas de campo detalhadas, uso de material de ótima qualidade para gravação e transcrição da gravação, uma codificação adicional sem conhecimento das expectativas relacionadas ao estudo, uso de múltiplos codificadores na análise das transcrições.

- Quanto à confiabilidade e relevância, Gaskell e Bauer (2010, p. 485) afirmam que a pesquisa qualitativa “quer mapear as representações de uma população”, ou seja, o objetivo não é medir a distribuição relativa dessas representações na população. Ao invés de uma amostra representativa, a pesquisa qualitativa pode utilizar a construção de um corpus, um “processo interativo, onde camadas adicionais de pessoas, textos, são adicionados à análise, até que se chegue a uma saturação e dados posteriores não trazem novas observações”

VALIDADE/CONSISTÊNCIA/CONFIRMABILIDADE

- Na pesquisa tradicional, a busca por validade, fidedignidade ou consistência está relacionada à precisão de instrumentos de medida e à objetividade. Porém, nem todos os experimentos podem ser perfeitamente controlados e a pesquisa qualitativa tem necessidade conceitual e prática de técnicas voltada para a subjetividade e intersubjetividade. Na pesquisa qualitativa, Alves-Mazzotti (1998, p. 175-176), apud Lincoln e Guba, lembra que as pessoas também podem ser inconsistentes, mas é preciso distinguir falhas de observação das mudanças no próprio fenômeno observado. Alguns aspectos contribuem com a consistência da pesquisa: planejamento e uso de desenho de pesquisa sobretudo em situações em que se tem uma equipe de pesquisadores e decisões conjuntas sobre ajustes nesse planejamento; prática de “auditoria” de um pesquisador sobre o processo do outro pesquisador; uso de um diário reflexivo ou anotações sobre “intuições, dúvidas, sentimentos, percepções” do pesquisador sobre a própria investigação contribuem para a análise de vieses e necessidade de mudanças na pesquisa; explicitar no projeto de pesquisa os procedimentos para aumento da confiabilidade.

- As discussões sobre o valor da pesquisa qualitativa, conforme Flick (2009a), questionam a validade dessas pesquisas: os pesquisadores viram aquilo que eles acham que viram? Para Kirk e Miller (1986, pp. 29-30) existe a possibilidade de erros nessas pesquisas: o pesquisador pode enxergar uma relação que não existe; o pesquisador pode rejeitar uma relação que existe; o pesquisador pode fazer as perguntas erradas. Portanto, uma for-

ma de aumentar a validade da pesquisa é descrever os critérios utilizados para evitar que esses problemas aconteçam.

- Creswell (2014, p. 197-199) aborda oito estratégias de validação: “envolvimento prolongado e observação persistente no campo”; “triangulação” de fontes, métodos, investigadores e teorias; “exame ou questionamento dos pares”; “análise de caso negativo que não confirmam os pressupostos originais” (ainda que se reconheça que as evidências podem ser um pouco dos dois: positivas e negativas); “verificação dos membros”, isto é, debate com os participantes sobre os achados da pesquisa; “descrição rica e densa” dos procedimentos para que o leitor possa decidir sobre a transferibilidade; “auditorias externas”, outro estudioso que não seja membro da equipe avalia o estudo.

TRANSFERIBILIDADE/GENERABILIDADE

- Alves-Mazzotti (1998, p. 174) lembra que a generalização na pesquisa quantitativa está relacionada com o tamanho da amostra. Já a pesquisa qualitativa não se baseia, em geral, em amostras estatisticamente representativas. O público pesquisado é definido em função de suas características e do conhecimento que detém sobre as “questões de interesse da pesquisa”. Outro fundamento da pesquisa qualitativa é que experiências humanas estão vinculadas a um momento do tempo a um determinado contexto, portanto, também as interpretações dessas experiências. A “responsabilidade do pesquisador qualitativo é oferecer ao seu leitor uma ‘descrição densa’ do contexto estudado”, das características das pessoas pesquisadas. É essa descrição que permitirá a outros pesquisadores decidirem sobre a aplicação ou não dos resultados de uma pesquisa qualitativa a outro contexto.
- A pesquisa qualitativa busca, de diferentes modos, ampliar o alcance de um conceito. Segundo Becker (p. 187, 2007), talvez a melhor maneira “de aumentar o alcance de um conceito é esquecer por completo o nome e concentrar-se no tipo de atividade coletiva que está tendo lugar”.
- Sobre a generalização com base em situações particulares, Stake (2011, p. 215) avalia que a “generalidade de nossas generalizações normalmente não é evidente. Mesmo na melhor das ciências, não temos certeza sobre para quais populações as descobertas se aplicam. O planejador da pesquisa reconhece a necessidade de incluir uma determinada variabilidade nas observações e contextos, mas muitas variações não são incluídas. Isso também acontece nas pesquisas qualitativas”. Porém, é possível aprender mais sobre outros programas (por exemplo) ao estudar um ou alguns exemplos.
- Conforme Flick (2009a, p. 122), na pesquisa qualitativa, “a estrutura da amostra não é definida antes da coleta e da análise dos dados”. A amostragem teórica estruturada ocorre da mesma forma que a amostragem estatística (na pesquisa quantitativa), com a diferença que a amostragem teórica “será desenvolvida, gradativamente, durante a coleta e a análise dos dados, sendo então complementada por novas dimensões, ou limitada a dimensões e a campos determinados”.
- A respeito do “status metodológico”, Mattos (2011, p. 464) destaca duas características da pesquisa qualitativa: (1) seu ponto de apoio na lógica dedutiva, “a rede de raciocínios por onde os conceitos se articulam, se apoiam e produzem evidências”; (2) seu foco na experiência, “esta é tomada em con-

juntos (casos, depoimentos, documentos, observações participantes, fatos e circunstâncias históricos, etc.) e contextos densos e indivisíveis, muitas vezes formando um background só. O esforço da análise se aplica menos à experiência imediata e mais ao conceito que a reconstrói interpretativamente. Não se estaria aí diante de uma forma muito mais rica e autêntica de experiência, integrada ao processo lógico dedutivo? Como não afirmar a superioridade desse método para entender processos humanos e sociais complexos?”

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA

A redação do relatório final de pesquisa tem uma função reflexiva, afinal a pesquisa inclui “não apenas a interação entre o pesquisador e o assunto, mas também a interações entre os pesquisadores e seus possíveis leitores (FLICK, 2009a, p. 376). Mesmo a decisão do(a) pesquisador(a) sobre a forma de apresentação determina o que e como será apresentado. A pesquisa qualitativa tem por característica um grande volume de informações e decidir sobre o que, de todo o material produzido, irá compor o relatório final é de grande relevância.

Os relatórios que são produzidos em função das pesquisas contratadas pelas diversas Secretarias do Ministério da Cidadania, que são instrumentos importantes, pois contêm informações e resultados, os quais visam contribuir com a avaliação das políticas públicas desenvolvidas no Ministério, e conseqüentemente com a tomada de decisões. Por essa razão, os mesmos precisam informar a totalidade do que foi pesquisado, narrando o processo da pesquisa desde o seu início e registrando no relatório, assim como em qualquer relatório de pesquisa científica:

- Quais foram as escolhas metodológicas e as escolhas empíricas;
- Como a questão ética foi abordada;
- Justificar o referencial teórico-conceitual, informar principais procedimentos utilizados em seu levantamento;
- Quais foram os pressupostos teóricos;
- Como foi a trajetória no campo da pesquisa;
- Como foram estabelecidas e conduzidas as relações no campo de pesquisa;
- Quais eram as expectativas iniciais da pesquisa;
- Quais foram os dilemas e as soluções propostas;
- Quais resultados foram obtidos: o que de fato foi conhecido e/ou aprofundado.

É bom lembrar que cada pesquisa é única, portanto, tem sua singularidade, e esse aspecto deve ser narrado. Ademais, a pesquisa não é só do(a) pesquisador(a), mas é a construção conjunta a partir da interação dos envolvidos.

Por fim, um relatório de pesquisa tem para a administração pública importantes finalidades: oferecer diagnóstico de problemas, ou indicar caminhos para solucionar problemas eventualmente detectados pela pesquisa / estudo contratada(o), comparar resultados de programas em diferentes regiões e Estados do país. Por isso, sugestões e recomendações de ajustes são sempre bem- vindas e necessárias.

As questões éticas relacionadas às pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais também devem ser consideradas no momento da divulgação dos dados. Retomando a discussão sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), é necessário respeitar os acordos e compromissos fechados com os(as) pesquisados(as). Ressaltando que no caso de denúncias sobre violação de direitos, as mesmas devem ser feitas de forma privada inicialmente, protegendo as vítimas envolvidas.

A formatação dos relatórios depende do objetivo e das características das pesquisas. Algumas orientações gerais que podem ser feitas:

- 1.** Se no edital de contratação da pesquisa e/ou consultoria houver um modelo, ele deve ser seguido.
- 2.** Os produtos constantes dos editais de contratação de pesquisa e/ou consultoria devem conter exatamente o que está sendo solicitado. Dúvidas devem ser esclarecidas em reuniões com o órgão contratante.
- 3.** O relatório deve ser redigido de forma clara e objetiva, seguindo a norma culta da língua portuguesa e padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que se refere a citações e referências bibliográficas. Assim, é necessário informar a autoria dos trabalhos citados no transcrito do relatório e estes devem ter sua correspondência na bibliografia. É preciso ainda tomar o devido cuidado em não introduzir na mesma frase conceitos de vários(as) autores(as) que podem confundir o(a) leitor(a) quanto a distinguir a posição de um(a) autor(a) e de outro(a).
- 4.** Se o objetivo for resumir um texto que não é de sua autoria, deve-se reproduzir o significado exato das ideias ou fatos apresentados originalmente e o(a) autor(a) deve ser citado, bem como as referências do texto original.
- 5.** Se o objetivo for fazer uso de textos e trabalhos anteriores do próprio(a) pesquisador(a), estes devem ser assinalados com as devidas referências e citações.
- 6.** O(A) pesquisador(a) deve deixar claro quais são suas ideias e quais são as ideias oriundas de fontes consultadas.
- 7.** É fundamental planejar os conteúdos que compõem o relatório: apresentação; introdução; os objetivos; a metodologia utilizada; os referenciais teóricos sobre o tema e os que embasaram a pesquisa; as seções seguintes que constarão do relatório para narrar o desenvolvimento da pesquisa; a comunicação dos resultados; referências bibliográficas, anexos e apêndices se houver.
- 8.** Na introdução, pode-se descrever o que já se sabe sobre o assunto, quais são os pontos polêmicos e/ou contraditórios sobre o tema; quais entraves supõem-se existirem e quais ações foram pensadas para superar os obstáculos.

- 9.** É importante justificar a escolha da metodologia que foi utilizada. Justificar o uso e descrever a aplicação das técnicas de coletas de dados que foram empregadas na pesquisa.
- 10.** Para narrar o desenvolvimento da pesquisa é importante descrever sobre como as pessoas envolvidas na mesma foram contatadas; sobre a interação entre os envolvidos; sobre os imprevistos, as dúvidas, os dilemas e como foram trabalhados.
- 11.** Os registros de uma pesquisa devem ser conservados de maneira segura durante um período considerável após a publicação dos resultados da mesma. Devem estar acessíveis a outros(as) pesquisadores(as) que desejarem, a fim de que seja possível verificar a correção da pesquisa, replicá-la ou dar-lhe continuidade. No entanto, essa acessibilidade pode estar limitada por razões éticas ou legais.
- 12.** Os resultados devem ser claramente descritos, bem como se sugere ao final do relatório que o(a) pesquisador(a) faça recomendações.
- 13.** No caso de haver tabelas no relatório é importante que o(a) pesquisador conheça e siga as normas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, intituladas "Normas de Apresentação Tabular", além das normas da ABNT para Quadros, Figuras, Gráficos e demais ilustrações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS POR TEMAS

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/SOCIAIS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2000. DOI <https://doi.org/10.21874/rsp.v51i4.334>

BECHELAINE, C. H. O.; CKAGNAZAROFF, I. B. As avaliações vão para a gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso de avaliações de políticas públicas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 78-93, 2014.

BELCHER, B.; SURYADARMA, D.; HALIMANJAYA, A. Evaluating policy-relevant research: lessons from a series of theory-based outcomes assessments. **Palgrave Communications**, v. 3, Article 17017, 2017. DOI. <https://doi.org/10.1057/palcomms.2017.17>

BOUZAS LORENZO, R. Los Caminos de la Evaluación de Políticas Públicas uma Revisión del Enfoque. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas (RIPS)** v. 4, n.2, p. 69-86, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016. <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/ferramentas/docs/CEGOV%20-%202015%20-%20MDS%20Monitoramento%20Caderno%20de%20Estudos.pdf>

CARDOZO BRUM, M. Políticas públicas: los debates de su análisis y evaluación. **Andamios**, México, v. 10, n. 21, p. 39-59, 2013. DOI <https://doi.org/10.29092/uacm.v10i21.285>

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 993-1016, 2012.

CHEN, S. Sport policy evaluation: what do we know and how might we move forward? **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 10, n. 4, pp. 741-759, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/19406940.2018.1488759>

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, FGV, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

COUTO, F. F.; CARRIERI, A. P.; CKAGNAZAROFF, I. B. Participação na Avaliação de Políticas Públicas: A Pesquisa Construtivista e a Quarta Geração de Avaliação. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 20, n. 1, p. 36-55, 2019. DOI <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.20.5141>

CRUMPTON, C. D. et al. Evaluation of public policies in Brazil and the United States: a research analysis in the last 10 years. **Revista de Administração Pública**, FGV, v. 50, n. 6, p. 981-1001, 2016.

CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHIR, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs). **Coletânea Avaliação de Políticas Públicas**: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 1, 2, 3 4 e 5. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>

DE CORTE, J.; ROOSE, R. Social work as a policy actor: understanding social policy as an open-ended democratic practice. **European Journal of Social Work**, v. 23, n. 2, pp. 227-238, 2020. DOI <https://doi.org/10.1080/13691457.2018.1462768>

DERLIEN, H.-U. Una comparación internacional de la evaluación de las políticas públicas. **Revista Do Serviço Público**, v. 52, n. 1, pp. 105-123, 2014. DOI <https://doi.org/10.21874/rsp.v52i1.302>

DEVEREUX, S.; ROELEN, K.; BÉNÉ, C.; CHOPRA, D.; LEAVY, J.; MCGREGOR, J. A. Evaluating Outside the Box: An Alternative Framework for Analysing Social Protection Programmes. **IDS Working Paper**, Centre for Social Protection, Institute of Development Studies, August 2013. DOI <https://doi.org/10.1111/j.2040-0209.2013.00431.x>

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA e CARVALHO (org.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FARAH, M. F. S. Abordagens Teóricas no Campo de Política Pública no Brasil e no Exterior: Do Fato à Complexidade. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. Espec., p. 53-84, 2018. DOI <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i0.3583>

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21-29, 2003.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FERNANDES, I. L. C.; ESMERALDO, G. G. S. L. Elementos a Considerar na Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 2, n. 10, p. 89-98, 2012.

FERRAREZI, E. **SAGI: Informação e conhecimento para políticas de desenvolvimento social**. Brasília, DF: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), 2016. http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/LIVRO_SAGI_BAIXA_FINAL.pdf

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

FREY, K.; OLIVEIRA, V. E.; XIMENES, S. B.; BITTENCOURT, L. N.; LOTTA, G. S. Políticas Públicas em Perspectiva Comparada: Proposta de um Framework para a Análise de Experiências Locais. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 9-36, 2017. DOI <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.1767>

GASCÓ HERNÁNDEZ, M. Hacia una sistematización de la evaluación de programas y políticas públicas. **Gestión Y Análisis De Políticas Públicas**, n. 23, pp. 55-65, 2002. DOI <https://doi.org/10.24965/gapp.vi23.297>

GUERRA, I. Polémicas e Modelos para uma Sociologia de Intervenção, *Cadernos de Estudos Africanos [Online]*, n. 4, pp. 71-84, 2003, publicado online 25 julho 2014. <http://journals.openedition.org/cea/1571>. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.1571>

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública RAP**, v. 36, n 1, pp. 51-72, 2002.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 36, p. 251-275, IPEA 2011.

JANNUZZI, P. M. Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 1, p. 4-27, 2013.

JANNUZZI, P. M. Métodos de pesquisa social aplicados à Avaliação de Programas. In: **Monitoramento e Avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LAISNER, R. C.; DE MARIO, C. G. Os Desafios da Avaliação de Políticas Públicas como Instrumento Estratégico de Gestão e de Controle Social. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, n. 2, p. 619-630, jul./dez. 2014. DOI <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18n2p619-630>

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva [online]** v.19, n.5, pp.1339-1346, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.12202013>

MC-SAGI. Ministério da Cidadania (MC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Portal SAGI de Cadernos de Estudos**. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=53>

MDS/UFRGS/CEGOV – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015. http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/curso_avaliacao.pdf

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. Modelo de Avaliação de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 28, p. 53-92, 2018. DOI <https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v14n28p53-92>

OLIVEIRA, A. D. Desempenho da implementação do Programa Luz para Todos: novos atores como fator explicativo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 63, p. 269-289, 2013. DOI <https://doi.org/10.12660/cgpc.v18n63.6105>

OLIVEIRA, L. D. S.; LIMA-FILHO, D. O. Modelo de segurança alimentar e nutricional e seus determinantes socioeconômicos e comportamentais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 59, art. 47, p. 1-20, 2011. DOI <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n59.3731>

OLIVEIRA, L. R.; PASSADOR, C. S. Ensaio Teórico sobre as Avaliações de Políticas Públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 2, p. 324-337, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/1679-395169657>

OSPINA, S. M.; ESTEVE, M.; LEE, S. Assessing Qualitative Studies in public Administration Research. **Public Administration Review**, v. 78, n. 4, pp. 593-605, 2017. DOI <https://doi.org/10.1111/puar.12837>

ÖSTERLIND, M. Sport policy evaluation and governing participation in sport: governmental problematics of democracy and health. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 8, n. 3, pp. 347-362, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/19406940.2015.1123755>

PEREIRA, A. K.; PIRES, P. S.; PINTO, A. Pesquisas de Avaliação e Confidencialidade da Informação: Limites e Conflitos. In: **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação. – N. 7 (2014)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

PIGNATTA, M. A. Monitoreo Y Evaluación de Políticas Públicas em América latina: brechas por cerrar. **Revista perspectivas de Políticas Públicas**, Año 4, n. 8, p. 49-69, 2015. DOI <https://doi.org/10.18294/rppp.2015.947>

PLANEJAMENTO – CIDADANIA DIGITAL. Pesquisa Gestão da Qualidade, 2018. <http://www.planejamento.gov.br/cidadania-digital/brasil-eficiente-cidadania-digital/pesquisa-de-gestao-da-qualidade-em-servicos-publicos>.

PORTER, S, SHORTALL, S. Stakeholders and Perspectivism in Qualitative Policy Evaluation: A realist reflection. **Public Administration**, v. 87, n. 2, pp. 259-273, 2009. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2008.01735.x>

RAJULTON, F. The Fundamentals of Longitudinal Research: An Overview. Special Issue on Longitudinal Methodology. **Canadian Studies in Population**, v. 28, n 2, pp. 169-185, 2001.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceitualização e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>

RESENDE, G. M. (Ed.). Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (v. 3). Brasília: IPEA, 2017. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29421

ROCHA, R.A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S1679-39512004000100006>

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de Políticas Públicas Sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008.

ROTH DEUBEL, A.-N. La Evaluación de Políticas Públicas em Colombia: uma mirada crítica a partir de las prácticas evaluativas oficiales de los programas de la "Red de Apoyo Social". **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 45, p. 161-186, 2009.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SALAZAR VARGAS, C. 2009. La evaluación y el análisis de políticas públicas. **OPERA**, v. 9, n. 9, p. 23-51, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEGERHOLM, C. Researching Evaluation in National (State) Politics and Administration: A Critical Approach, **American Journal of Evaluation**, v. 24, p. 353-372, 2003.

SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. **Sociologia**, v. 31, p. 59-80, 2016.

SILVA, Maurício Corrêa da; SILVA, Romildo de Araújo da; SILVA, José Dionísio Gomes da. Análise e Avaliação de Políticas Públicas: Aspectos Conceituais. In: **Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal**. 61. out. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308969219_Analise_e_avaliacao_de_politicas_publicas_aspectos_conceituais. Acesso em 13 jul.2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP – Rio de Janeiro** v. 42, n. 3, pp. 529-50, 2008.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>

VAGANAY, A. Outcome Reporting Bias in Government-Sponsored Policy Evaluations: A Qualitative Content Analysis of 13 Studies. **PLoS ONE**, v. 11, n. 9, Article e0163702, 30 September 2016. DOI. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0163702>

VAN DEN BERG, H.; PHILLIPS, S.; DICKE, M.; FREDERIX, M. Impacts of farmer field schools in the human, social, natural and financial domain: a qualitative review. *Food Security*, Published on line 19 May 2020. <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01046-7>

VEDUNG, E. Four waves of evaluation diffusion. **Evaluation**, London, v. 16, n. 3, p. 263-277, 2010.

WEISS, C. H. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American Journal of Evaluation**, v. 19, n. 1, p. 21-34, 1998.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de Programas: concepções e práticas**. São Paulo: Ed. Gente/EDUSP/Instituto Fonte/Instituto Ayrton Senna, 2004.

ÉTICA E BOAS PRÁTICAS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ARAÚJO, L. A. D. **A proteção constitucional da própria imagem**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

BITTAR, C. A. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro. Forense, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa**. 2011. <http://cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>.

Código de Nuremberg. Tribunal Internacional de Nuremberg – 1947 Julgamento de criminosos de guerra perante os Tribunais Militares de Nuremberg. **Control Council Law** 1949; 10(2):181-182. Disponível em <http://www.gtp.org.br/new/documentos/nuremberg.pdf>.

Declaração de Helsinque. **Associação Médica Mundial Princípios éticos para as pesquisas médicas em seres humanos**. Adotado pela 18ª Assembleia Médica Mundial Helsinque, Finlândia, jun. 1964. Disponível em: https://www.wma.net/wp-content/uploads/2016/11/491535001395167888_DoHBrazilianPortugueseVersionRev.pdf.

EUGÊNIO, M. **Direito de Imagem: o que é? Como funciona?** [On line]. (2016). Disponível em: <https://www.dlojavirtual.com/dicas/direito-de-imagem-o-que-e-como-funciona>

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Código De Boas Práticas Científicas**. 2014. Disponível também em inglês e espanhol: http://www.fapesp.br/boaspraticas/http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf

SHAW, R. M.; HOWE, J.; BEAZER, J.; CARR, T. Ethics and positionality in qualitative research with vulnerable and marginal groups. **Qualitative Research**, v. 20, n. 3, pp. 277-293, 2019. DOI <https://doi.org/10.1177/1468794119841839>

SPINK, M. J. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**, [S.I.], v. 31, n. 1, p. 7-22, 2000.

PORTARIAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria SENARC/MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/acesso_informacao/portaria/portaria10_30012012.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria MDS nº 192, de 19 de maio de 2017. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/PORTARIA%20N%20192%2C%20DE%2019%20DE%20MAIO%20DE%202017.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria MDS nº 2.227, de 6 de junho de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19624240/do1-2018-06-07-portaria-n-2-227-de-6-de-junho-de-2018-19624161.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria MDS nº 2.626, de 29 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52994871/do1-2018-12-03-portaria-n-2-626-de-29-de-novembro-de-2018-52994685

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 001, de 13 de junho de 1988. Regulamenta o credenciamento de centros de pesquisa no país e recomenda a criação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em cada centro. Brasília, 1988. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1988/reso01.doc>

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 10 out. 1996. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 2013. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Publicada no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2016. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 07 abr. 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

PESQUISA QUALITATIVA EM GERAL

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O Método nas Ciências Sociais. In. ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais** [pp. 107-203]. São Paulo: Pioneira, 1998.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BAUER, M. W., GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BAUER, M. W., GASKELL, G. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. BAUER, M. W., GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático [pp. 470-490]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BEAUD, S., WEBER, F. **Guia para Pesquisa de Campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BECKER, H. S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. CA, EUA: Sage Publications, 1994.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**: third edition. Thousand Oaks, CA, EUA: Sage Publications, 2005.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009b.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009a.

GIVEN, L. M. **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods** [vol. 1 & 2]. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2008.

GOODE, W. J., HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Nacional, 1979.

KELLE, U. Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático [pp. 393-415]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

KIRK, J.; MILLER, M. L. **Reliability and Validity in Qualitative Research**. Newbury, CA: Sage Publications, 1986.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

LINCOLN, Y S.; GUBA, E. G. But is It Rigorous? Trustworthiness and Authenticity in Naturalistic Evaluation. **New Directions for Program Evaluation**, n. 30, pp. 73-84, 1986.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MATTOS, P. L. C. L. de. "Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados": pondo os pingos nos is de tal ressalva. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. spe1, p. 450-468, 2011.

MAXWELL, J. A. The Value of Qualitative Inquiry for Public Policy. **Qualitative Inquiry**, v.26, n. 2, pp. 177-186, 2020. DOI <https://doi.org/10.1177/1077800419857093>

MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

PATTON, M. Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. CA, USA: SAGE Publications, 1990.

POUPART, J., DESLAURIERS, J. P., GROULX, L. H., LAPERRIÈRE, A., MAYER, R., PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

SILVERMAN, D. **Interpretação de Dados Qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.

MÉTODOS DE PESQUISA QUALITATIVA

• Estudo de caso

ATAÇ, I.; SCHUTZE, T.; REITTER, V. Local responses in restrictive national policy contexts: welfare provisions for non-removed rejected asylum seekers in Amsterdam, Stockholm and Vienna. **Ethnic and Racial Studies**, v. 43, n 16, pp. 115-134, 2020. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1723671>

CORDEIRO NETO, J. R.; ANDRADE, J. A.; MARINHEIRO, J. E. M. (Des)Conexões Estado-Sociedade no Brasil: Um Estudo Sobre a Experiência de Construção de Cisternas no Semiárido. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 4, p. 286-297, 2017. DOI <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i4.1309>

CRESWELL, J. W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, pp. 532-550, 1989. DOI <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4308385>

GOODE, W. J., HATT, P. K. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo, SP: Nacional, 1979.

GUIMARÃES, L. N. de M. R. A Efetividade Do Programa Nacional De Universalização Do Acesso E Uso Da Energia Elétrica – Luz para Todos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 207-223, 2011. DOI <https://doi.org/10.5102/rbpp.v1i2.1204>

JONES, D.; LOWE, P.; WEST, K. Austerity in a disadvantaged West Midlands neighbourhood: Everyday experiences of families and family support professionals. **Critical Social Policy**, v. 40, n. 3, pp. 389-409, 2020. DOI <https://doi.org/10.1177/0261018319840923>

MAAGS, C. Hybridization in China's elder care service provision. **Social Policy & Administration**, pp. 1-15, First published 18 May 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12616>

MONNERAT, G. L.; NOGUEIRA, J. F. Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Saúde: desafios da implementação das condicionalidades em um município de grande porte. In: CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHIR, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs). *Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social*

e o combate à fome – V. 2, Transferência de Renda. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>

PURDAM, K; SILVER, D. Social policy and embedded evaluation: Assessing the impact of a food insecurity project in the United Kingdom. *Social & Policy Administration*, pp. 1-18, First published 24 February 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12583>

SANTOS, L. L.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Efetividades de programas de reforma agrária e efeitos sobre a segurança alimentar de agricultores familiares do território do Vale do Rio Vermelho- GO. **Organizações Rurais & Agroindustriais, Rural and Industrial Organizations**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2013. DOI <https://doi.org/10.22004/ag.econ.262683>

SALLES-COSTA, R. (Coord.). Potencialidades e limites para a implementação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional – estudo de caso em dois municípios do estado do Rio de Janeiro. In: JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsp/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

STAKE, R. E. Qualitative case studies. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. *The sage handbook of Qualitative Research: third edition*. Thousand Oaks, CA, EUA: Sage Publications, 2005.

WALKER, R. K. Avaliação do programa de promoção da inclusão produtiva de jovens – segunda Avaliação. In: JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/245.pdf>

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e método*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

• **Etnografia**

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

BEAUD, S., WEBER, F. **Guia para Pesquisa de Campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAVEDDON, N. R., LENGLER, J. F. B. (orgs.). **Pós-Modernidade e Etnografia nas Organizações**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2005.

CORSARO, W. A. Something Old and Something New: The Importance of Prior Ethnography in the Collection and Analysis of Audiovisual Data. **Sociological Methods & Research**, v. 11, n. 2, p. 145–166, 1982. DOI <https://doi.org/10.1177/0049124182011002003>

FERGUSON, H.; WARWICK, L.; COONER, T. S.; LEIGH, J.; BEDDOE, L.; DISNEY, T.; PLUMRIDGE, G. The nature and culture of social work with children and families in long-term casework: Findings from a qualitative longitudinal study. **Child & Family Social Work**, v. 25, n. 3, pp. 694-703, 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/cfs.12746>

FIELD-SPRINGER, K Reflexive embodied ethnography with applied sensibilities: methodological reflections on involved qualitative research. **Qualitative Research**, v. 20, n. 2, pp. 194-212, 2020. DOI <https://doi.org/10.1177%2F1468794119841835>

FRANCO, G. M.; SIGAHI, T. F. A. C.; SALTORATO, P. Autogestão, Politecnia e Organização do Trabalho: Um Estudo Etnográfico em uma Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba/SP. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 12, n. 3, p. 2-20, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v12i3.1545>

GOIS, P. H. Etnografia: a arte na rua. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 159-160, 2014.

GONÇALVES, A. F. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socio-culturais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2008.

GONÇALVES, M. A., HEAD. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: GONÇALVES, M. A., HEAD, S. (orgs). **Devires Imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens** [pp. 15-35]. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2009.

LEIGH, J.; DISNEY, T.; WARWICK, L.; FERGUSON, H.; BEDDOE, L.; COONER, T. S. Revealing the hidden performances of social work practice: The Ethnographic Process of Gaining Access, Getting into Place and Impression Management. **Qualitative Social Work**, pp. 1-18, First Published 9 June 2020. DOI <https://doi.org/10.1177%2F1473325020929067>

MOTTA, L. D. Sobre as relações entre pobreza e violência: notas de uma etnografia no centro de referência da juventude da Cidade de Deus -RJ. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 87-98, 2016.

SILVA, C. L. R.; SILVA, A. R. L.; FANTINEL, L. D. Simbolismos e Sociabilidades na Terceira Idade: Práticas e Significações Construídas em uma Padaria. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 16, p. 674-708, 2019. DOI <https://doi.org/10.25113/farol.v6i16.3474>

• História de vida e método biográfico

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

ARFUCH, L. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CAMARGO, A. Os Usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.27, n.1, pp. 5-28. Rio de Janeiro: 1984.

CORSARO, W. A. Something Old and Something New: The Importance of Prior Ethnography in the Collection and Analysis of Audiovisual Data. **Sociological Methods & Research**, v. 11, n. 2, p. 145–166, 1982. DOI <https://doi.org/10.1177/0049124182011002003>

DEBERT, G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa** [pp. 141-156]. São Paulo: Paz e Terra, 2004 [1986].

DENZIN, N. K. Interpretando as Vidas das Pessoas Comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, pp. 29-43. Rio de Janeiro: 1984.

DENZIN, N. K. **Interpretive Biography**. Newbury Park, California, USA: Sage, 1989.

GIVEN, L. M. **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods** [vol. 1 & 2]. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2008.

GODOY, A. S. Reflexão a respeito das contribuições e dos limites da história de vida na pesquisa em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 161-175, 2018.

JÄRVINEN, M. The Biographical Illusion: Constructing Meaning in Qualitative Interviews. **Qualitative Inquiry**, v. 6, n. 3, pp. 370-391, 2000. DOI <https://doi.org/10.1177/107780040000600306>

LORENZO, G. C.; GALERY, A. D. Barreiras na trajetória profissional das pessoas cegas: análise de uma história de vida. **Revista Linceu On-line**, v. 9, n. 2, p. 50-68, 2019.

MANCEBO, R. C.; COSTA, A. S. M.; PESSÔA, L. A. G. P. Limites e possibilidades do uso da história de vida em pesquisas com refugiados no Brasil. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 3, p. 38-53, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392018v22n3p038053>

OLIVEIRA, M. de J.; DEMBA, A. P. M. B.; EMMENDOERFER M. L.; GODOI, C. K. História oral e o método biográfico: congruências, diferenças e potencialidades de utilização no campo da administração. In: **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Anais EnPQ 2013, Brasília/DF, 2013.

PURDAM, K; SILVER, D. Social policy and embedded evaluation: Assessing the impact of a food insecurity project in the United Kingdom. *Social & Policy Administration*, pp. 1-18, First published 24 February 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12583>

SILVA H. R. K. da. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. **MÉTIS: história & cultura**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2002.

SMITH, L. M. Biographical Method. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research** [pp. 286-305]. CA, EUA: Sage Publications, 1994.

SUÁREZ-ORTEGA, M. Performance, reflexivity, and learning through Biographical-Narrative Research. **Qualitative Inquiry**, v. 19, n. 3, pp. 189-200, 2013. DOI. <https://doi.org/10.1177%2F1077800412466223>

• **Pesquisa social em redes e pesquisa em redes sociais/Web/Internet**

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., 12p., 2007.

ANDREOTTA, M., NUGROHO, R., HURLSTONE, M.J. et al. Analyzing social media data: A mixed-methods framework combining computational and qualitative text analysis. **Behavior Research Methods**, v. 51, n. 4, p.1766– 1781, 2019. DOI <https://doi.org/10.3758/s13428-019-01202-8>

ANTUNES, C. A história da análise de redes e a análise de redes em história. In: **Revista da FLUP Porto**, IV Série, v 2, pp. 11-22, 2012.

CARNEIRO, A. M.; DWYER, T. A Pesquisa da sociabilidade on-line: três gerações de estudos. **Revista USP** [Dossiê Redes Sociais], v. 92, p. 100-113, 2012. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i92p100-113>

CAVALCANTE, P. L. Programa Bolsa Família: descentralização, centralização ou gestão em redes? **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 1, p. 29-46, 2009. DOI <https://doi.org/10.21874/rsp.v60i1.9>

COSTA, W. M. A. Redes Sociais e Processo Político em J. A. Barnes. **Conversas & Controvérsias**, PUCRS, v. 4, n. 1 p. 149-156, 2017. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/artic le/view/25319>

DIAS, R. P. A análise de redes na sociologia e nos estudos sobre *business groups*: entrevista com John Scott. Em Tese, PPG SP, v. 14, n.1, p. 184-198, 2017. DOI <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2017v14n1p200>

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009a.

FIELDING, N. G. Critical Qualitative Research and Impact in the Public Sphere. **Qualitative Inquiry**, v. 26, n. 2, pp. 1–11, 2019. DOI <https://doi.org/10.1177/1077800419857746>

FIELDING, N., LEE, R. M., BLANK, G (Orgs.). **The Sage Handbook of Online Research Methods**. Thousand Oaks, CA, EUA: Sage Publications, 2011.

FRAGOSO, S., RECUERO, R., AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para a Internet**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2015.

GANGNEUX, J. Rethinking social media for qualitative research: The use of Facebook Activity Logs and Search History in interview settings. **The Sociological Review**, v. 67, n. 6, pp.1249–1264, 2019. DOI <https://doi.org/10.1177/0038026119859742>

HENNELL, K., LIMMER, M. & PIACENTINI, M. Ethical Dilemmas Using Social Media in Qualitative Social Research: a case study of online participant observation. **Sociological Research Online**, pp. 1-17, Article first published online: November 28, 2019. DOI <https://doi.org/10.1177/1360780419888933>

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. **Análise de redes em ciências sociais**. Brasília, DF: Enap, 2018.

HINE, C. (Org.). **Virtual Methods: Issues in social research on the internet**. Oxford/UK: BERG Publishers, 2010.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>.

MARTINS, P. H. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 401- 418, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200013>.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, FGV, v. 46, n. 3, p. 72-86, 2006.

SCOTT, J. A. **Matter of Record**. Cambridge, MA, USA: Polity Press, 1990.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74- 85, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/1414-49802015000100008>

SILVA, M. K.; ZANATA JUNIOR, R. “Diz-me com quem andas, que te direi quem és”: Uma - Breve - Introdução à Análise de Redes Sociais. **Revista USP** [Dossiê Redes Sociais], v. 92, p. 114-130, 2012. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i92p114-130>

• Pesquisa-Ação

ARANDA, M. F.; SILVA, G. X. A. Concepción para el Funcionamiento de un Observatorio Turístico en Manabí, Ecuador. **Revista Ibero-Americana de Estrategia**, v. 18, n. 3, p. 482-497, 2019. DOI <https://doi.org/10.5585/ijism.v18i3.15955>

BARBOSA, J. S.; ARAÚJO, M. A. L. Educação (física) e esporte – nas teias de uma pesquisa-ação extensionista em uma universidade pública baiana. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, v. 21, n. 2, p. 391-403, 2015. DOI <https://doi.org/10.22456/1982-8918.48227>

BORGES, R. M.; GONZÁLEZ, F. J.; GAYA, A. C. A.; GALATTI, L. R. Diálogos sobre o ensino dos esportes: formação continuada por meio da pesquisa-ação. *Movimento: Re-*

vista de Educação Física da UFRGS, v. 23, n. 3, p. 1025- 1038, 2017. DOI <https://doi.org/10.22456/1982-8918.71738>

CAMPOS, T. M.; LIMA, E. O. Um estudo sobre os fatores que influenciam no desenvolvimento de competências empreendedoras. **Revista Pretexto**, v. 20, n. 1, p. 38-56, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v20i1.3231>

CHEN, S.; HUANG, F.; ZENG, W. Comments on systematic methodologies of action research in the new millennium: A review of publications 2000–2014. **Action Research**, v. 16, n. 4, pp. 1-20, 2017. DOI <https://doi.org/10.1177/1476750317691103>

CHIM-MIKI, A. F.; LIMA, A. A.; MARACAJÁ, K. F. B.; OLIVEIRA-MATOS, C. 'Hiking' turístico no espaço rural: pesquisa-ação na comunidade quilombola de Caiana dos Matias – Serra Redonda/PB1. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, v. 13, n. 1, p. 102-130, 2019.

FRENCH, S. Action research for practising managers. **Journal of Management Development**, v. 28, n. 3, p. 187–204, 2009. DOI <https://doi.org/10.1108/02621710910939596>

MACHADO, G. B.; KRAEMER, R.; DANDOLINI, G. A.; SOUZA, J. A.; TODESCO, J. L. Perspectivas de pesquisa sobre Inteligência Estratégica Antecipativa e Coletiva (IEAc) por meio da análise de sentimento: um cenário didático de uso. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 10, n. 1, p. 152-164, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.21714/2236-417X2020v10n1p152>

SANTOS, L.; LIMA, A.; NASCIMENTO, G. Priorização de desperdícios na manutenção de equipamentos médicos em operações hospitalares. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 17, n. 4, p. 83-99, 2020. DOI <https://doi.org/10.21450/rahis.v17i4.6455>

SEMIÃO, V. M. R.; AZEVEDO, D. S. Turismo e desenvolvimento de destinos: o 'case' Aracaju Convention & Visitors Bureau. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 1, p. 228-242, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p228>

SILVA, A. M.; MATTE, J.; MILAN, G. S. A Implementação do setor de pós- vendas e sua relação com a retenção de clientes. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 21, n. 1, p. 317-331, 2020. DOI <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.5611>

SILVA, F. C.; SHIBAO, F. Y.; SANTOS, M. R. D.; BARBIERI, J. C. Análise de 'stakeholders' em indústria do setor plástico: uma aplicação da Norma ABNT NBR ISO 14001:2015. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 13, n. 2, p. 40-57, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v13i2.1828>

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>

• Método de análise de conteúdo

AVRITZER, L. (Coord.); VAZ, C. N. Demografia, Sociedade e Vulnerabilidade: um Método tentativo de prospecção e estimativa de demanda por Programas Sociais - O Caso de Minas Gerais. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In. BAUER, M. W., GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático** [p. 189-217]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BURLANDY, L. et al. Potencialidades e limites para a implementação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional – estudo de caso em dois municípios do estado do Rio de Janeiro. In. CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHIR, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs). **Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 4 Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>

FISCHER, F. M.; LUZ, A. A. Inclusão produtiva de jovens estudantes: um estudo de caso em organização não governamental na cidade de São Paulo. In. CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHIR, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs). **Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 5 Inclusão Produtiva**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>

JANNUZZI, P. M. Avaliação de Programas Públicos por meio da Análise Estruturada dos Relatórios de Auditoria da Controladoria Geral da União. **Cadernos Gestão Pública**, FGV, São Paulo, v. 16, n. 59, p. 222-239, 2011. DOI <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n59.3719>

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis**. Beverly Hills: Sage Publications, 1986.

PAIVA, B. A. (Coord.). O SUAS em Santa Catarina: O processo de implantação da Proteção Social Básica em perspectiva. In. CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHIR, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs). **Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 3 Assistência Social e Territorialidades**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>

SOUZA, W. J. (Coord.). Ação Interinstitucional de Fomento ao Protagonismo Juvenil: formação de agentes de desenvolvimento comunitário no território do Mato Grande/RN. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Com-

bate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es%20tudo%20N.16.pdf)

STARKE JR., A. M. Poverty, Policy, and Federal Administrative Discourse: Are bureaucrats speaking equitable antipoverty policy designs into existence? **Public Administration Review**, First published 05 May 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/puar.13191>

PURDAM, K; SILVER, D. Social policy and embedded evaluation: Assessing the impact of a food insecurity project in the United Kingdom. *Social & Policy Administration*, pp. 1-18, First published 24 February 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12583>

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

• **Métodos de análise de discurso, análise retórica e pesquisa narrativa**

ADAM, J. M., HEIDMANN, U., MAINGUENEAU, D.; RODRIGUES, M. das G., NETO, J. G. S., PASSEGGI, L. (orgs). **Análises Textuais e Discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

ARAUJO JUNIOR, E. M. Cartografia social nas narrativas dos territórios: o caso das populações ribeirinhas na Amazônia legal. **International Journal of Professional Business Review**, v. 5, n. 2, p. 153-162, 2020.

BOAS, L. F. V.; ICHIKAWA, E. Y. Migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Paraná: práticas cotidianas e processos de territorialização em meio ao trabalho precário. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, p. 172-183, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174719>

BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R. Como estamos na fita? Os vídeos institucionais para a mobilização da confiança entre organização e funcionários. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 11, n. 1, p. 104-131, 2013.

BRULON, V.; PECI, A. Entre consensos e discordâncias: estratégias de legitimação no campo burocrático do Estado em ação nas favelas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 3, p. 474-494, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174048>

CAINE, V., CHUNG, S., STEEVES, P., & CLANDININ, D. J. The necessity of a relational ethics alongside Noddings' ethics of care in narrative inquiry. **Qualitative Research**, v. 20, n. 3, pp. 265–276, 2020. DOI <https://doi.org/10.1177/1468794119851336>

CLANDININ, D. J., CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Uberlândia, MG: Edufu, 2015.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

DIJIK, T. A. van. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. London, New York, NY: Routledge Taylor & Francis Group, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. New York, NY: Hodder Arnold, 1995.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático [pp. 244-270]. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEACH, J. Análise retórica. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático [pp. 293-318]. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. O Programa Bolsa Família na voz das Pescadoras Artesanais do Litoral de Pernambuco. In: Caderno Gênero e Populações Específicas – n. 6. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_118.pdf

LEITE, C. K. S.; FONSECA, F. C. P.; HOLANDA, B. M. Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 5, p. 879-898, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-761220180383x>

MACHADO, C. R. S.; SILVA, M. F. S.; PASCOAL, V. M. R. Agricultura periurbana e extensão universitária: limites e possibilidades no combate à fome e à miséria: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal do Rio Grande FURG nos municípios de Rio Grande e São José do Norte (RS). In: CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHER, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs). **Coletânea Avaliação de Políticas Públicas**: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 4 Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=108//>

PAIVA, B. A. (Coord.). O SUAS em Santa Catarina: O processo de implantação da Proteção Social Básica em perspectiva. In: JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es%20tudo%20N.16.pdf>

PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2014.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo, SP: Contexto, 2019.

SCOTT, J. A. **Matter of Record**. Cambridge, MA, USA: Polity Press, 1990.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Edição Virtual. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo...Praticas_discursivas_e_producao

STARKE JR., A. M. Poverty, Policy, and Federal Administrative Discourse: Are bureaucrats speaking equitable antipoverty policy designs into existence? **Public Administration Review**, First published 05 May 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/puar.13191>

SUÁREZ-ORTEGA, M. Performance, Reflexivity, and Learning Through Biographical-Narrative Research. **Qualitative Inquiry**, v. 19, n. 3, pp. 189-200, 2013. DOI. <https://doi.org/10.1177%2F1077800412466223>

• Métodos da psicologia: técnicas projetivas

ALMEIDA, G. T. As Técnicas Projetivas em Estudos sobre a 'Consumer Culture Theory - CCT'. *Revista Ciências Administrativas*, v. 24, n. 2, p. 1-15, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.5020/2318-0722.2018.5629>

BARROS, L. E. V.; CAPPELLE, M. C. A.; GUERRA, P. Carreira outsider: um estudo sobre o processo de rotulação da carreira de músico. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 1, p. 194-225, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.21529/RECADM.2021007>

BELK, R. W.; GER, G.; ASKEGAARD, S. Consumer desire in three cultures: results from projective research. **Advances in Consumer Research**, v. 24, p. 24-28, 1997.

BODDY, C. Projective Techniques in Market Research: Valueless Subjectivity or Insightful Reality? A Look at the Evidence for the Usefulness, Reliability and Validity of Projective Techniques in Market Research. **International Journal of Market Research**, v. 47, n. 3, p. 239-254, 2005. DOI <https://doi.org/10.1177/147078530504700304>

BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R.; CASADO, T. Práticas de gestão e representações sociais do administrador: algum problema?. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. Ed. Especial, art. 5, p. 530-568, 2011.

CASTRO, P. F. et al. (Orgs.). **Fundamentos e construções contemporâneas dos métodos projetivos**, Goiânia, Goiás, Brasil, 03 a 06 de julho de 2018. Ribeirão Preto, São Paulo: ASBRo, 2018. https://www.asbro.org.br/arquivos/Fundamentos_e_construcoes_contemporaneas_dos_metodos_projetivos_2018.pdf

CATTERALL, M.; IBBOTSON, P. Using projective techniques in education research. **British Educational Research Journal**, v. 26, n. 2, p. 245-256, 2000. DOI <https://doi.org/10.1080/01411920050000971>

DOHERTY, S.; NELSON, R. Using projective techniques to tap into consumers' feelings, perceptions and attitude. . . Getting an honest opinion. **International Journal**

of **Consumer Studies**, v. 34, n. 4, p. 400-404, 2010. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2010.00880.x>

FARIA, M. D.; CASOTTI, L.; CARVALHO, J. L. Vulnerabilidade e invisibilidade: um estudo com consumidores com Síndrome de Down. *Gestão & Regionalidade*, v. 34, n. 100, p. 202-217, 2018. DOI <https://doi.org/10.13037/gr.vol34n100.4324>

FARZIN, M.; VAZIFEHDUST, H.; HAMDI, K. Projective Techniques for Understanding Cyber-Market Mavenism in Social Network Sites. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 729- 749, 2020. DOI <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i3.4074>

GOULD, L. J.; EBERS, R.; CLINCHY, R. M. The systems psychodynamics of a joint venture: anxiety social defenses, and the management of mutual dependence. **Human Relations**, v. 52, n. 6, p. 697-722, 1999. DOI <https://doi.org/10.1177/001872679905200602>

HEMAIS, M. W.; CASOTTI, L. M. Insatisfações projetadas de consumidores de baixa renda. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 4, p. 65-84, 2014.

HOFSTEDE, A., VAN HOOFF, J., WALENBERG, N.; DE JONG, M. Projective techniques for brand image research: Two personification-based methods explored. **Qualitative Market Research**, v. 10, n. 3, p. 300-309, 2009. DOI <https://doi.org/10.1108/13522750710754326>

MEENAGHAN, T. Sponsoring and advertising: a comparison of consumer perceptions. **Psychology & Marketing**, v. 18, n. 2, p. 191-215, 2001. DOI [https://doi.org/10.1002/1520-6793\(200102\)18:2%3C191::AID-MAR1005%3E3.0.CO;2-C](https://doi.org/10.1002/1520-6793(200102)18:2%3C191::AID-MAR1005%3E3.0.CO;2-C)

MEYER, A. Visual data in organizational research. **Organization Science**, v. 2, n. 2, p. 218-236, 1991.

PINHAL, V. A.; FERREIRA, D. V. S.; BORGES, J. F. É com Pesar que Informamos o Encerramento de Nossas Atividades: Representações e Práticas do Declínio Organizacional em Videolocadoras. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 16, n. 1, p. 62-92, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.19094/contextus.v16i1.1031>

RAMSEY, E.; IBBOTSON, P.; BELL, J.; GRAY, B. A projectives perspective of international "e"-services. **Qualitative Market Research: An International Journal**, v. 7, n. 1, p. 34-47, 2004. DOI <https://doi.org/10.1108/13522750410512868>

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

ZUBIN, J.; ERON, L. D.; SCUMER, F. **An experimental approach to projective techniques**. New York, USA: John Wiley & Sons, Inc., 1965.

TÉCNICAS DE PESQUISA QUALITATIVA

• Pesquisa documental

AGUIAR, N. F. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida das mulheres e as relações de gênero. In: JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** [pp. 295-316]. Petrópolis: Vozes, 2014.

CENTURIÃO, D. A. S.; FAGUNDES, M. B. B.; SCHMIDT, V. Discussão sobre as políticas públicas com influência nos empreendimentos econômicos solidários ligados ao turismo em Corumbá – MS. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 3, p. 241-260, 2013. DOI <https://doi.org/10.21118/apgs.v5i3.472>

DINIZ, S. C. ET. AL. Avaliação de experiências de capacitação para inclusão produtiva na região metropolitana de Belo Horizonte. In: CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHIR, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs.). **Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 5 Inclusão Produtiva**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/5.pdf>

DULCI, O. S. Estudo sobre as contribuições das pesquisas implementadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação no campo da transferência de renda e de serviços sócio assistenciais. In: TAPAJÓS, L.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 13. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno%20-%2013.pdf>

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FAUSTINO, R. C. O impacto do programa Bolsa Família (PBF) na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em comunidades indígenas Kaingang e Guarani no Paraná. In: JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudo%20N.16.pdf>

GARCIA, M. O.; RODRIGUES, P. E. L.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R.; SILVEIRA, S. F. R. Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, p. 41-68, 2016.

MEDEIROS, R. S. (Coord.). Transferência de renda e monitoramento: mudanças no papel do gestor municipal no acompanhamento das famílias em situação de descum-

primimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família no Estado da Paraíba. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf>

MONTE-MÓR, R. L. M. (Coord.). Avaliação de Metodologias de Capacitação para Inclusões Produtivas vinculadas às Políticas Públicas de Transferências de Renda do MDS na RMBH: Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf>

MONTEIRO, D. A. A.; SILVA, A. A. P.; RIBEIRO, E. M. Avaliação da gestão do programa bolsa família na Bahia. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 259-275, 2014.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. Modelo de Avaliação de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 28, p. 53-92, 2018. DOI <https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v14n28p53-92>

SCOTT, J. A. **Matter of Record**. Cambridge, MA, USA: Polity Press, 1990.

SILVA, M. O.; GUILHON, M. V. M. O Bolsa Família no contexto da proteção social: significado e realidade das condicionalidades e do índice de gestão descentralizada no estado do Maranhão. In. CUNHA, J. V. Q.; PINTO, A. R.; BICHIR, R. M.; PAULA, R. F. S. (Orgs). **Coletânea Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome – V. 2 Transferência de Renda**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/2%20Transfer%C3%A Ancia%20de%20renda.pdf>

• Entrevistas

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

ATAÇ, I.; SCHUTZE, T.; REITTER, V. Local responses in restrictive national policy contexts: welfare provisions for non-removed rejected asylum seekers in Amsterdam, Stockholm and Vienna. **Ethnic and Racial Studies**, v. 43, n 16, pp. 115-134, 2020. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1723671>

BERNER-RODOREDA, A.; BÄRNIGHAUSEN, T.; KENNEDY, C.; BRINKMANN, S.; SARKER, M.; WIKLER, D.; EYAL, E.; MCMAHON, S. A. From Doxastic to Epistemic: A Typology and Critique of Qualitative Interview Styles. **Qualitative Inquiry**, v. 26, n. 3-4, pp. 291-305, 2020. DOI <https://doi.org/10.1177/1077800418810724>

CARVALHO, A. de S. **Metodologia da Entrevista**: uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

COURTNEY, P.; POWELL, J. Evaluating Innovation in European Rural Development Programmes: Application of the Social Return on Investment (SROI) Method. **Sustainability**, MDPI, Open Access Journal, v. 12, n. 7, Article 2657, pp. 1-25, 2020. DOI <https://doi.org/10.3390/su12072657>

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. IN: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático [pp. 64-89]. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HENNELL, K.; LIMMER, M.; PIACENTINI, M. Exploring health behaviours: Understanding drinking practice using the lens of practice theory. *Sociological Research Online*, pp 1-17, 2019. DOI <https://doi.org/10.1111/1467-9566.13051>

JONES, D.; LOWE, P.; WEST, K. Austerity in a disadvantaged West Midlands neighbourhood: Everyday experiences of families and family support professionals. **Critical Social Policy**, v. 40, n. 3, pp. 389-409, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0261018319840923>

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; ASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KAUFMANN, J-C. A. **Entrevista Compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

LOBATO, L. V. C. Avaliação da implementação do Benefício de Prestação Continuada e dos resultados sobre os beneficiários. In. PAES-SOUSA, R.;

VAITSMAN, J. **Cadernos de Estudos**: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS – N. 5. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2007. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/ferramentas/docs/caderno%20-%2005.pdf>

MAAGS, C. Hybridization in China's elder care service provision. **Social Policy & Administration**, pp. 1-15, First published 18 May 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12616>

MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MDS-SAGI. Pesquisa de avaliação qualitativa do Programa Bolsa Verde. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza, 2016. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_181.pdf

MDS-SAGI. Estudo sobre as barreiras sociais presentes no meio familiar e sociocultural de pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, que dificultam o seu acesso à escola e a outros serviços públicos. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Datamétrica Consultoria, pesquisa e telemarketing Ltda, 2016.

MDS-SAGI. Pesquisa qualitativa de acompanhamento da implementação do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010.

MONTE-MÓR, R. L. M. (Coord.). Avaliação de Metodologias de Capacitação para Inclusões Produtivas vinculadas às Políticas Públicas de Transferências de Renda do MDS na RMBH: Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es%20tudo%20N.16.pdf)

PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, art. 12, p. 65-86, 2010. DOI <https://doi.org/10.12660/cgpc.v15n56.3203>

PATTON, M. Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. CA, USA: SAGE Publications, 1990.

PERERA, K. The interview as an opportunity for participant reflexivity. **Qualitative Research**, v. 20, n. 2, pp. 143-159, 2020. DOI <https://doi.org/10.1177/1468794119830539>

PINHEIRO, N. C.; BERARDI, S. Estudo sobre o desenho, a gestão, a implementação e os fluxos de acompanhamento das condicionalidades de saúde associadas ao Programa Bolsa Família (PBF) para povos indígenas. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf>

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. IN: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** [pp. 215-253]. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

PURDAM, K; SILVER, D. Social policy and embedded evaluation: Assessing the impact of a food insecurity project in the United Kingdom. *Social & Policy Administration*, pp. 1-18, First published 24 February 2020. DOI <https://doi.org/10.1111/spol.12583>

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a Técnica de Gravador no registro da informação viva**. São Paulo, SP: T.A. Queiroz, 1991.

RUBIN, H. J.; RUBIN, I. S. **Qualitative Interviewing: The art of hearing data**. Thousand Oaks, CA: Sage publications, 1995.

SEIDMAN, I. **Interviewing as Qualitative Research: a guide for researchers in education and the social sciences**. New York, NY, EUA: Teachers College Press, Columbia University, 2006.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121555>

WALKER, R. K. Avaliação do programa de promoção da inclusão produtiva de jovens – segunda Avaliação. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/245.pdf>

WESZ JR. A Distribuição Espacial dos Resultados do programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, v. 1, n. 6, pp. 39-50, 2010.

• Observação

ALMEIDA, B. C.; PAULA, S. L. Política de Esporte e Lazer: a Elaboração de um Instrumento de Avaliação. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. 2, p. 249-266, 2015. DOI <https://doi.org/10.5902/198346597597>

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

JORGENSEN, D. L. **Participante Observation: A methodology for Human Studies**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1990.

MDS-SAGI. Pesquisa de avaliação qualitativa do Programa Bolsa Verde. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza, 2016. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_181.pdf

MONTE-MÓR, R. L. M. Avaliação de metodologias de capacitação para inclusões produtivas vinculadas às políticas públicas de transferências de renda do MDS na RMBH: Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf>

PIRES, F. F.; FALCÃO, C. R.; SILVA, A. L. O Bolsa Família é direito das crianças: participação social infantil no semiárido nordestino. **Teoria & Sociedade**, (UFMG), v. 22, p. 141-167, 2014.

PIRES, F. F.; JARDIM, G. A. S. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 99-112, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200007>.

TAN, M.; QI, C. Research on the Path and Countermeasures of Accelerating the Poverty Alleviation to a Well-off Society for the Characteristic Agricultural Industry in the Southwest Mountainous Area. **Revista de Cercetare si Interventie Socială**, v. 69, pp. 410-434, 2020. DOI <https://doi.org/10.33788/rcis.69.27>

THOMAS, G.; DEMSKI, C.; PIDGEON, N. Energy justice discourses in citizen deliberations on systems flexibility in the United Kingdom: Vulnerability, compensation and empowerment. **Energy Research & Social Science**, v. 66, August, Article 101494, 2020. DOI <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101494>

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121555>

WALKER, R. K. Avaliação do programa de promoção da inclusão produtiva de jovens – segunda Avaliação. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf>

• Grupo focal

ALMEIDA, B. C.; PAULA, S. L. Política de Esporte e Lazer: a Elaboração de um Instrumento de Avaliação. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. 2, p. 249-266, 2015. DOI <https://doi.org/10.5902/198346597597>

BRANDÃO, A. A. P (Coord.). Avaliação de Impacto do Projeto Agente Jovem Sobre dos Egressos e Estudos Qualitativos sobre Ações de Capacitação. In. TAPAJÓS, L.; QUIROGA, J (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 13. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de

Avaliação e Gestão da Informação, 2010. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno%20-%2013.pdf>

CHAVES, M. M. Avaliação da Nova Modalidade de Concessão do BPC à Pessoa com Deficiência (CIF). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria 2011. <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20nova%20modalidade%20de%20concess%C3%A3o%20do%20Benef%C3%ADcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada%20BPC.pdf>

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009a.

FISCHER, F. M. (Coord.); LUZ, A. A. Efeitos da Inclusão Produtiva na Vida de Jovens atendidos por uma Organização Não Governamental após Capacitação e Ingresso no Trabalho. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf>

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In. BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** [pp. 64-89]. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MORGAN, D. L. **Focus Group as Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1997.

NASCIMENTO, P. Fazer a pesquisa subir: as possibilidades de atuação de um antropólogo/consultor. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 4, p. 164-184, 2017.

PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças. **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 21, p. 318-342, 2019.

SENARC-SAGI. Pesquisa com grupos focais de beneficiários do Bolsa Família para qualificação de cartas e mensagens. In. JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 16. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Es tudo%20N.16.pdf>

TAN, M.; QI, C. Research on the Path and Countermeasures of Accelerating the Poverty Alleviation to a Well-off Society for the Characteristic Agricultural Industry in the Southwest Mountainous Area. **Revista de Cercetare si Interventie Socială**, v. 69, pp. 410-434, 2020. DOI <https://doi.org/10.33788/rcis.69.27>

THOMAS, G.; DEMSKI, C.; PIDGEON, N. Energy justice discourses in citizen deliberations on systems flexibility in the United Kingdom: Vulnerability, compensation and

empowerment. **Energy Research & Social Science**, v. 66, August, Article 101494, 2020. DOI <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101494>

VARELLA, J. F. et al. Avaliação qualitativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Brasil sem Miséria (Pronatec/BSM): um estudo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais. In. MONTAGNER, P.; MULLER, L. H. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate** – N. 24. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2024%20-%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20Urbana.pdf>

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121555>

• Dados visuais e de áudio: fotografia, filme e vídeo

BANKS, M. **Dados Visuais: para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

BICALHO, C. S. Movimentos das Águas Caboclas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 1, p. 117-126, 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.9771/rigs.v5i1.11709>

BÖÖK, M. L.; MYKKÄNEN, J. Photo-narrative processes with children and young people. **International Journal of Child, Youth & Family Studies**, v. 5, n. 4.1 [Special Issue on "Involving Children and Young People in Research"], p. 611-628, 2014. DOI <https://doi.org/10.18357/ijcyfs.bookml.5412014>

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009a.

FREIRE-MEDEIROS, B.; NUNES, F.; CAMPELLO, L. Sobre afetos e fotos: volunturistas em uma favela carioca. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 5, n. 2, art. 2, p. 157-176, 2011.

GOIS, P. H. Etnografia: a arte na rua. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 159-160, 2014.

GOMES, M. A. F.; DIMENSTEIN, M. Subjetividade e narrativas visuais: a fotografia como recurso metodológico na pesquisa com crianças e adolescentes no campo da psicologia. **Revista Vivência**, v. 29, p. 409-427, 2005.

HENNELL, K.; LIMMER, M.; PIACENTINI, M. Exploring health behaviours: Understanding drinking practice using the lens of practice theory. *Sociological Research Online*, pp 1-17, 2019. DOI <https://doi.org/10.1111/1467-9566.13051>

LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. O Programa Bolsa Família na voz das Pescadoras Artesanais do Litoral de Pernambuco. In. Caderno Gênero e Populações Específicas – n. 6. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_118.pdf

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. IN: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MARION, J. S.; CROWDER, J. W. **Visual research: A concise introduction to thinking visually**. London: Bloomsbury, 2013.

MELO, A. S. D. Belo Horizonte e os moradores de rua: reinserção ou limpeza?. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 327-349, 2015.

MEYER, R.; HÖLLERER, M.; JANCSARY, D.; van LEEUWEN, T. The visual dimension in organizing, organization, and organization research: core ideas, current developments, and promising avenues. **The Academy of Management Annals**, v. 7, n. 1, p. 489-555, 2013. DOI <https://doi.org/10.1080/19416520.2013.781867>

MUZZIO, H. Estética e Arte Urbana: Flagrantes da Construção de Cidades Criativas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 15-28, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i2.29592>


OLADEINDE, O., MABETHA, D., TWINE, R., HOVE, J. VAN DER MERWE, M.; BYASS, P., WITTER, S., KAHN, K., D'AMBRUOSO, L. Building cooperative learning to address alcohol and other drug abuse in Mpumalanga, South Africa: a participatory action research process. **Global Health Action**, v. 13, n. 1, p. 1- 15, 2020. DOI <https://doi.org/10.1080/16549716.2020.1726722>

ROCHENBERG, F. Notas etnográficas sobre o retrato: repensando as práticas de documentação fotográfica em uma experiência de produção compartilhada das imagens. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 9-22, 2014. DOI <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.302>

SANTO, A. L. E.O Uso de fotografias e vídeos em pesquisa qualitativa: em busca de um novo olhar sobre os territórios fronteiriços. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 2, p. 13-34, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392018v22n2p013034>

SARABIA, M. L.; XAVIER, M. G. P. Retratos da transformação da paisagem urbana da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe: uma questão de desenvolvimento local. **Desenvolvimento em Questão**, v. 6, n. 12, p. 149-178, 2008.

SARTI, A.; SCHALKERS, I.; BUNDERS, J. F. G.; DEDDING, C. Around the table with policymakers: Giving voice to children in contexts of poverty and deprivation. **Action Research**, v. 16, n. 4, p. 396-413, 2018. DOI <https://doi.org/10.1177/1476750317695412>



SILVA, M. R. N. O poder das imagens e as imagens do poder. **Revista de Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1-2, p 124-142, 2000.



A large teal magnifying glass graphic is centered on the page. The handle of the magnifying glass is on the bottom left, and the circular lens is in the center. The word "ANEXOS" is written in a bold, teal, sans-serif font inside the lens. In the top right corner, there is a partial teal circle.

ANEXOS

ANEXO I

Sugestão de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁹

Dados de identificação

Título do Projeto: _____

Nome do(a) Pesquisador(a) Responsável: _____

Nós, da equipe executora, apresentamos-lhe este convite para que participe desta pesquisa sob a responsabilidade do pesquisador(a) responsável (*pode ser relacionado o nome de todos os membros da equipe executora*), conforme indicado acima. Você tem a opção de fazer perguntas para o completo esclarecimento da pesquisa (*deixar claro para o indivíduo que ele tem um tempo para decidir se quer participar conforme Resolução CNS 466/12 (item IV) ou Resolução 510/2016 (Cap. III), para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*):

- 1) Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, deste projeto de pesquisa. A presente pesquisa tem como objetivo (*descreva de forma breve e em linguagem acessível o objetivo*).
- 2) A sua participação nessa pesquisa consiste em ser parte do público pesquisado por meio do seguinte instrumento de coleta de dados: (*explicar de forma breve e em linguagem acessível como será a participação do indivíduo e a metodologia utilizada: entrevista, questionário, reuniões de grupo e/ou filmagem, etc.*).
- 3) A entrevista e grupo focal (*informar a técnica que será utilizada*) serão gravadas e posteriormente serão transcritas pelo pesquisador(a) e serão utilizadas apenas com fins relacionados à presente pesquisa. A sua identidade será mantida em sigilo, sobretudo na divulgação ou publicação dos resultados. Seu nome não será utilizado nos documentos pertencentes a este estudo e a confidencialidade dos meus registros será garantida.
- 4) Você foi informado(a) sobre o tempo estimado para responder o instrumento de coleta de dados. (*Se a duração da coleta de dados for superior a 90 minutos, o pesquisador deve informar/providenciar gratuitamente lanche ao participante. O custo deve ser previsto no orçamento da pesquisa e o pesquisador é responsável por conhecer restrições alimentares dos participantes*).
- 5) Você foi informado(a) que não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. (*Se houver necessidade de deslocamento do participante unicamente para a coleta de dados, o pesquisador deve informar que os custos do transporte serão cobertos pela pesquisa. Caso a coleta de dados tenha duração superior a 90 minutos, informe que será oferecido gratuitamente lanche ao participante. O custo deve ser previsto no orçamento da pesquisa*).

⁹ Baseado na Resolução CNS nº 510/2016 e em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da FG-V-EAESP e Faculdade de Saúde Pública da USP/SP. Projetos de pesquisa que envolvam comunidades/ populações tradicionais, indígenas ou religiosas. Conforme art. 13 da Resolução CNS nº 510/2016: *Em comunidades cuja cultura reconheça autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, como é o caso de algumas comunidades tradicionais, indígenas ou religiosas, por exemplo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.*

6) Foi esclarecido que não existe nenhum risco significativo da sua participação neste estudo. Se alguma questão trazer desconforto ou incomodo em virtude dos temas a serem abordados, você pode se manifestar a qualquer momento. E poderá deixar de participar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

Ou ... Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de *(descrever os possíveis riscos)* que serão minimizados *(descrever de que forma)*. Os benefícios serão *(descrever os possíveis benefícios ao participante ou à sociedade que já foram descritos no corpo do projeto)*.

7) Foi informado que havendo algum dano decorrente da pesquisa, você tem direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

8) Você ficará com uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com *(pesquisador(a) responsável pela pesquisa, pode também incluir dados da equipe Executora e da Instituição à qual a pesquisa está vinculada. O importante é oferecer informação acessível para que o participante possa localizar os pesquisadores e esclarecer qualquer dúvida)*, telefone: *(número com DDD)* e e-mail: *(incluir o e-mail)* e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa *(deverá haver uma breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP)*.

Cidade, de de 20.....

Título do Projeto: _____

Nome do(a) Pesquisador(a) Responsável: _____

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Nome do(a) Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa: _____

(O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ocupar, preferencialmente, uma única página. Caso isso não seja possível, imprima o documento frente e verso, garantindo que uma parte dos dizeres anteriores à data do documento esteja na segunda página. Faça a numeração do TCLE informando em cada página o total de páginas do documento, por exemplo: 1/3, 2/3, 3/3 ou 1 de 3, 2 de 3, 3 de 3, por exemplo.)

Sugestão de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsável Legal por Menor de 18 anos¹⁰

Dados de identificação

Dados de identificação

Título do Projeto: _____

Nome do(a) Pesquisador(a) Responsável: _____

Nós, da equipe executora, apresentamos-lhe este convite e solicitamos o seu consentimento para que o(a) menor sob sua responsabilidade participe desta pesquisa sob a responsabilidade do pesquisador(a) responsável (*pode ser relacionado o nome de todos os membros da equipe executora*), conforme indicado acima. Vocês têm a opção de fazer perguntas para o completo esclarecimento da pesquisa (*deixar claro para o indivíduo que ele tem um tempo para decidir se quer participar conforme Resolução CNS 466/12 (item IV) ou Resolução 510/2016 (Cap. III), para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*):

1) A presente pesquisa tem como objetivo (*descreva de forma breve e em linguagem acessível o objetivo*).

2) A participação do(a) menor sob sua responsabilidade consiste em ser parte do público pesquisado por meio do seguinte instrumento de coleta de dados: (*explicar de forma breve e em linguagem acessível como será a participação do(a) menor e a metodologia utilizada: entrevista, questionário, reuniões de grupo, etc.*).

3) A entrevista e grupo focal (*informar a técnica que será utilizada*) serão gravadas e posteriormente serão transcritas pelo pesquisador(a) e serão utilizadas apenas com fins relacionados à presente pesquisa. Em nenhum momento, nem o(a) menor nem você serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele(a) e a sua serão preservadas.

4) Você foi informado(a) sobre o tempo estimado para responder o instrumento de coleta de dados. (*Se a duração da coleta de dados for superior a 90 minutos, o pesquisador deve informar/providenciar gratuitamente lanche ao participante. O custo deve ser previsto no orçamento da pesquisa e o pesquisador é responsável por conhecer restrições alimentares dos participantes*)

5) Você foi informado(a) que nem ele(a) nem você terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa. (*Se houver necessidade de deslocamento do participante unicamente para a coleta de dados, o pesquisador deve informar que os custos do transporte serão cobertos pela pesquisa. Caso a coleta de dados tenha duração superior a 90 minutos, informe que será oferecido gratuitamente lanche ao participante. O custo deve ser previsto no orçamento da pesquisa*).

¹⁰ Baseado na Resolução CNS nº 510/2016 e TCLEs da FGV-EAESP, Faculdade de Saúde Pública da USP/SP e orientações do CEP da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

6) Foi esclarecido que não existe nenhum risco significativo da participação do(a) menor neste estudo. Se alguma questão trouxer desconforto ou incomodo em virtude dos temas a serem abordados, você pode se manifestar a qualquer momento. E poderá deixar de participar ou retirar o seu consentimento para participar da pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo. O(A) menor sob sua responsabilidade pode se recusar a continuar participando da pesquisa, se manifestando verbalmente ou por meio de gestos, que indiquem esse desejo. Ele(a) não sofrerá qualquer prejuízo ou coação."

Ou ... Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de *(descrever os possíveis riscos)* que serão minimizados *(descrever de que forma)*. Os benefícios serão *(descrever os possíveis benefícios ao participante ou à sociedade que já foram descritos no corpo do projeto)*.

7) Foi informado que havendo algum dano decorrente da pesquisa, você tem direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

8) Você ficará com uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com *(pesquisador(a) responsável pela pesquisa, pode também incluir dados da equipe Executora e da Instituição à qual a pesquisa está vinculada. O importante é oferecer informação acessível para que o participante possa localizar os pesquisadores e esclarecer qualquer dúvida)*, telefone: *(número com DDD)* e e-mail: *(incluir o e-mail)* e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa *(deverá haver uma breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP)*.

Cidade, de de 20.....

Título do(s) Pesquisador(es): _____

Assinatura do(s) pesquisador(es): _____

Eu, responsável legal pelo(a) menor *(nome do(a) menor)* _____ consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Nome do(a) Responsável Legal do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do(a) Responsável Legal do Participante da Pesquisa: _____

(O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsável Legal por Menor de 18 anos deve ocupar, preferencialmente, uma única página. Caso isso não seja possível, imprima o documento frente e verso, garantindo que uma parte dos dizeres anteriores à data do documento esteja na segunda página. Faça a numeração do TCLE informando em cada página o total de páginas do documento, por exemplo: 1/3, 2/3, 3/3 ou 1 de 3, 2 de 3, 3 de 3, por exemplo.)

Sugestão de Termo de Assentimento para Menor entre 12 e 18 anos incompletos¹¹

Dados de identificação

Título do Projeto: _____

Nome do(a) Pesquisador(a) Responsável: _____

Nós, da equipe executora, apresentamos-lhe este convite para que participe desta pesquisa sob a responsabilidade do pesquisador(a) responsável (*pode ser relacionado o nome de todos os membros da equipe executora*), conforme indicado acima. Você tem a opção de fazer perguntas para o completo esclarecimento da pesquisa (*deixar claro para o indivíduo que ele tem um tempo para decidir se quer participar conforme Resolução CNS 466/12 (item IV) ou Resolução 510/2016 (Cap. III), para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*):

1) Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, deste projeto de pesquisa. A presente pesquisa tem como objetivo (*descreva de forma breve e em linguagem acessível o objetivo*).

2) A sua participação nessa pesquisa consiste em ser parte do público pesquisado por meio do seguinte instrumento de coleta de dados: (*explicar de forma breve e em linguagem acessível como será a participação do indivíduo e a metodologia utilizada: entrevista, questionário, reuniões de grupo etc.*).

3) A entrevista e grupo focal (*informar a técnica que será utilizada*) serão gravadas e posteriormente serão transcritas pelo pesquisador(a) e serão utilizadas apenas com fins relacionados à presente pesquisa. A sua identidade será mantida em sigilo, sobretudo na divulgação ou publicação dos resultados. Seu nome não será utilizado nos documentos pertencentes a este estudo e a confidencialidade dos meus registros será garantida.

4) Você foi informado(a) sobre o tempo estimado para responder o instrumento de coleta de dados. (*Se a duração da coleta de dados for superior a 90 minutos, o pesquisador deve informar/providenciar gratuitamente lanche ao participante. O custo deve ser previsto no orçamento da pesquisa e o pesquisador é responsável por conhecer restrições alimentares dos participantes*)

5) Você foi informado(a) que não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. (*Se houver necessidade de deslocamento do participante unicamente para a coleta de dados, o pesquisador deve informar que os custos do transporte serão cobertos pela pesquisa. Caso a coleta de dados tenha duração superior a 90 minutos, informe que será oferecido gratuitamente lanche ao participante. O custo deve ser previsto no orçamento da pesquisa*).

6) Foi esclarecido que não existe nenhum risco significativo da sua participação neste estudo. Se alguma questão trazer desconforto ou incomodo em virtude

¹¹ O Termo De Assentimento aplica-se ao Participante **com idade entre 12 anos e faltando um dia para completar 18 anos**, que está em condições físicas e mentais de decidir sobre sua participação na pesquisa. A assinatura no Termo de Assentimento pelo menor entre 12 e 18 anos incompletos não dispensa a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo Responsável Legal por menor participante da pesquisa.

dos temas a serem abordados, você pode se manifestar a qualquer momento. E você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser, a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

Ou ... Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de (*descrever os possíveis riscos*) que serão minimizados (*descrever de que forma*). Os benefícios serão (*descrever os possíveis benefícios ao participante ou à sociedade que já foram descritos no corpo do projeto*).

7) Foi informado que havendo algum dano decorrente da pesquisa, você tem direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

8) Você ficará com uma via original deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com (*pesquisador(a) responsável pela pesquisa, pode também incluir dados da equipe Executora e da Instituição à qual a pesquisa está vinculada. O importante é oferecer informação acessível para que o participante possa localizar os pesquisadores e esclarecer qualquer dúvida*), telefone: (*número com DDD*) e e-mail: (*incluir o e-mail*) e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa (*deverá haver uma breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP*).

Cidade, de de 20.....

Título do(s) Pesquisador(es): _____

Assinatura do(s) pesquisador(es): _____

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Nome do(a) Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa: _____

(O Termo de Assentimento para Menor entre 12 e 18 anos incompletos deve ocupar, preferencialmente, uma única página. Caso isso não seja possível, imprima o documento frente e verso, garantindo que uma parte dos dizeres anteriores à data do documento esteja na segunda página. Faça a numeração do TCLE informando em cada página o total de páginas do documento, por exemplo: 1/3, 2/3, 3/3 ou 1 de 3, 2 de 3, 3 de 3, por exemplo.)

ANEXO II

Sugestão de Termo de Responsabilidade¹²

Termo de Responsabilidade pela utilização de dados identificados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº. 6.135, de 26 de julho de 2007.

[Nome do(a) pesquisador (a)], (nacionalidade), RG nº xxx expedido pela (sigla do órgão expedidor)/(UF), e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, firma o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, que disciplina a utilização dos dados identificados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) mediante as cláusulas e condições descritas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo estabelece as regras que regulam a utilização dos dados identificados do Cadastro Único, pelo(a) SIGNATÁRIO(A), sem prejuízo dos parâmetros legais vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO O(A) SIGNATÁRIO(A) compromete-se, por meio do presente Termo, a utilizar os dados identificados do Cadastro Único exclusivamente para as consultas e estudos acadêmicos e de interesse do projeto "(nome do projeto)", e a guardar sigilo sobre o conteúdo solicitado, sendo vedada qualquer forma de disponibilização e/ou cessão a terceiros. O(A) SIGNATÁRIO(A) compromete-se a enviar, ao MC, cópia do relatório produzido, em formato impresso e eletrônico, assim que o estudo tiver sido finalizado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES O(A) SIGNATÁRIO(A) responderá civil e criminalmente pela utilização dos dados identificados do Cadastro Único para fins diversos do previsto na Cláusula Segunda, e por quaisquer danos causados pela divulgação inadequada de informações contidas no Cadastro Único.

E, por estar de pleno acordo, firma o presente Termo, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

(Local), _____ de _____ de 20 _____

(Nome do solicitante)

(CPF)

¹² Conforme Coletânea da Legislação Básica do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atualmente Ministério da Cidadania, 2ª. Edição, 22/09/2015.

ANEXO III

Sugestão de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo¹³

Eu, (nome), (cargo, função/setor onde trabalha), (nº CPF), declaro estar ciente da habilitação que me foi conferida para manuseio de dados identificados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico/MC.

No tocante às atribuições a mim conferidas, no âmbito do Termo de Responsabilidade acima referido, comprometo-me a:

- a) manusear as bases de dados identificados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal apenas por necessidade de serviço, ou em caso de determinação expressa, desde que legal, de superior hierárquico;
- b) manter a absoluta cautela quando da exibição de dados em tela, impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
- c) não me ausentar do terminal sem encerrar a sessão de uso das bases, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas; e
- d) manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas por força de minhas atribuições, abstendo-me de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação.

Brasília (DF), _____ de _____ de 20 _____

(Assinatura)

(Nome)

(Cargo/função/setor)

(Nº do CPF)

¹³ Conforme Coletânea da Legislação Básica do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atualmente Ministério da Cidadania, 2ª. Edição, 22/09/2015.

ANEXO IV

Sugestão de Permissão de Uso de Imagem¹⁴

DADOS DO CEDENTE (ou do representante legal de um menor de idade):

Nome Completo: _____

Documento: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Gênero: _____

Telefone: (____) _____ - _____

IDENTIFICAÇÃO DO MENOR DE IDADE:

Nome Completo: _____

Documento: RG _____ CPF _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Gênero: _____

Telefone e Endereço (informação acessível para localização e contato do indivíduo fotografado)

ESCLARECIMENTOS PARA O PARTICIPANTE

Identificar o nome do representante da Instituição que solicita a permissão para o uso da imagem.

Objetivo ou Finalidade da imagem

Custo ou ganho da autorização/licença

Meios em que a imagem será veiculada

Locais de divulgação

Prazo de utilização da imagem

O(A) Cedente acima identificado(a), pessoalmente ou por representante legal, AUTORIZA o Ministério da Cidadania/Governo Federal a utilizar sua imagem e/ou nome, para fins de divulgação de políticas sociais, podendo, para tanto, reproduzi-la e/ou divulgá-la pela Internet, mídia eletrônica, por jornais, revistas, folders, bem como por todo e qualquer material e veículo de comunicação, público e privado, e por parceiros, com finalidade informativa e de utilidade pública. O(a) Cedente declara que não há nada a ser reclamado, a título de direitos conexos, referentes ao uso de sua imagem e/ou nome. A presente autorização é concedida a título gratuito.

¹⁴ O uso de um Termo de Consentimento é obrigatório para as pesquisas que utilizam fotografia ou vídeo, mesmo com a utilização de procedimentos de preservação de identidade (parte da imagem borrada, tarja sobre os olhos, por exemplo), e devido ao uso dos depoimentos documentados em vídeo que serão transcritos na íntegra em apresentações e em material escrito de pesquisa. Para o uso de imagem, é necessário consultar leis e normatizações específicas sobre os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N° 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N° 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

